



PROCESSO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
Origem, funções e questionamen-
to atual do taylorismo-
fordismo

Banca examinadora

Prof. Orientador _____

Prof. _____

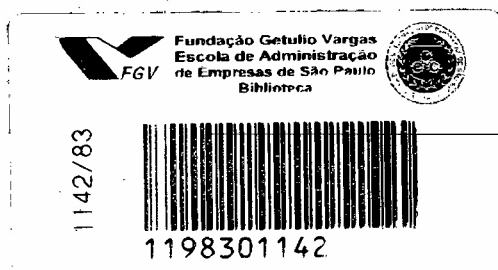
Prof. _____

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
DA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

LUIZ CARLOS DA SILVA TELLES

PROCESSO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Origem, funções e questionamen-
to atual do taylorismo-
fordismo



Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação da EAESP/FGV -
Área de Concentração: Teoria e
Comportamento Organizacionais ,
como requisito para obtenção de
título de mestre em Administração.

Orientador: Prof. Fernando C.
Prestes Motta

SÃO PAULO

1982

TELLES, Luiz Carlos da Silva. Processo e organização do trabalho: origem, funções e questionamento atual do taylorismo-fordismo. São Paulo, EAESP/FGV, 1982, 108 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração : Teoria e Comportamento Organizacionais).

Resumo :. Trata da origem, funções e questionamento da Organização Científica do Trabalho, especificamente, do taylorismo-fordismo. Discute algumas das atuais formas de alteração da organização do trabalho ao mesmo tempo em que mostra a expansão e generalização do taylorismo-fordismo. Aborda a origem e as funções do taylorismo-fordismo como associadas a determinada conjuntura e etapa do processo de trabalho capitalista. Procura inserir a organização científica do trabalho no processo geral das transformações das formas e estruturas capitalistas de produção. Discute o caráter determinístico do desenvolvimento tecnológico associado aos processos e organização do trabalho.

Palavras-Chaves : Processo de trabalho - Organização do trabalho - Taylorismo - Fordismo - Sociologia industrial - Manufatura - Fábrica - Submissão formal - Submissão real - Parcelização do trabalho - Divisão do trabalho - Maquinismo - etc...

Í N D I C E

| | Página |
|--|--------|
| 1. <u>QUESTIONAMENTO DO TAYLORISMO-FORDISMO</u> | 1. |
| 1.1 Presença da Organização Científica do Trabalho..... | 1. |
| 1.2 Expansão e Generalização da Organização Científica do Trabalho..... | 2. |
| 1.2.1 O Taylorismo no Terciário..... | 2. |
| 1.2.2 Planetarização do Taylorismo..... | 4. |
| 1.3 Recusa ao Trabalho..... | 6. |
| 1.3.1 Razões Sociais | 8. |
| 1.3.2 Razões Técnicas | 10. |
| 1.3.3 Razões Econômicas | 11. |
| 1.3.4 Razões Ideológicas | 13. |
| 1.4 Soluções Gerenciais | 15. |
| 1.4.1 Alargamento e Enriquecimento de Tarefas | 15. |
| 1.4.2 Desmonte da Linha de Montagem | 16. |
| 2. <u>ORIGEM E FUNÇÕES DO TAYLORISMO-FORDISMO</u> | 19. |
| 2.1 Taylor, Funcionário do Capital | 20. |
| 2.2 Confisco do Saber Operário | 22. |
| 2.2.1 O Salário e a Metodologia Tayloristas | 25. |
| 2.3 Taylor e Ford | 29. |
| 2.3.1 O Trabalho em Cadeia | 29. |
| 2.3.2 O "Five Dollars Day" | 32. |
| 2.3.3 Americanismo e Fordismo | 33. |
| 2.4 Taylor e Lenin | 35. |
| 2.5 Taylor e Fayol | 37. |
| 3. <u>DA MANUFATURA À "USINIFICAÇÃO" DO SOCIAL</u> | 41. |
| 3.1 Manufatura e Dividir para Reinar | 41. |
| 3.2 Da fábrica à "Usina Difusa" | 57. |
| 3.2.1 O Maquinismo | 59. |
| 3.2.2 O Corpo Máquina | 61. |
| 3.2.3 A Submissão Real | 63. |
| 3.2.4 Submissão Real e Produção em Massa | 69. |
| 3.2.5 A "Usina Difusa" e "Usinificação Social"..... | 76. |
| 3.3 Organização e Divisão do Trabalho | 86. |
| 4. <u>CONCLUSÃO</u> | 95. |
| 5. <u>BIBLIOGRAFIA</u> | 105. |

APRESENTAÇÃO

Pretendemos apresentar alguns traços relevantes do processo e organização do trabalho-vigorantes no modo de produção capitalista e especificar a origem, as funções e o atual questionamento da "Organização Científica do Trabalho".

O trabalho configurar-se-á mais como uma ordenação proposital e esperamos pertinente do tema, visto sob ângulos diversos, conforme o corte bibliográfico operado.

Por causa da extensão do objeto e apesar das naturais e obrigatórias imbricações, não foi incorporada ao trabalho, extensa e fundamental contribuição daquilo que poderíamos chamar de "teoria da burocracia" e do seu reverso, a "teoria da autogestão".

A bibliografia consultada poderia ser argüida de "economista", sem querer esgotar o assunto, no entanto, buscou-se contrabalançar diversas contribuições, numa tentativa de visão interdisciplinar do assunto.

Na primeira parte, introdutória, apresentamos o questionamento atual da Organização Científica do Trabalho, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, verificamos sua expansão e generalização. Expansão que atinge países periféricos e socialistas, generalização, que faz penetrar, no setor terciário, o processo e organização do trabalho taylorizado. Nesta primeira parte, ainda, apresentamos algumas das razões que passam por explicativas do atual questionamento da O.C.T., assim como de algumas formas de alteração da organização do trabalho que, arvorando-se participativas, na verdade, se parecem mostrar adequadas e compatíveis à ampliação dos lucros e "amaciadoras" das relações conflituais em jogo, no coração da fábrica atual.

Na segunda parte, apresentamos a origem e as funções do taylorismo-fordismo, necessárias à expansão do sistema produtivo capitalista, via racionalização da produção de massa, num processo autosustentado, porque associado ao consumo de massa e ao modo de vida operário compatíveis. Nesta parte, também, buscamos as razões que, em parte, explicam a penetração da O.C.T. no interior do sistema socialista com a importação das técnicas e ideologia produtivistas ocidentais, ao mesmo tempo em que, para a França, apresentamos a sua penetração, no bojo de um aparente choque de ideologias administrativas.

Na última parte, fazemos rápida incursão pelo campo dos conceitos, na tentativa de melhor definirmos, ajudado por informa -

ções históricas, quais as fundamentais características das diversas estruturas produtivas capitalistas.

Da manufatura à fábrica "difusa" hodierna, buscamos levantar seus traços mais significativos, ao mesmo tempo em que questionamos a visão demasiadamente linear da progressão de formas no tempo, bem como apresentamos subsídios à discussão sobre o papel do determinismo tecnológico, como motor dessa expansão. Nela, ainda, voltamos a inserir o taylorismo-fordismo como momento crucial do desenvolvimento do sistema produtivo capitalista, aprofundando algumas colocações apresentadas na primeira e segunda partes ao mesmo tempo em que introduzimos a noção de "usinificação" do social.

Apresentamos, por fim, a noção de divisão hierárquica do trabalho, sem pretendermos aprofundar o assunto, que se apresenta como pano de fundo, no entanto, ao longo deste trabalho.

À guisa de conclusão, pretendemos, retomar algumas das colocações que reputamos importantes no tratamento do assunto.

Na bibliografia geral constam obras que, se não explicitamente citadas, são pertinentes ao tema em discussão.

Registramos, por último, nossa dívida intelectual a todos os professores da EAESP/FGV, do curso de Mestrado, principalmente ao nosso orientador, professor Fernando Motta, responsável pelo integral e irrestrito apoio intelectual e motivacional na concepção e elaboração desta monografia.

1. QUESTIONAMENTO DO TAYLORISMO-FORDISMO

1.1 - Presença da Organização Científica do Trabalho

" Ganharás teu pão à custa do suor de tua frente".. Parece que o trabalho sempre esteve associado ao sofrimento, não é para me nos, sua origem etimológica vem de "tripalium", instrumento de tortura. Na França, da Idade Média à Revolução, designou sempre as atividades braçais, desprezíveis, daqueles que só tinham a força de seus braços para viver. Hoje, do diretor ao "peão", todos são enquadrados como trabalhadores. Ideologia da grande e hegemônica corporação pretendendo a equalização e homogeneização das diferenças sociais incompatíveis com a democracia civil que bate à porta do seu domínio despótico ?

Tractenberg(1980), desmistifica as tentativas participacionistas, via distribuição do capital acionário e da co-gestão e mostra as condições miseráveis do trabalho industrial, nos EUA e América Latina. Nossa intenção é menor, buscar na arqueologia do processo de produção a origem e os mecanismos da expansão da divisão do trabalho, não daquele que fundaria a solidariedade orgânica, mas o da parcelização do trabalho, seu esmigalhamento em tarefas repetitivas - para muitos, fundamento do progresso da sociedade industrial - para outros, base da sujeição e exploração dos trabalhadores em proveito do capital e de seus funcionários.

As características do trabalho industrial moderno são:

- trabalho em cadeia, com ritmos impostos pelo dispositivo mecânico;
- trabalho postado, com ritmos dados, impostos pela máquina parcelar;
- trabalho repetitivo, com ciclos operacionais muito curtos;
- trabalho em espaços fechados, com controle das circulações, por exemplo ;
- trabalho com tempos enclausurados, sob "ponto", ritmos impostos, cargas de trabalho normalizadas.

O trabalho repetitivo se encontra, no entanto, em todos os setores e atividades. Esta divisão técnica do trabalho não é apenas produto da linha de montagem: muito antes de Ford e de Taylor, desde Adam Smith, suas vantagens e desvantagens têm sido apontadas.

Hoje, cada vez mais, discute-se o custo social e humano da Organização Científica do Trabalho. No entanto, parece que esta forma de trabalho "moribunda" dá mostras de grande vitalidade. Tomemos alguns exemplos :

" A maioria das empresas de calçados são grandes empresas. Existem 500 operações por calçado, 500 postos diferentes por par... Esta industrialização dos calçados é um fenômeno recente, data dos anos cinquenta... Antes, eram pequenas oficinas onde o pessoal tinha um trabalho profissional elevado, qualquer um fazia tudo... Hoje, um rapaz que trabalha na montagem faz apenas uma parcela dela, é um trabalho de braçal... Os únicos (profissionais) que restaram ainda são do corte: você tem uma peça de couro, há partes fracas, fortes, defeitos e o operário tem que aproveitar o máximo da matéria, isto exige habilidade manual e intelectual. Agora, mais e mais são as placas de plástico que você corta na prensa. Você tem uma placa, é um trabalho que não exige escolha para o corte, o plástico é homogêneo... ao fim de poucos dias o rapaz conhece o seu trabalho e se torna um braçal. " (1)

Agora, um exemplo do setor terciário, chamado "improdutivo" :

" Com a mão direita ela dedilha os preços dos artigos, com a outra escorrega as mercadorias sobre o tapete rolante. A música toca ao fundo: os anúncios entrecortados de golpes de gongo ensurdecedores. É preciso conhecer de cor os preços de grande parcela de produtos. Em alguns casos, para cada artigo é preciso acionar vários números a fim de que o escritório possa controlar a progressão dos estoques. O cliente não segue o ritmo e não preenche tão depressa a ficha : o próximo, se impacienta porque a fila era longa e vai se mostrar desagradável quando a operadora acionar sua pequena sineta para reclamar troco. Lâmpadas fluorescentes fadigam os olhos... das caixas exige-se ainda a supervisão das sacolas dos clientes. E ainda sorrir... sorrir. " (2)

1.2. - Expansão e generalização da Organização Científica do Trabalho.

1.2.1 - O taylorismo no terciário

O terciário, quase sempre composto pelos assalariados do comércio, transportes, telecomunicações, correios, bancos, seguros, organizações financeiras, hotéis, restaurantes, serviços públicos, sistema escolar, etc., tem servido para todo tipo de consideração: da sociedade pós-industrial ao mundo burocrático de Kafka.

A primeira constatação a ser feita é que a maioria da população ativa dos países desenvolvidos faz parte do terciário : 56% contra 32% do setor industrial, na França ; 65% contra 30% , nos EUA.

O que pretendemos sublinhar, no entanto, é que no terciário o trabalho se torna semelhante ao da indústria : concentração

(1) ADRET, Travailler deux heures par jour, in FERRANDON, M.C. & JAMES, R. La Division du Travail, Paris, Hatier, 1978, p. 19

(2) LE FIGARO, 15.12.1972, in op. cit., p. 20

de trabalhadores, salariato, repetitividade das tarefas, organização hierárquica, etc. Das características exemplares do trabalho no terciário sublinhamos a progressiva parcelização das tarefas - através da introdução da informática que nada mais reproduz senão os efeitos da taylorização do setor : a especialização e a rentabilidade do setor; quando o desenvolvimento do marketing introduz a idéia de "produto" enquanto as técnicas informáticas, as de "produção".

A taylorização do terciário transforma o trabalho em execução de tarefas parcelares, faz crescer a monotonia pela repetitividade :

" No importante setor de seguros, a informática multiplicou as tarefas repetitivas, diminuiu o interesse pelo trabalho. Dois fatores concorrem para isso: a normalização dos contratos substituiu a apólice, cujas cláusulas particulares eram redigidas por cada redator; de outro lado, o teleprocessamento, estabelecendo relação direta entre os usuários e o computador, torna ainda mais simples e repetitivas as tarefas relegadas pela máquina ao empregado, que não tem necessidade de "compreender" o objetivo de seu trabalho e a lógica de um contrato. Segundo a expressão de um empregado desse setor, a informática despoja de toda polivalência os 'O.S. da papelada'. " (3)

Como na indústria, a automatização pelo computador não eliminou as tarefas repetitivas mas as multiplicou. A simplificação e a informática exigem o crescimento de novos controles. A mecanização e a informatização aumentam a exploração pelo aumento do ritmo, eliminação dos tempos mortos e mensuração do rendimento.

A divisão dos assalariados, do setor, se multiplica, cortando carreiras, desqualificando o trabalho, centralizando as decisões em cúpulas reduzidas : são as categorias dos não-estatutários interinos, auxiliares; contratação por períodos parciais, a sub-contratação apesar e contra as formas "participativas", horários livres, alargamento e enriquecimento das tarefas e trabalho em equipe.

Não podemos, no entanto, deixar de apontar outros fatores que diferenciam a organização do trabalho manual/industrial do intelectual/serviços, apesar da rotinização-desqualificação :

- pressão da clientela sobre a organização do trabalho fazendo com que, o "produto" esteja sempre associado às "necessidades" do usuário. É impossível separar-se produção da comercialização. As transformações são sempre adaptações ao mercado. A informática atinge não só a " produção ", mas também os usuários do serviço e o interesse determinante é o do usuário e não as preocupações

(3) FRIEDMANN, Le Monde, setembro/1977, in FERRANDON, M.C. & JAMES, R.
La Division... p. 21

com o sentido e finalidade dos executantes parcelares;

- "produção" e "administração" não têm separação nítidas, opostas, são mais um contínuo de tarefas administrativas; os elementos de gestão (estatísticas, contabilidade) são sub-produtos diretos da "produção" ;

- importância da informática que realiza a integração das outras áreas (administração, marketing) e que materializa um pacote de alternativas, não neutras, já prontas; embutidas na sua lógica particular, no seu sistema de modelização, lógica de controle - que atinge a todos : funcionários, empregados, usuários e a própria estratégia da empresa. (4)

1.2.2 - Planetarização do taylorismo

A parcelização do trabalho e suas formas organizativas são transplantadas dos países centrais para o mundo pelas vias mais diversas : dependência tecnológica, divisão internacional do trabalho, substituição de importações, cópia e reprodução de modelos ideológicos, etc.

Comentaremos brevemente a penetração do taylorismo sob a ótica de uma "nova divisão internacional do trabalho". Para Salama, há um novo interesse em se estudar, não a nova divisão internacional do capital, mas do trabalho, que tem que ser abordada como uma nova estratégia do capital internacional na gerência do trabalho internacionalizado.

O A. aborda o problema no âmbito da América Latina e países do Sudeste Asiático. Faremos referência, aqui, às suas constatações para esta última área, englobando territórios como a Coreia do Sul, Cingapura, Formosa, Hong-Kong; incluídos no modelo de industrialização denominado, genericamente, de "Hong-Kong". É um modelo essencialmente voltado para a exportação, tipo "Zona Franca" e cujas origens têm que ser buscadas nas mudanças do processo de produção, sua segmentação e dispersão (deslocalização) viabilizando nova valorização do capital internacional em crise nos países centrais; processo este de especialização internacional que tem nos processos de trabalho dos países desenvolvidos reflexos importantes como os de desestabilização de empregos, mobilidade acentuada do trabalho, principalmente nos segmentos dispersos.

A deslocalização ou dispersão do capital das firmas multinacionais está associada à procura de áreas que apresentem melhores condições de baixos salários, elevada adaptabilidade da mão-de-obra e fraca intensidade de capital (como no caso da indústria elétrica

(4) Ver, CFDT. Le tertiaire éclaté. Paris, Seuil, 1980

leve), bem como à existência, como pré-condição, de rede de canais do capital financeiro e, por último, o desenvolvimento do "mercado cativo" (mercado intrafirmas).

Interessa-nos frisar apenas a gestão ou uso da mão-de-obra neste modelo. O seu custo comparativamente é pequeno e o capital, para aumentar o lucro, lança mão de "um duplo mecanismo de mais-valia absoluta", prolongando, ao mesmo tempo, a jornada de trabalho (em média, 48 horas, mas no setor de exportação atingindo 60 horas) e introduzindo no processo de trabalho maquinaria aumentando a intensidade do trabalho (cujos resultados transparece nos índices de acidente de trabalho que chegaram a dobrar entre 1970 a 1976) :

" O trabalho é executado principalmente por jovens de ambos os sexos que não chegam a envelhecer no trabalho. O capital seleciona a mão-de-obra segundo sua capacidade física e sua presumível submissão. A gestão da força de trabalho tem isto de particular : o capital não tem (ou tem pouco) de preocupar-se com a reprodução. Uma vez esgotada, a mão-de-obra é rejeitada, a formação sendo rápida, recorre-se ao exército de reserva. É por esse motivo que se consideram frequentemente os trabalhadores chineses, coreanos, etc., como trabalhadores imigrantes em seus próprios países. " (5)

Acentuaríamos, ainda, que neste tipo de industrialização, que poderia ser chamado também de modelo "feitoria" em contraposição àquele em que o capital se volta para a exploração do mercado interno do país hospedeiro, quando então realiza um mínimo de gestão não depredatória da força de trabalho, como reforça o autor, a diferença básica entre os dois modos de gestão da mão-de-obra se funda na tipologia diferencial do processo de trabalho. No modelo Hong-Kong, desloca-se para a periferia os segmentos de trabalho com maior índice de taylorização que se compatibiliza com a mão-de-obra desqualificada local, com poder reivindicatório muito baixo.

Apesar dos argumentos do A. mostrando um gerenciamento diferencial da mão-de-obra no modelo anterior e aquele que vigoraria nas áreas em que o capital se "interioriza", como é o caso do Brasil, apresentamos para efeito de contraste, o quadro geral das condições de trabalho à época do "milagre econômico" :

A recusa em fazer horas extras pode causar dispensa. Baixos salários, jornadas excessivas de trabalho, tensão nervosa, causando a maioria dos acidentes de trabalho. O nível de assistência médica prestada ao operário é baixo e há a impossibilidade de se aposentar, devido à inflação. Na área do vidro, a média de vida é de 45 anos, numa cidade onde a mesma é de 60 anos. É péssimo o tratamento das chefias. Além da falta de chuveiros, há a ameaça de agressão de se reclamar direitos, e o cumprimento de aviso-prévio na porta da fábrica..." (6)

(5) SALAMA, Pierre. Nova modalidade de gerência da força de trabalho. Economia & Desenvolvimento, nº 1, 1981, p. 73

(6) TRACIENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia, S. Paulo, Moares, 1980, p. 192

O taylorismo nos países socialistas penetrou profundamente, apesar do projeto da abolição da divisão social do trabalho como necessidade para se atingir a sociedade comunista.

Na URSS e satélites o taylorismo desde Lenin se transformou em doutrina oficial. Se o stakhanovismo é coisa do passado, hoje, a burocracia do partido e dos sindicatos desenvolvem, sem entraves e conflitos da anarquia do mercado e a resistência da opinião pública, através dos concursos dos psicólogos do trabalho, dos ergônomos e dos sociólogos do trabalho, o projeto inatingível da sociedade sem classes. O taylorismo se eleva à posição de instituição de Estado e os técnicos e engenheiros não se diferenciam muito dos ocidentais; seu trabalho : aumentar a produtividade do trabalho a ser acaparado pela "nomenklatura".

Na China, há que se distinguir duas fases. A primeira, sob o impulso da Revolução Cultural, o processo de trabalho taylorizado vai sofrer alguma contestação, o que chegou a animar no Ocidente tenebrese esperança de uma nova forma democrática de trabalho. Para aquela época, do "bando dos quatro" listamos suas principais características : a) reduzido número e participação do staff na preparação do trabalho; b) os quadros técnicos atuavam parte do tempo (1 a 2 dias por semana) como manuais; c) descentralização da organização do trabalho por equipe ou oficina; d) normatização coletiva, em que a remuneração mensal era independente da produção; e) estimulação ideológica em lugar dos estímulos materiais; f) planificação das oficinas discutida pelo conjunto dos operários (animados pelos responsáveis pelo partido); g) inovação técnica obtida pela "tripla união" de técnicos, quadros administrativos e operários ; h) melhoria das condições como um problema "político e ideológico" a ser resolvido internamente, sem o concurso de especialistas externos; i) parcelização das tarefas e polivalência raras; ritmos e produtividade baixos; qualificação reduzida e obtida no trabalho. (7)

O taylorismo, na China atual, tem novo surto de crescimento. A nova fração burocrática parece cada vez mais interessada em enterrar as experiências que promoviam a politização da produção e o questionamento da antiga divisão do trabalho. Reinstala-se o taylorismo produtivista : racionalização, produtividade, disciplina , ordem, regulamentos, normas e prêmios de produção.

1.3 - Recusa ao trabalho

Se, no mundo ocidental, excluindo-se evidentemente as áreas subdesenvolvidas, onde o taylorismo é visto como alavanca in-

(7) Ver, MONTMOLLIN, Maurice. Le taylorisme à visage humain. PUF, 1981

questionada do crescimento econômico, ele não goza das facilidades do controle burocrático pleno, imperante no Leste, nem consegue como lamenta DRUCKER (1974) a integração incondicional do trabalhador nipônico - fruto da aculturação acelerada do Samuray em dirigente da empresa clânica e do servo da gleba em operário submisso e integrado - é provável que o taylorismo passasse a ser contestado e rejeitado de muitas formas: conflitos, frenagem, turnover, absentismo, greves, sabotagem, etc.

O problema da explicação destas formas de recusa ou resistência operária ao trabalho taylorizado e fordinizado esteve, provavelmente, na origem de toda uma sociologia industrial, das escolas administrativas anti-tayloristas e nas tentativas recentes de "recondicionar" as formas de trabalho através de uma série de experimentos, dos mais restritos, como os de rotação de postos, aos mais amplos, até à chamada "democracia industrial".

Existe, na sociologia industrial, basicamente dois modos de se por a questão: a) uma explicação baseada na valorização, pelo trabalhador, do seu tempo livre; que no limite chegaria à utópica sociedade pós-industrial de Bell, quando então, com a automação e o trabalho a ser realizado por pequeno grupo altamente qualificado se produziria a abundância para o resto da população, dedicada ao consumo e ao lazer; b) outra, baseada nas insuportáveis condições do trabalho taylorizado, que resultaria nas atuais tentativas de alteração das condições e organização do trabalho na busca de se compatibilizar as aspirações crescentes dos indivíduos e o conteúdo mesmo do trabalho. Para Linhart é preciso, no segundo caso, buscar-se, na recusa ao trabalho, a ocorrência de três fenômenos cumulativos-explicativos: "A da degradação das condições de trabalho e o empobrecimento de seu conteúdo, devidos ao processo geral de desqualificação da grande maioria da força de trabalho e a intensificação e extensão da Organização Científica do Trabalho. A elevação geral do nível das aspirações dos indivíduos, ligada ao prolongamento da duração dos estudos e ao papel dos veículos de massa. A ampliação do sistema de apoio e garantias sociais, que tornam a recusa ao trabalho financeiramente menos penalizante (o papel da mensalização do salário no absentismo operário)." (8)

Para a A., esta perspectiva, quase sempre endossada pelos sindicatos e uma certa corrente sociológica, tem a vantagem de explicar o absentismo como um fenômeno permanente, inscrito no processo capitalista de produção; que sua ampliação está correlacionada às transformações desse processo; que sua ocorrência está as-

(8) LINHART, Danièle. *Quelques réflexions à propos du refus au travail. Sociologie du Travail*, nº 3, 1978, p. 315

sociada com a ampliação do modo de produzir e se usar a força de trabalho. Mas, por outro lado, minimiza a participação clandestina, mas fundamental, do agir e saber operários, apesar do esforço taylorista em não deixar qualquer espaço para a sua livre atuação.

Esta dificuldade do taylorismo em fazer cumprir o "the one best way" pode ser reportada, no entanto, ao questionamento técnico de seus métodos, mais do que ao seu questionamento social.

Se aceitarmos que a recusa ao trabalho decorra principalmente de uma recusa ou resistência ao trabalho taylorizado, cumpre-nos aprofundar os motivos que poderiam ser de ordem : social, técnica, econômica e ideológica.

1.3.1 - Razões sociais

Quase sempre elas estão associadas às ações individuais ou coletivas; "passivas" ou "ativas". Entre as primeiras, costuma-se apontar : turnover, absenteísmo, pressões grupais em não ultrapassar as normas, diminuição grupal do ritmo do trabalho, resistência operária contra a cronometragem, recusa em aplicar os modos operatórios prescritos, etc.

É possível, para a França, acompanhar-se a evolução do fenômeno associado às políticas organizacionais. Na década de cinquenta, com a reconstrução econômica, acentua-se a necessidade de se aumentar a produtividade e a redução dos custos da mão-de-obra, com o desenvolvimento da taylorização da produção (cronometragem, salário por peça, prêmios de rendimento e produtividade). Na década de sessenta, é a fayolização das empresas, preocupadas com a gestão : políticas de otimização dos serviços contábeis, financeiros, de marketing, desenvolvimento da informática; enquanto a " O&M " se ocupava da gestão de estoques, do desenvolvimento comercial. É evidente, que os acontecimentos de Maio de 68 deveriam repercutir na organização empresarial, mas segundo DURAND, as reivindicações, neste período são antes de tudo, salariais, de redução da jornada, de garantia de emprego e de manutenção e extensão das vantagens sociais. (9)

É, a partir de 1970, que se multiplicam os conflitos em torno dos ritmos e condições de trabalho, quando são então encampados pelas campanhas sindicais da CGT e CFDT. Em 1973, a CEE (Comunidade Econômica Européia) recomenda a abolição do trabalho em cadeia ; em 1975, a Assembléia Nacional aprovava projeto de lei sobre a melhoria das condições de trabalho e os comitês de empresa buscavam solução para : horários, duração do trabalho, condições físicas e segurança no trabalho.

(9) DURAND, Claude. Le travail enchainé. Paris, Seuil, 1978, p. 72

As evidências da recusa ao trabalho taylorizado, que se exprimem também pelas ações cotidianas e permanentes da queda da qualidade do trabalho, problemas de atraso na produção, engarrafamento da produção, qualidade duvidosa do serviço no setor terciário; somadas às greves frequentes, passam a preocupar os empresários que, inicialmente, e paliativamente utilizam a mão-de-obra estrangeira, menos exigente e mais adaptada, nos trabalhos repetitivos e problemáticos.

Em algumas indústrias de produção de série, a taxa de emigrados sobe à metade dos efetivos ; em média, de 15% a 30% , na construção e metalurgia. (10)

As taxas de turnover e absenteísmo nos anos de 1971 a 1973 atingem 13% a 14% na eletrônica, material telefônico e eletrodomésticos; indústrias com forte proporção de mão-de-obra feminina; na Volvo sueca, 30%. Nos bancos as taxas de turnover são ainda mais elevadas : 20% para a região parisiense, em 1975; de 40% a 80%, em Nova Iorque. (11)

Quanto às formas ditas "passivas" de resistência operária que resultam das condições de trabalho taylorizado, podemos aceitar a caracterização seguinte : " A fuga do trabalho toma, entre os operários, a forma passiva do absenteísmo e do turnover; entre os jovens, a da recusa ao trabalho industrial. A resistência à cronometragem e às normas de rendimento (frenagem) denotam formas de ação já coletivas, senão abertamente organizadas. Manifestando assim sua recusa da organização taylorizada do trabalho, os operários criam consideráveis perturbações no funcionamento das empresas, que agravam a ineficácia dos prêmios de rendimento e dos métodos tradicionais de comando." (12)

No esclarecimento dos conflitos abertos contra as condições de trabalho taylorizado caberia antes fazer referência ao pano de fundo em que se coloca o problema, afetado pela discussão da composição da classe operária que até recentemente, para alguns autores, sob orientação marxista só enchergavam homogeneidade na heterogeneidade. Fundando a noção de classe na convergência e identidade de interesses como se fora uma evidência sociológica : " Toda a sociologia dos anos sessenta se contentava ainda em distinguir frações desta classe operária tendo um papel particular em função de sua situação no sistema produtivo. " (13)

(10) DURAND, C. Le travail ... p. 73

(11) DURAND, C. Le travail ... p. 75

(13) ROSANVALLON, Pierre. Crise et décomposition de la classe ouvrière. in "FAIRE", Crise et Avenir de la Classe Ouvrière, Seuil, 1979, p. 23

(12) DURAND, C. Le travail ... p. 80

A partir da obra de MALLETT (1969), que via nos técnicos e quadros médios dos setores de ponta da indústria, a origem de uma nova contestação social, enquanto a massa operária não qualificada estaria mais e mais fortemente integrados no sistema, criou-se a noção de oposição entre classes tradicionais e novas classes, associada à reivindicações quantitativas e qualitativas. Hoje, para ROSANVALLON, o conceito de classe, vale dizer da unidade há que ser atualizada pelo extremo esfacelamento e divisão dos assalariados, cujas novas fontes de clivagem se dariam a partir : " da precariedade ou a estabilidade de emprego; da natureza das garantias e das vantagens sociais; do nível dos salários associado à qualificação e do grau e formas da organização coletiva. " (14)

Apresentamos, por ora, uma tipologia dos conflitos, suficiente para discutirmos a ação posterior dos empresários na tentativa de minizar os efeitos econômicos destes conflitos : a) conflitos abertos, nos quais as condições de trabalho são determinantes (greves contra a carga de trabalho ou ritmo de trabalho, conflitos disciplinares, insuficiência de efetivos), pouco numerosos e se inclinam para reivindicações salariais; b) conflitos mais numerosos em que as condições de trabalho apenas figuravam dentre as reivindicações ; c) greves, em que melhores condições de trabalho não são reivindicadas, mas são fatores de tensão e mobilização. (15)

1.3.2 - Razões técnicas

Para alguns autores a especialização e parcelização do trabalho, bem como o estudo de tempos chegou aos seus limites técnicos.

Sinais destas atuais dificuldades técnicas seriam :

- a análise do trabalho é insuficiente, porque reduzindo a atividade do operador a simples gestos é incapaz de levar em conta a complexidade de muitas das tarefas modernas, caracterizadas pela tomada de informações e seu tratamento;

- as características do operador não são suficientemente levadas em conta, na medida em que o conceito de operador "médio" é uma ficção estatística e que a ergonomia tem mostrado que há consequências negativas para o operador e como decorrência para a produtividade pela excessiva parcelização das tarefas, sujeição do operador à velocidade do dispositivo técnico e da própria concepção insuficiente da carga de trabalho;

- a objetividade do tempo é ilusória, porque em última análise

(14) ROSANVALLON, P. Crise et décomposition ... p. 24

(15) DURAND, C. Le travail... p. 93-94

lise toda medida, pela cronometragem, da duração de um movimento, depende do julgamento de velocidade do analista.

Em síntese, da cronometragem, como método impreciso não levando em conta os imprevistos e incidentes e desprezando a variabilidade da habilidade e a tendência natural do operador em manter certa autonomia, considerada como técnica infalível e neutra até à "composição" espúria dos conhecimentos do operador e "concessões unilaterais" ou de "negociações" entre o setor de métodos e o da produção, há uma série de razões para se considerar as técnicas tayloristas como passíveis de contestação interna.

É um tanto paradoxal que a OCT que se quis, desde sua origem, "científica" e que contou, teoricamente, com a razão para se justificar, devesse utilizar "a ferramenta, a pior que se possa encontrar na panóplia racionalista, mas que se encontra sempre : a coerção." (16)

1.3.3 - Razões econômicas

Para ficarem mais claros os argumentos econômicos da refutação da OCT, precisamos retroagir no tempo, caracterizando sumariamente o taylorismo-fordismo como uma etapa de avanço qualitativo do sistema capitalista para apenas então podermos caracterizar a "crise econômica" atual como basicamente uma crise que tem seus fundamentos no próprio processo de trabalho criado por Taylor e que hoje coloca o problema da acumulação frente a um novo impasse de realização, que poderia vir a ser ultrapassado, exatamente pela supressão dos entraves que o próprio modelo taylorista carrega nas suas entranhas.

Desta forma, a crise que se abate sobre o mundo desenvolvido e que repercute no mundo em geral, nada tem a ver com os famigerados "choques petrolíferos", nem se trata, ao menos, de simples recessão conjuntural. Ela se define por uma crise de um certo tipo de acumulação, baseado na extração e acaparação da mais-valia, vigente a partir do início do século e fundada na produção de massa associada à constituição dos monopólios, ao papel do capital financeiro (associação do capital bancário ao capital industrial), à formação do sistema imperialista com a hegemonia norte-americana produto de uma conjuntura precedente favorável (Guerra da Secessão, emigração em massa, etc.).

Esta conjuntura especial americana explica em grande parte o surto de um novo processo produtivo, aquele fundado na exploração intensiva da mão-de-obra, na produção de massa. "Grande produ-

(16) Citação de MONTMOLLIN, M. Le taylorisme... p. 101

ção de mais-valia", potenciada pela diminuição do tempo socialmente necessário à reprodução do assalariado, na medida em que o novo processo atinge também a produção de bens de consumo de massa. Assim, o taylorismo-fordismo não é apenas uma nova organização do trabalho, mas também, um novo modo de compatibilização da produção e consumo de massa pelo aumento real dos salários.

Passado o período crítico de 1929, é no período seguinte, de 1945 a 1965 que se atinge o apogeu e as primeiras dificuldades do novo processo de produção. A Segunda Grande Guerra vai desenvolver plenamente o sistema taylor-fordiano na indústria armamentista e sob normas "patrioticamente" incontestáveis. Ao mesmo tempo, a primitiva metodologia é "refinada" ao extremo (MTM, WORK FACTORS, etc) e incorporada ao sistema produtivo em geral, junto com a mecanização e automatização crescentes; fenômenos estes, associados à crescente pressão sindical pelo aumento dos salários, compatibilizando produção e consumo.

É a partir de 1965, no entanto, que os sinais da futura crise de 1974-1975 se mostram cada vez mais potentes: evolução decrescente da taxa de lucro; crises monetárias, crescimento do desemprego que explodem nas revoltas de Detroit, o Maio francês, o "outono quente" italiano, até ao fenômeno da "estagflação", período agudo da crise. Então, justamente, os setores de produção de massa, que vinham sustentando este crescimento entram em crise: indústria automobilística, química, eletrônica; atingindo setores do aço, mecânica pesada, etc. Fenômeno que está associado evidentemente ao crescimento da concorrência inter-capitalista, com a presença de novas potências econômicas, Japão, Europa Oeste e burguesias nacionais que passam a reivindicar melhores termos de intercâmbio para suas matérias-primas vendidas no período anterior a preço de banana.

Agora, são os estoques de mercadorias invendáveis (automóveis, por exemplo) que denotam uma sobreacumulação do capital, produto das inovações e modificações do processo de produção, basicamente taylorista, que parece dar mostras de ter atingido seus limites sociais econômicos. Contra este esgotamento das técnicas organizativas taylorizadas, além de outras saídas - como a da "nova divisão internacional do trabalho", pela "subcontratação internacional" de mão-de-obra barata; de uma nova "gestão do capital fixo" ou também chamada "usina difusa" pela dispersão periférica de pequenas indústrias e oficinas dependentes e gerando um novo fracionamento da classe operária - se desenvolve hoje: a) "... uma série de experiências sobre a reconstituição dos postos de trabalho e do trabalho fabril com vistas de liberar um novo modo de consumo produtivo da força de trabalho; b) ... tentativa de repensar o conjunto de mo

dalidades da gestão das classes operárias; a política de revalorização do trabalho manual, de um lado; (...) a generalização do trabalho precário e por 'tempo parcial', de outro, vão assim modificar profundamente o mercado de emprego operário para o adaptar à força, às novas exigências do capital. " (17)

1.3.4 - Razões ideológicas

É possível afirmar-se que, a "humanização" do trabalho em substituição ao taylorismo tecnocrático, fosse resultado de uma nova mentalidade administrativa, principalmente por aqueles administradores influenciados pelas correntes psico-sociológicas. No fundamental, pelo menos no caso francês, tratar-se-ia basicamente de se viabilizar a ação administrativa sob dois enfoques diferentes: de um lado, teríamos os administradores tradicionalistas-paternalistas, que tocados pela ideologia "humanista" querem impor a via participativa, sem nenhuma interferência externa na vida de suas empresas familiares, interferência sindical, quase sempre. Seria a corrente dos administradores-proprietários. De outro, surgem os neo-administradores, quase sempre recrutados nas áreas técnicas dos departamentos das grandes empresas, e que, sentindo por experiência própria as disfunções do taylorismo, acreditam ser possível a administração dos conflitos em lugar de sua abolição e adotam o questionamento da ideologia produtivista, paternalista ou tecnocrática. (18)

De um ponto de vista mais genérico, no entanto, apresentaremos a classificação proposta por ORTSMAN (1978) das diferentes perspectivas que dão origem, estabelecem os limites e determinam os objetivos dos recentes movimentos de mudança na organização do trabalho :

- perspectivas tecnocráticas, que comportariam o próprio taylorismo, o movimento de relações humanas e o "enriquecimento individual de tarefas". Apesar de apresentarem pontos de discordância com respeito às necessidades do homem no trabalho e a forma de organização a ser promovida, mantêm convergências não negligenciáveis quanto ao nível da individualização do trabalho; estrutura da empresa; o caráter "científico" e externo das intervenções, resultando na manutenção do controle individual sob normas que não cabem discussão;

- perspectivas liberais, fundadas na dinâmica de grupo, englobando o "grupo de auto-formação" e o "desenvolvimento organizacional". Possibilitando a livre expressão de idéias estes dois enfo-

(17) CORIAT, Benjamin. L'atelier et le chronomètre. Bourgois, 1979, p. 228

(18) BERNOUX, Philippe. L'abandon du taylorisme en france. Économie et Humanisme nº 227, 1976, p. 23-24

ques buscariam a participação de todos os escalões na concepção e modificações práticas da organização do trabalho;

- perspectiva sócio-técnica, centrada nos trabalhos do Instituto Tavistock de Londres, para o A., a forma de intervenção organizacional mais genuinamente democrática. Seus trabalhos mais difundidos e de maior repercussão resultam na chamada "democracia industrial" escandinava. São experimentos que desbordam os limites estreitos de uma empresa particular; são mais projetos de alterações institucionais contando com o concurso de aparelhos como o Estado, Sindicatos, Universidade.

Na Noruega, em 1977, a lei sobre o "meio de trabalho" estabelece exigências precisas sobre a organização do trabalho, regulamentando direitos de veto e iniciativa dos trabalhadores. Na Suécia, são muito conhecidas as experiências na Volvo de Kalmar na recomposição da linha de montagem da indústria automobilística. Em 1977, também, a partir da lei sobre participação, foi criado o Centro de Pesquisa sobre "Organização e Condições de Trabalho", financiado pelo Estado e dirigido por representantes dos "parceiros sociais".

Podemos aceitar a inclusão da corrente sócio-técnica como a que mais se aproxima do ideal de participação, dentro, é claro, de quadro referencial de uma "social-democracia".

No arrolamento superficial das possíveis causas que tornam o taylorismo cada vez mais questionado no mundo desenvolvido da sociedade ocidental, há que se reforçar, como fator mais potente, para alguns autores, a resistência organizada ou não do trabalhador que coloca em risco a rentabilidade das empresas. Mesmo no caso da Volvo, o absenteísmo foi o causador das tentativas de reformas na organização do trabalho.

Antes de passarmos uma vista de olhos em algumas das possíveis modalidades de intervenção nas empresas, objetivando alterações de condição de trabalho, associadas às alterações da organização do trabalho, tentaremos distinguir estas duas noções que, quase sempre, se sobrepõem no campo da prática do trabalho : a) organização do trabalho, na sociologia industrial, quase sempre designa a dimensão estrutural do processo de trabalho, o grau de sua divisão, complexidade, relações de poder e de participação e conteúdo mesmo do trabalho; b) condições de trabalho, têm um sentido mais restrito, o das condições materiais do trabalho (horários, higiene, segurança, carga de trabalho, etc.).

Evidentemente existem áreas de superposição nas duas noções por exemplo, nos elementos listados por JARDILLIER, sob a rubrica de "condições de trabalho" : esforços físicos, carga de trabalho, ritmo de trabalho; segurança física (quanto ao modo operatório e pro-

mentos); nível do trabalho (competência, qualificação); implicação pessoal (atribuições, delegação, responsabilidade); possibilidade de desenvolvimento pessoal; estruturas e formas de comando; relações paritárias e representação; meio físico; horários; normas de remuneração; transporte e alojamento; equipamento social da empresa; situação de emprego; consideração. (19)

1.4 - Soluções gerenciais

1.4.1 - Alargamento e enriquecimento de tarefas

O introdutor e sistematizador do movimento de "enriquecimento" de tarefas foi Herzberg, como técnica que viesse compatibilizar o crescente desenvolvimento tecnológico com as aspirações renovadas do trabalhador. A base do seu modelo é a "teoria das necessidades" de Maslow que hierarquiza, em ordem de aspiração pessoal, cinco grandes níveis (necessidades fisiológicas, de segurança, de amor, de estima e de auto-realização). Herzberg simplifica o leque em dois grandes fatores: "fatores motivadores" determinantes da satisfação no trabalho (níveis 4 e 5, de Maslow) e "fatores de insatisfação" ou de "manutenção" determinantes da insatisfação no trabalho (níveis 1, 2 e 3, de Maslow) que atuam independentes um do outro.

As necessidades que conduzem à insatisfação têm origem na "natureza animal do homem": fome, segurança. Nas empresas, elas se exprimem por reivindicações do tipo: salários, condições de trabalho, tipo de supervisão, segurança no trabalho; aquelas que conduzem à satisfação têm origem no "caráter particular da natureza humana": "faculdade de se realizar, fazer a experiência de uma progressão psicológica; que se transfigura na empresa, por reivindicações do tipo: a natureza de trabalho, responsabilidades que são confiadas, possibilidades de promoção e de progressão na natureza das atividades." (20)

A dificuldade em se separar as áreas de alargamento e de enriquecimento das tarefas é evidente. Para Herzberg, o alargamento consiste em aumentar simplesmente o número de tarefas de um posto de trabalho, é o ineficaz " $0 + 0 = 0$ "; ao contrário, o enriquecimento se obteria pela mudança das tarefas de um posto pela injeção de certas características correspondentes aos fatores de motivação (supressão de certos controles, aumentar a iniciativa, reali-

(19) JARDILLIER, Pierre. Les conditions du travail. PUF, 1979, p. 18

(20) ORSTMAN, Oscar. Changer le travail. Dunod/Bordas, 1978, p. 34

lizar um conjunto e não uma parte do trabalho, aumentar a autoridade, acrescentar tarefas difíceis, dar condições que o executante se torne um especialista, etc.).

O movimento de alargamento e de enriquecimento de tarefas contesta o taylorismo nos seguintes aspectos : a) em lugar da parcelização e repetitividade, as tarefas devem formar um conjunto coerente, em substituição do controle cerrado, margem de liberdade e controle por resultados; b) em lugar da motivação financeira, a natureza do trabalho é que é fonte de motivação; se o trabalho é interessante é possível até diminuir-se o salário. (21)

A discussão sobre os resultados práticos do alargamento - enriquecimento das tarefas poderia ser melhorada se confrontados com o que a fisiologia do trabalho tem a dizer : não se vestiria de "humanismo" uma nova forma de aumento do esforço pelo operário ?

O alargamento pode minorar os efeitos do trabalho com ciclos de duração muito curtos, na medida em que confiando-se a um mesmo operador mais tarefas de mesma natureza, obrigatoriamente, se aumenta o ciclo da operação. Mas, se as tarefas forem de natureza diferente, como quer Herzberg, para que não haja sobrecarga de trabalho, deve-se respeitar certas condições : " operações diversas , esforço de memória moderado, estabilidade da tarefa ", argumenta WISNER. (22)

O enriquecimento comporta sempre a reunião de operações de natureza diferente para se constituir a tarefa de um operador. Um exemplo : o operário além de utilizar a máquina deve limpá-la, engraxá-la, fazer o controle de qualidade e corrigir erros cometidos. Há vários argumentos a favor dessa alteração, não obstante, deve-se ter em conta as mesmas limitações quanto ao alargamento , acrescentando-se que as capacidades variáveis de cada operador poderia exigir maior esforço dos menos aptos, além dos seguintes : competência e papel do contramestre; grau de sua responsabilidade na qualidade e quantidade de produtos obtidos. " (23)

Não se pode esquecer de que a empresa pode estar muito interessada no enriquecimento, na medida em que sua aplicação pode resultar na redução de mão-de-obra, é o caso dos controladores e reguladores na produção.

1.4.2 - Desmonte da linha de montagem

Sobre a origem, características técnicas e econômicas da

(21) ORTSMAN, O. Changer... p. 41

(22) WISNER, Alain. Contenu des tâches et charge du travail. Soc.Travail, 4, 1974, p.350

(23) WISNER, A. op.cit., p. 351

produção em cadeia, trataremos quando fizermos referência a Ford ; especificaremos, agora, as características atuais do trabalho em cadeia para depois discutirmos esquematicamente os experimentos que parecem abolir este sistema de organização do trabalho. Genericamente pode-se denominar o trabalho em cadeia como " trabalho sujeito à velocidade de funcionamento do dispositivo técnico."

Dada a variabilidade de todo sistema biológico e dadas duas exigências fundamentais do dispositivo técnico " a regularidade e a quantidade da produção", o meio " mais simples para fazer predominar as exigências técnicas sobre as características humanas é de regular o ritmo do trabalhador pelo da máquina. O exemplo mais conhecido deste sujeitamento é o trabalho em cadeia que tem a vantagem suplementar de utilizar, ao máximo, os dispositivos de manutenção mecânica. " (24)

Uma série de experiências têm sido relatadas como plenamente favoráveis à abolição do trabalho em cadeia, principalmente na indústria automobilística. A associação do trabalho em cadeia a esta indústria é histórica. Não se pretende fazer o relato amplo sobre tais intervenções, pelo contrário, a pretensão é abordar-se o chamado "desmonte" da linha de montagem na Renault, outra indústria que cedo utilizou a linha na produção. (25)

A crítica que se segue poderá ser estendida, talvez, à outras intervenções do mesmo gênero, como a da Volvo, na Suécia. A recomposição da linha fordiana, na verdade, mantém, o princípio original, o da produção em fluxo contínuo, mecanizado ou não. A nova linha se caracteriza pelos seguintes traços : a) segmentação da cadeia em espaços de trabalho, ou módulos de trabalho; b) grupos de operários (três a seis) trabalhando nestes espaços, com produção diária ou mensal fixada pela administração, vale dizer, que a autonomia do grupo se circunscreve na "livre administração" do tempo "interno", do grupo.

O princípio da produção em fluxo contínuo é apenas reformado na medida em que um transportador central assegura a circulação do produto a trabalhar, ligando os diversos módulos de trabalho.

A recomposição da linha de montagem traz uma série de vantagens para as empresas em termos de uma "nova economia" do tempo e do controle. Primeiro, expande o campo da racionalização clássica através da redução dos tempos de transferência e de perdas de encaideamento e sua conversão parcial ou total em tempo de trabalho efetivamente produtivo; possibilita acumular ganhos sobre tempos ele -

(24) WISNER, A. Contenu des tâches ... p. 342

(25) Ver entre outros, FRIDENSON (1979), HÉRON (1975), WEIL (1976)

mentares teóricos. Isto graças à intensificação do trabalho quer pelo aumento dos gestos produtivos da jornada de trabalho, quer pela facilitação da equilibragem, realizada não mais gesto a gesto, mas para um conjunto de tarefas, resultando em economia de mão-de-obra no setor de preparação de trabalho.

Segundo, facilita o controle do operário pela instituição do grupo como nova unidade de base e sujeito da produção. A autonomia tornar-se um instrumento da auto-disciplina⁽²⁶⁾ através dos seguintes procedimentos : a) transferência para o consumidor do controle final pela marcação do produto pelo grupo e sua responsabilização por eventuais defeitos, o que era impossível na cadeia clássica; b) transferência para o grupo do controle de qualidade, no curso da fabricação, minimizando a crescente resistência operária que resultava na perda de qualidade e o correlato aumento de efetivos, para retoques e reparos da linha clássica; c) enfraquecimento dos efeitos negativos da recusa ao trabalho (absentismo, turnover) e das greves parciais, que, na antiga linha, resultava na integral paralisação da produção; d) "refinamento" do controle "social", através do grupo e eliminação da figura contestada do chefe da linha de montagem clássica e de outros controladores.

Terceiro, adequação da nova linha à atual composição e comportamento da força de trabalho e a certas limitações à valorização do capital : a) " trata-se de reutilizar produtivamente aptidões adquiridas (no curso da formação no trabalho ou no curso do período escolar) sem assegurar a possibilidade que estas aptidões sejam reconhecidas"⁽²⁷⁾, ou seja, busca-se, através do alargamento-enriquecimento das tarefas da linha reconstruída, a compatibilização entre motivação e produção, sem necessidade de se validar o trabalho do antigo operário de ofício ; b) a nova linha, com maior maleabilidade produtiva, corresponde melhor às demandas cíclicas de determinados produtos, facilitando a produção daqueles cuja variabilidade se já acentuada.

Alargamento e enriquecimento de tarefas, grupos semi-autônomos, rotação de postos, organização por objetivos, desenvolvimento organizacional, democracia industrial, etc. se apresentam como soluções participacionistas, que visam a modificar a organização e as condições de trabalho industrial e administrativo. Suas motivações são inúmeras, seus resultados discutíveis e sua permanência duvidosa.

(26) CORIAT, Benjamin. La recomposition de la ligne de montage et son enjeu-une nouvelle "économie" do controle et du temps. Sociologie du Travail, nº 1, 1979, p. 29.

(27) CORIAT, B. La recomposition... 30

2. ORIGEM E FUNÇÕES DO TAYLORISMO-FORDISMO

Na parte precedente responsabilizou-se o taylorismo-fordismo por todo tipo de problemas das sociedades industriais : condições precárias de trabalho, ritmos impostos e repetitividade das tarefas, a destruição da significação do trabalho no setor terciário, etc.

Procurou-se dar a idéia, também, de que o taylorismo-fordismo é um fenômeno atual que se planetariza. Penetra em todas as atividades humanas, enfim, que é responsável pela divisão social entre aqueles que organizam e aqueles que sofrem os efeitos da organização do trabalho.

De outro lado, misturaram-se noções como taylorismo, sinônimo de Organização Científica do Trabalho; taylorismo, sistema de administração e organização de trabalho; taylorismo e cientificação-tecnificação da produção; etc. Caso se busque, no entanto, em qualquer manual da história da teoria administrativa, a significação do taylorismo - dependendo da escola a que se filie o autor - no mínimo poder-se-á encontrar algumas informações do "pai" da administração científica, seus princípios e métodos; no máximo, os pressupostos ideológicos que informavam seu modo de ver a administração; mas sempre, a inserção no tempo do taylorismo, como algo do passado que remotamente poderia corresponder às culminâncias do saber administrativo atual, sua visão contingencial, seus conceitos abstratos do enfoque sistêmico que teorizam o comportamento e a estrutura organizacional do átomo ao sistema sideral.

Pretende-se inserir o taylorismo na História e então : a) pode-se inseri-lo como um dos principais sistematizadores da ideologia diretorial nos inícios do século XX (BENDIX, em Work and authority; TRACTENBERG, 1974) ; b) pode-se caracterizá-lo, também, como um genial engenheiro que prefigurou o domínio dos intelectuais orgânicos do capitalismo mundial. Neste caso, sociólogos, psicólogos, tecnólogos, ergônomos, estatísticos, economistas, tecnoburocratas, armados com seu charme e secretas tecnologias, corporificam e exponenciam o raso arsenal tayloriano e associados ao restrito e férreo núcleo do poder, participantes da tecnoestrutura exigem o cumprimento da ordem dos pacíficos e banais executantes, a zero-estrutura (CHAUVEY, 1970).

Se não se pretende ver o taylorismo como o produto das práticas de um esforçado engenheiro mecânico, que, tendo criado métodos novos, viria potenciar o progresso da raça humana; se não se pretende vê-lo reduzido a um capítulo introdutório da teoria da ad-

ministração, poderemos, talvez, inseri-lo como um abnegado funcionário do capital, que na virada do século projetou as idéias e os meios necessários à submissão real do produtor direto ao capital.

2.1 - Taylor funcionário do capital

Não apenas uma tecnologia da organização do trabalho industrial, o taylorismo é também uma estratégia econômica do capitalismo americano. Taylor não se preocupa apenas com a oficina, reconhece que o capitalismo atingiu a etapa dos trusts e monopólios. Pode-se filiar as idéias de Taylor ao pensamento dos clássicos ingleses, quando reconhece que a riqueza provém, em primeiro lugar, do solo, e, em seguida, do trabalho; de cuja produtividade aumentada decorre o crescimento, vale dizer, de cuja expansão depende a acumulação do capital através da produção e consumo de massa: "São estas mudanças (da produtividade) que interessam ao pobre, que lhes dão o mais alto nível de vida e transformam os objetos de luxo de uma geração em objetos de primeira necessidade para a segunda." (28)

Apesar de reconhecer as crises periódicas de realização do capital, Taylor acredita que a aplicação em grande escala da administração científica: "... diminuirá o preço de venda em proporções tais que nosso mercado interior e exterior será consideravelmente expandido... Desaparecerá então uma das causas essenciais dos períodos de subatividades, de desemprego e de pobreza... Será possível assim pagar-se salários mais elevados e diminuir o número de horas de trabalho, melhorando as condições de trabalho e o conforto da casa." (29)

É possível associar o pensamento econômico de Taylor ao estágio de desenvolvimento do capitalismo americano. A Guerra de Secessão, ganha pelo Norte industrializado, vai expandir as fronteiras internas do capital, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho crescia de forma espetacular com a imigração: "De 1860 a 1920, a imigração para os USA é um fenômeno de massa: 28,5 milhões de pessoas, o equivalente à população da nação em 1850..." (30)

"A grande maioria dos operários acredita que, se trabalhassem à velocidade ótima, causariam dano considerável à profissão resultando no desemprego de um grande número de colegas... por causa desta opinião errada, uma grande parte dos operários de nossos países diminuem deliberadamente seu ritmo de trabalho afim de diminuir a produção. Mas, quase todos os sindicatos operários definiram regras, tendo por objeto limitar a produção de seus associados e os homens que têm a maior influência sobre a classe operária, os chefes dos sindicatos e as pessoas que lhes dão ajuda,

(28) TAYLOR, citação de CORIAT, B. L'atelier et le chronomètre. 1979, p. 60

(29) TAYLOR, idem, ibidem.

(30) PALLOIX, Christian. Travail & production. Paris, Maspero, 1978, p. 96

com objetivos filantrópicos propagam cada dia este preconceito. " (31)

A "cera", o "marca-passos" sistemáticos é a preocupação central de Taylor. É possível levantar-se algumas razões de sua ocorrência : a) primeiro, a cera pode ser vista como uma luta pela manutenção do emprego, naquele momento histórico do desenvolvimento do capitalismo americano, quando o maquinismo rompia o antigo sistema de produção manufatureiro, substituindo o trabalhador qualificado de ofício, pelo não qualificado e dependente dos mecanismos ; b) naquele momento, o capitalismo ainda não tinha desenvolvido as formas de "salário indiretos" que poderiam assegurar a sobrevivência, mesmo que momentânea, do empregado ou operário desempregado, doente ou afastado por qualquer motivo. As "caixas operárias" asseguravam pouca proteção ao operário em quaisquer dessas condições e a cera pode ser vista, então, como uma tentativa desesperada do operário em preservar sua saúde física e mental, contra a intensificação do ritmo de trabalho que lhes minavam a única possibilidade de sobrevivência, a força de seus braços ; c) a experiência operária e sindical sabia de antemão que a forma de pagamento dos salários por produção, por peça, era uma faca de dois gumes. Se, no primeiro momento, o aumento de produção poderia resultar em ganho para um reduzido número de operários, no momento seguinte, o índice acrescido de produção poderia ser tomado como base dos futuros pagamentos.

Taylor estava consciente disso : " Quase não se pode encontrar em qualquer estabelecimento moderno importante, qualquer que seja o modo de pagamento dos salários, um operário competente que não consagre uma parte importante de seu tempo a estudar qual a lentidão limite que se deve trabalhar, sempre convencendo seu patrão que trabalha a uma velocidade normal. " (32)

Mas há uma outra explicação crucial para a "cera" sistemática : a variabilidade dos modos operatórios e do ferramental utilizado naquele estágio da produção fabril : " ... em todos os ofícios os operários aprenderam as particularidades de seu trabalho, observando o trabalho daqueles que os rodeavam; existe de uma forma geral, maneiras diversas de executar um mesmo trabalho: talvez 4o, 5o ou 10o maneiras de se realizar cada operação, constituindo o trabalho de uma profissão; pela mesma razão, existe uma enorme variedade de ferramentas que são utilizadas neste gênero de trabalho. " (33)

Além do modo operatório variável que Taylor tratará de normalizar, em alguns casos, os meios de produção ainda eram de pro

(31) TAYLOR, citação de CORIAT, B. Science, technique et capital, Seuil, 1976, p. 111-112

(32) TAYLOR, idem, ibidem

(33) TAYLOR, citação de CORIAT, B. Science ... p. 113

priedade dos trabalhadores, é o caso das pás dos carregadores de ferro gusa. Taylor procurará também destruir esta fonte de "ineficiência" produtiva, reduzindo o número delas, adaptando cada tipo às particularidades do processo de trabalho e passando a propriedade do ferramental para a empresa. Normalizar tamanhos de pás parece confirmar a idéia de que Taylor se preocupou apenas com o estudo de trabalhos muito pouco complexos e rotineiros como é a opinião de Friedmann. Ao contrário desta visão, que menospreza a capacidade da metodologia tayloriana, no estudo do trabalho e na confecção de meios de trabalho que potenciasssem a produção, lembramos BRAVERMAN que descreve o trabalho qualificado do mecânico, antes que Taylor, num esforço extraordinário de tecnólogo, estudasse, decompusesse e o normalizasse: "o mecânico do tempo de Taylor começava com o desenho da peça; torneava, laminava, furava, posicionava, aplainava, modelava, afiava ferramentas, limava e, tanto na máquina como em processos manuais ele concluía um trabalho de acordo com o desenho".⁽³⁴⁾

Taylor levou 26 anos efetuando de 30.000 a 50.000 testes, cortando 340.000 quilos de ferro e aço em lo máquinas operatrizes cedidas pela Midvale Steel Co., para conseguir, finalmente, expor o saber do torneiro mecânico para entregá-lo codificado à gerência moderna, mostrando a validade de sua metodologia.

Para que possamos entender melhor o significado do trabalho de Taylor, na criação da "Administração Científica", como tecnologia potenciadora do sistema produtivo capitalista, é preciso, primeiro, definirmos a noção de intensidade e produtividade de trabalho, de cuja conjugação resulta o "rendimento do trabalho".

A intensidade do trabalho ocorre quando constantes a tecnologia, o tempo e o número de trabalhadores, obtém-se um maior número de produtos; o que equivale dizer, que só é possível obter-se a intensificação do trabalho se houver aumento do ritmo do trabalho, ou seja a redução dos "poros" e dos tempos mortos no curso da produção. O aumento da produtividade de trabalho ocorre quando constantes o ritmo de trabalho e o número de trabalhadores, obtém-se, graças a maior eficácia dos meios de produção, um número maior de produtos.⁽³⁵⁾

2.2 - Confisco do saber operário

A bizantina discussão de que Taylor se preocupou apenas com o nível da execução do trabalho, enquanto Fayol projetou a estrutura formal administrativa da empresa como um todo, desmerece a

(34) BRAVERMAN, Harri. Trabalho e capital monopolista. Zahar, 1977, p. 101

(35) CORIAT, B. L'atelier et... p. 63

preocupação fundamental de Taylor em reorganizar globalmente o sistema produtivo nas unidades de produção de mais-valia. Taylor reforça sempre, que seu método atingirá toda a estrutura da organização. Percebe claramente que o conhecimento da média e superior gerência antiga é nulo, quando comparado com o somatório de conhecimentos enfeixados pelos trabalhadores. Seu projeto real será o de viabilizar a incorporação desse conhecimento, anulando-o na origem criando a zero-estrutura, e sistematizando-o e o concentrando na hierarquia, criando, portanto, a tecnoestrutura: " Ora, no melhor dos tipos comuns de gerência, os administradores reconhecem francamente que os ... operários, empenhados nos vinte ou trinta ofícios, que estão sob suas ordens, possuem este acervo de conhecimento tradicional, grande parte do qual não está nas mãos da gerência. A administração naturalmente inclui chefes e superintendentes que foram também trabalhadores de primeira classe em seus ofícios. E no entanto esses chefes e superintendentes sabem, melhor do que ninguém, que seu próprio conhecimento e perícias pessoais são pequenos em relação ao conhecimento e destreza combinados de todos os operários sob suas ordens. Os gerentes mais experientes, francamente, põem diante do operário o problema de fazer o trabalho, da melhor maneira e do modo mais econômico. Sabem que sua tarefa é a de induzir cada operário a utilizar o melhor de seus esforços, seu trabalho mais afinado, todo o seu conhecimento tradicional, sua perícia, imaginação e sua boa vontade - numa palavra, sua 'iniciativa', de modo a produzir o maior retorno possível a seu empregador. " (36)

Como as gerências "comuns" poderiam fazer frente ao problema da concentração do poder do conhecimento nas mãos dos operários qualificados, sem quebrar, dentro delas mesmas, o princípio de autoridade tradicional que desconhece a metodologia científica e se compraz no mando consuetudinário copiado da organização religiosa e da organização militar?

Como concentrar, nas mãos da nova gerência, tantas qualidades e conhecimentos necessários ao crescimento do processo produtivo ?

Para Taylor um único contramestre deveria concentrar uma série de conhecimentos, para bem desempenhar sua função: a) ser bom mecânico, com aprendizado especial; b) entender um desenho, para tanto, aliar inteligência e instrução; c) preparar o trabalho e os equipamentos; d) supervisionar o estado e a condição das máquinas ; e) controlar a qualidade ; f) supervisionar o ritmo e a continuidade do trabalho; g) planejar o conjunto do trabalho e velar pelo pro

visionamento das máquinas; h) supervisionar o emprego do tempo e fi xar o preço do trabalho por peça, o que exigiria conhecimentos con táveis e habilidade "psicológica" ; i) controlar os operários e cor rigir salários sendo necessário julgamento, tato e eqüidade.

Conhecimentos e habilidades que devem estar concentrados em único homem.

Para Taylor, portanto, a moderna organização deve alocar , expropriando um saber anterior disperso, ao nível da execução, na hierarquia, num setor de estudos, para análise, decomposição e codi ficação de qualquer tipo de trabalho, todo o saber técnico para que "todo trabalho intelectual" seja banido da oficina. Este saber novo, fonte de um novo controle real, atingirá a execução através das li- gações funcionais.

No pensamento taylorista, não há nenhum problema maior em se fazer tal concentração, pelo contrário, além de demonstrar a sua validade para a empresa, vai além, este novo setor será o cabide de emprego para toda uma nova camada de bons trabalhadores, na sua vi- são; na realidade, um novo campo de trabalho para a classe proprie- tária proletarizada: " Numerosos são aqueles que desaprovam a idéia geral de um departamento de planificação que pense pelos homens e que se oporão igualmente a que um número importante de contramestres assista e dirija cada homem no seu trabalho, argumentando que isto não tenda a promover no indivíduo a independência, a autonomia, nem a originalidade. Estes que têm esta concepção, no entanto, são obri gados a se contrapor a toda uma orientação do desenvolvimento indus trial moderno, e a opinião do autor é que, neste caso deixam de con siderar os fatos reais." (37)

Taylor é profético, e , na virada do século, já antevê a estrutura e a organização do trabalho na moderna fábrica de hoje, no entanto, quanto à valorização do trabalho de alguns foi otimista em demasia e a realidade veio contrariá-lo. Imaginando que sua nova or ganização do trabalho viesse favorecer "os seus amigos operários " guindando-os, os melhores, às novas posições, esqueceu-se de duas coisas: primeiro, que uma pequena parcela destes operários pudesse, realmente, melhorar de situação, quando, ao mesmo tempo, a nova or- ganização do trabalho criava um batalhão de operários desqualifica- dos e desprovidos de sua única arma anterior, a de deter um saber , que era sô deles, e, do qual as empresas muito necessitava; segundo, que estes novos postos de trabalho técnicos seriam preenchidos, mais e mais, pela classe média extraída, não do meio operário, mas da Classe proprietária empobrecida: " É verdade que o escritório de planificação e supervisão funcional tornem possível que um operário comum ou um braçal cumpram uma parte do trabalho até hoje feito por um mecânico. Não é uma vantagem para o trabalhador e o braçal? Da mos-lhes um trabalho de nível mais alto, com possibilidade de desen- volvimento e lhe atribuímos um melhor salário. Preocupando-se, com

(37) TAYLOR, citação de MONTMOLLIN, M. Le taylorisme à ... p. 84

simpatia, sobre o caso do mecânico, esquece o caso do operário. Esta simpatia pelo mecânico é, no entanto, inútil, porque o mecânico, com a ajuda de um novo sistema, chegará a um nível de trabalho superior, que era incapaz de fazer no passado, e de mais a mais a mestria especializada ou funcional exigirá um grande número de homens desta categoria, de tal sorte que os homens que antes permaneceriam a vida toda mecânicos, terão assim a chance de chegar à mestria. A demanda de homens capazes de originalidade e de inteligência, nunca foi tão grande como hoje, e a divisão moderna do trabalho, longe de diminuir os homens, lhes permite, ao longo da escala, chegar a um nível de competência superior, implicando tanto mais trabalho intelectual, quanto menos monotonia. " (38)

De qualquer forma, o otimismo de Taylor quanto as vantagens do progresso técnico e de seu determinismo implícito, até hoje se coloca como um problema a ser discutido e eventualmente resolvido, segundo algumas perspectivas. De outro lado, a tese do determinismo tecnológico está na base dos argumentos de alguns expoentes da sociologia industrial. De Friedmann, passando por Naville até chegarmos a Touraine, que apesar de conhecerem o trabalho de Marx e não se filiarem integralmente à corrente que vê na tecnologia a fonte das alterações sociais exclusivamente, são passíveis de se verem incluídos como adeptos de um certo "evolucionismo tecnológico" (39)

Para certos autores, os neo-marxistas atuais e sua "tese conspiratória" se enganam em associar taylorismo à desqualificação operária, porque tal fenômeno poderia ser imputado à um outro mais amplo, o da revolução industrial; isto, se, de fato, a desqualificação fosse real e sua interpretação fosse inequívoca, porque: "esquecem o fenômeno que já preocupava Marx, a saber, o enorme crescimento do emprego (compreendidos os qualificados) permitido pela racionalização do trabalho, os aperfeiçoamentos técnicos, a divisão das tarefas e a destruição do monopólio dos primeiros especialistas empregados na técnica nova. Na França, de 1968 a 1975, o emprego na informática aumentou 60%. Para os trabalhos mais qualificados, quadruplicou. " (40)

Contra-argumentando, é possível, no entanto, a apresentação de uma série de outros levantamentos que mostram justamente o contrário. Um exemplo, apenas: feito o levantamento, na Alemanha, da situação dos operários qualificados nas indústrias que recentemente (de 20 anos para cá) sofreram o processo de racionalização, foi encontrado um processo real de desqualificação. (41)

2.2.1 - O salário e a metodologia tayloristas

Taylor tinha uma concepção sobre a motivação do homem, o

(38) TAYLOR, citação de MONTMOLLIN, M. Le taylorisme à ... p. 86

(39) Ver, MAURICE, M. (1980)

(40) Citação de MONTMOLLIN, M. Le taylorisme à ... p. 86

(41) Ver, entre outros, MICKLER (1979), CFTD (1977) e (1980)

conhecido "homo economicus" : Ser solitário buscando alternativas maximizadoras de sua felicidade. A satisfação do trabalhador depende de quanto ele ganha, e de como ele percebe o ganho, ou seja, para Taylor, deve haver a justa remuneração. Justiça e equidade; mais qualificação, mais salário; maior produção e esforço, maior salário.

Mais tarde, o "homo economicus" entra em choque com o "homo comunicans" da escola de relações humanas. Agora, a comunicação é a pedra de toque na solução da integração do trabalhador na empresa; a livre-palavra desintoxica os músculos e amacia os constrangimentos. Uma bateria de técnicos recém-saídos das universidades invade os sistemas produtivos.

Até 1930, os psicólogos ainda discutiam se o trabalho coletivo era superior ao trabalho individual, quando os industriais e o taylorismo respondiam afirmativamente, pela prática. Foi a partir da Depressão, quando ocorre a proletarização pelo assalariamento de grande parte da pequena-burguesia junto com o arranque da monopolização pela concentração do capital - com o crescimento concomitante dos setores não diretamente produtivos, campo do chamado trabalho intelectual (o da organização e supervisão do processo de produção, da coleta e realização da mais-valia) - associado à atuação do Estado, que surgia a oportunidade para a introdução das Relações Humanas.

Movimento que, via dinâmica de grupo, apresentava a " conversão ao salariedade como uma adaptação pessoal voluntária (problema 'humano') à uma evolução científica e técnica inevitável (problema 'técnico'), tratava-se , de fato, de uma operação política com meios ideológicos. " (42)

Depois de tantos anos de remuneração "simbólica" é difícil explicar como na Suécia, em 1973, 28% das horas trabalhadas eram ainda pagas pela forma de rendimento (pagamento por peça) ; que numa pesquisa nos EUA a motivação monetária atingia 30%, enquanto a motivação por fixação de objetivos, 16%; a por enriquecimento de tarefas, 9% e a motivação por participação 0,5%. (43)

De qualquer forma, os primórdios da psicossociologia empresarial já estão presentes nos trabalhos de Taylor; pelo menos definido o objeto de interesse da empresa: a seleção e o treinamento para a adaptação não problemática ao trabalho: " Nosso primeiro passo, foi a seleção científica do operário. Ao lidar com o operário, neste tipo de gerência, é regra inflexível conversar e tratar com apenas um homem de cada vez, visto que cada operário tem suas capacidades e limitações especiais, e visto que não estamos tratando com homens em massas, mas, tentando desenvolver cada indivíduo ao seu mais alto estado de eficiência e prosperidade. Nosso primeiro passo foi

(42) POITOU, Jean-Pierre. La dynamique des groupes. Paris, CNRS, 1978, p. 32

(43) MONTMOLLIN, M. Le taylorisme à ... p. 124

encontrar o homem adequado com quem começar. Nós, portanto, observamos cuidadosamente e estudamos esses 75 homens por três ou quatro dias, e, ao fim desse tempo, escolhemos os que pareciam aptos fisicamente a manejar 47 toneladas por dia. Foi então feito um meticoloso estudo de cada um desses homens. Estudamos sua vida tanto quanto possível e através de inquéritos feitos quanto ao caráter, hábitos e ambições de cada um deles. Finalmente selecionamos um dos quatro como o mais provável para começar. Era um holandês, da Pensilvânia, que havia sido observado na volta para casa, por uma milha mais ou menos, depois de seu trabalho à tarde, e tão logo voltava de manhã para o trabalho. Descobrimos que, ganhando salário de um dólar e quinze cents por dia, ele conseguira comprar um pequeno terreno e que estava empenhado em elevar as paredes de uma casinha para ele, de manhã, antes de ir para o trabalho e à noite depois da saída. Tinha também a reputação de ser muito 'munheca', isto é, de atribuir muito valor a um dólar. Uma pessoa a quem falamos sobre ele, disse: Um vintém parece do tamanho de uma roda de carroça para ele. Chamaremos a esse homem de Schmidt. " (44)

Taylor enfoca o salário também pelo ângulo da motivação, através do salário diferencial por peças, em que o salário de base depende da quantidade de peças produzidas. Do ponto de vista econômico, no entanto, o que há de novo em Taylor é que ele propõe um salário mais elevado. Quando ele explica a forma "científica" de estabelecer o aumento, pode-se compreender esta forma como mais uma tática para desatrelar os operários qualificados de seus sindicatos; "... desligar o operário do sindicato exige assegurar ao operário uma 'cobertura' menos aleatória de seus custos de manutenção, durante e depois dos períodos de ocupação produtiva na oficina. Esta é a idéia nova que começa a germinar na prática tayloriana de trabalho. É preciso aqui dar importância da mutação, porque ela também significa que o salário começa a ser relacionado, na prática capitalista - não mais à quantidade de 'trabalho fornecido' mas à quantidade de trabalho necessário ao operário para lhes assegurar os custos de reprodução. " (45)

De instrumento de motivação, o salário se transfigura em instrumento de reprodução do operário. A partir de 1920 a prática tayloriana é encampada pelo governo a nível de política de Estado: promover o "capitalismo científico" de Taylor através da generalização do estudo de tempos e movimentos a todas as indústrias, desenvolvendo o Capitalismo-do-Bem-Estar-Social impondo: jornada razoável de trabalho, garantias contra o desemprego, saúde e práticas discriminatórias, seguros coletivos de vida por incapacidade, aposentadoria, etc.

A explicação do taylorismo, fundamentalmente como uma forma de organização do trabalho, dirigida no sentido de expropriar

(44) TAYLOR, citação de BRAVERMAN, H. Trabalho e ... p. 96

(45) CORIAT, B. L'atelier et ... p. 91

ou confiscar o saber do operário sindicalizado e qualificado, tem que ser nuançada. O taylorismo pode também significar uma forma de organização que compatibilize o baixo nível da qualificação operária naquela época particular da imigração maciça de populações rurais, para os USA. Esta população, que chega, não encontraria no país, ao contrário de sua situação camponesa anterior, chances de manter sua reprodução via produção doméstica (rural, na Europa) , porque lançada nas grandes cidades americanas (dormitórios-operários e não cidades-camponesas da Europa medieval) como mão-de-obra desqualificada, sem capacidade sequer de comunicação verbal (é o caso do coitado do Schmidt), só poderia servir de mão-de-obra à organização taylorizada.

Não obstante, a existência desta mão-de-obra desqualificada pode reforçar o argumento da intensão de Taylor em confiscar o saber operário, pelo estudo de tempos e movimentos, porque esta massa entraria em concorrência com o trabalhador qualificado, de ofício, facilitando a política do capital em destruir a resistência do trabalhador individual, pela sua incorporação ao trabalhador coletivo (imigrante, desqualificado) na nova organização do trabalho taylorizada, vale dizer, racionalizada, com trabalho parcelar, com baixa qualificação. (46)

A metodologia taylorista é muito simples, e, como é usada ainda hoje, todos os dias, basta uma menção. Para que a "administração científica", ao contrário das anteriores, todas elas submetidas ao conhecimento empírico do produtor direto, pudesse alcançar a eficiência e a produtividade ideais, bastava : a) reduzir o saber operário complexo a seus elementos mais simples, através da mensuração dos tempos e movimentos; " a cada gesto corresponde um tempo ". Era a entrada do cronômetro na fábrica moderna; b) triar e classificar sistematicamente todos os gestos; c) recompor cada tarefa sob o princípio do " one best way " , modo operatório único, com tempo predeterminado que é imposto e cobrado.

Uma dupla operação : expropriação do operário pelo seu próprio saber e o confisco de seu saber serão a base de uma nova divisão de trabalho fundada na oposição entre concepção e execução.

O papel histórico de Taylor e do taylorismo foi o de realizar na prática aquilo que Marx anunciava, cinquenta anos antes, como imanente à "natureza" do processo de produção capitalista, a parcelização das tarefas, a incorporação do saber técnico no maquinismo, o caráter despótico da direção: " O interesse excepcional, que

(46) PALLOIX, Ch. Travail & production ... p. 95-100

apresenta Taylor, reside no fato de que é a expressão consciente, concentrada e sistemática dos interesses do capital, num momento es tratégico de sua história. Ele torna conscientes à burguesia os imperativos da valorização do capital, quanto às formas de se imprimir ao processo de trabalho, formas que Marx predizia, de maneira dedu tiva. " (47)

2.3 - Taylor e Ford

É interessante notar, nos manuais de história da administração, o acentuado esquecimento de Ford. No entanto ele é citado anedoticamente como o anti-símbolo do marketing moderno, por causa da cor de seus fordecos. Coube a um marxista descobri-lo. Gramsci associa fordismo e civilização americana e se preocupa com nova for ma de civilização fundada numa determinada forma de organização do trabalho. Se este aspecto é menos conhecido, é de domínio público a técnica fordiana da linha de montagem, até porque na caricatura genial de Chaplin ele a imortalizou - o dispositivo técnico que repro_{duz} um modo de se comportar, de comer e de se relacionar com o se xo oposto. Mais desconhecido ainda é o famoso "five dollars day" de Ford, o salário que instaura o Welfare State.

É difícil separar na Organização Científica do Trabalho a contribuição de Taylor e de Ford? Para alguns autores recentes é muito simples: aquilo que Taylor pretendeu, a linha de montagem fordiana pôs em prática.

2.3.1 - O trabalho em cadeia

Dispositivos de transporte mecânico são encontráveis já no século XIX, quando já economizavam salários de crianças ou de adultos no deslocamento de cargas pesadas. Enquanto simples máquinas de deslocamento e de transporte a gama desses dispositivos é ampla: numa única fundição de Ford, havia 25 dispositivos diferentes, vagonetas, gruas, monta-cargas, transportadores de gusa, etc.

As vantagens desses transportadores não são somente técnicas: a) não possibilita apenas ganho de espaço útil, nem diminui só a fadiga nos deslocamentos de cargas pesadas; suas reais vantagens estão, entre outras, na parcelização extrema das tarefas a bai xo custo; b) possibilita a inclusão das atividades humanas às da máquina que passa a determinar o ritmo do trabalho, o que era, im possível, pela máquina parcelar. Se os transportadores tem a função

(47) CORIAT, B. Science, technique ... p. 133

exclusiva de diminuir a fadiga no deslocamento de produtos pesados, por exemplo, na indústria automobilística, quais as funções que teriam na indústria alimentícia, vestuário, etc. ?

As primeiras cadeias, instaladas em 1913 por Ford, já eram eficazes, conforme a propaganda da "Ford Factory Facts" , de 1917 : antes da cadeia, 1.100 operários trabalhando 9 horas montavam 1.000 motores; depois de instalada a linha, 1.400 operários montavam 3.000, em 8 horas de trabalho diário. (48)

A cadeia dá uma forma técnica à norma imposta: " Do ponto de vista do controle, os benefícios eram imediatos e evidentes ... a direção podia regular o ritmo do trabalho para o conjunto da força de trabalho. Havia, evidentemente, limites, às vezes, físicos e impostos pelos operários, mas os controladores não tinham mais a responsabilidade da direção dos trabalhadores : a cadeia determinava o ritmo... A luta entre os operários e os chefes não era mais uma confrontação simples e direta no trabalho. O conflito se via mediado pela própria tecnologia. Os operários se confrontavam com a marcha da cadeia e não com a tirania direta dos chefes. A cadeia constituía um dispositivo repressivo, fundado tecnologicamente, e que mantinha os operários na sua tarefa. " (49)

Se Ford é tributário da administração científica de Taylor, por sua criação maior, o estudo de tempos e movimentos, a linha de montagem tem uma série de vantagens qualitativamente novas no aumento da produtividade do trabalho .

Primeiro, pelo aumento da duração efetiva da jornada de trabalho, obtido com a introdução dos transportadores, e que resulta em supressão de tempos mortos (não produtivos, como no caso do deslocamento de produtos e peças) ; pela economia de mão-de-obra (associada a estes trabalhos improdutivos anteriores) ; pela intensificação do trabalho, eliminando-se, pelo dispositivo técnico, os poros e as pausas do trabalho anterior.

Segundo, pela parcelização extremada do trabalho. Se em Taylor a parcelização permanece em estado potencial pelo estudo do trabalho e pela separação entre concepção e execução, a linha fordiana vai por em prática o princípio : " Na fundição, por exemplo , onde anteriormente todo o trabalho se fazia à mão e onde havia operários qualificados, depois da racionalização ficaram apenas 5% de modeladores e fundidores realmente especializados. Os 95% restantes são 'especializados' numa só operação, que, o mais estúpido dos in-

(48) DORAY, Bernard. Le taylorisme, une folie rationnelle? Bordas, 1981, p.60

(49) DORAY, B. idem, p. 62, citando EDWARDS, R. Contested terrain , 1979

divíduos, pode em 2 dias estar preparado. A montagem é feita inteiramente à máquina..." (50)

A parcelização resulta, portanto, diretamente na desqualificação do operário; o sistema mecânico reduz o tempo de formação do operário : 79% da mão-de-obra empregada por Ford, em 1926, era formada em menos de um dia ; 43%, no período de um dia à uma semana.

Terceiro, pela supervisão panóptica do trabalho. Aqui, cabe um preâmbulo. Há uma história da repressão por trás do termo. O projeto arquitetônico, a ser implantado nas prisões do século XVIII, possibilitava a vigilância de todos os encarcerados, cujas celas se voltavam para um único ponto de observação, facilitando o controle do comportamento de todos os presos ao mesmo tempo. DE GAUDEMAR faz a descrição dos elementos constantes do "modelo panóptico" da fábrica, válido segundo o autor, para o período de 1791-1848 : " tudo ver, tudo controlar de uma mesma situação hierárquica. O despotismo é o princípio do governo. A disposição material da fábrica, sua arquitetura, equipamentos, materiais e técnicas são o seu estrito reflexo. Os trabalhadores são escrupulosamente supervisionados e controlados, mas não são obrigatoriamente utilizados no total de suas capacidades e disponibilidades. A ordem produtiva é ainda essencialmente disciplinar, herdada em parte de outros modos de organização social, como a prisão e o exército. A disciplina, então, tem sobretudo uma imagem repressiva..." (51)

A introdução dos transportadores vinha facilitar a fiscalização e a supervisão onipresentes no setor de usinagem, onde a produção em cadeia não podia entrar e determinar ela mesma a intensificação do trabalho: " Antes da introdução dos transportadores, a oficina de volantes estava de tal maneira entulhada, que era difícil chegar a ela e o contramestre, impossibilitado de supervisionar o trabalho... a duração das operações era de 31 minutos e foi reduzida a 20 minutos. " (52)

CORIAT (1979) chama ao processo de trabalho, inaugurado pela linha, de : "Normas de Produtividade" as quais vinham complementar as " Normas de Trabalho " de Taylor.

Estas "normas de produtividade" em síntese gerariam : economia "geral" da mão-de-obra de manutenção e conversão do tempo economizado em tempo efetivamente produtivo; "socialização" do ritmo do trabalho agora embutido na tecnologia; expansão da extorção da mais-valia relativa pelo recurso sistemático do maquinismo.

(50) FORD, citação de CORIAT, B. L'atelier et... p. 76

(51) DE GAUDEMAR, Jean-Paul. La mobilisation générale. Champ Urbain, 1979, p.189

(52) CORIAT, B. L'atelier et ... p. 78

Evidentemente, do ponto de vista econômico, estas novas formas de produtividade vão coroar a produção de massa iniciada pelo taylorismo, pela " produção em grandes séries de mercadorias estandarizadas cujo valor, em termos de tempo de trabalho necessário, é reduzido. " (53)

2.3.2 - O "five dollars day"

Em 1914, Ford anunciava um "acordo geral sobre os salários", em que propunha dobrar o salário de 2,5 dólares para 5,0 dólares. É possível alinhar-se algumas razões desse aumento, mas antes, veja - mos qual é a função real do salário : " A forma salário não é um re - flexo passivo, mecânico, do valor da força de trabalho. Ela desem - penha, no funcionamento e desenvolvimento das relações de produção capitalistas, um papel essencial para assegurar a subordinação do trabalho ao capital, a submissão dos trabalhadores à exploração e aos imperativos da valorização e acumulação do capital. Com efeito, o salário exprime o fato de que o reconhecimento do valor da força de trabalho e da possibilidade de renovação delas estão subordina - dos à existência de um valor de uso desta força, por um capitalista. (54)

O aumento salarial de Ford, em primeiro, lugar procurava assegurar o aprovisionamento contínuo da força de trabalho numa época em que Detroit, por causa da forte imigração recente, conhecia a instabilidade de uma mão-de-obra mal "aculturada", com taxas de turnover da ordem de 400% e em razão da ação sindical da temida IWW (International Workers of the Word).

Em segundo lugar, com o aumento, Ford inaugurava o controle do modo de vida do operário, na medida em que o aumento só era dado aos operários que tivessem determinado perfil de comportamento adequado : seis meses de "casa"; mais de 21 anos ; sexo masculino; "bons antecedentes", naquela época traduzido por "boa moral" : ser limpo, reservado, não fumar, não beber, não jogar, não frequentar bares.

Para que o controle fosse posto em prática, Ford criou um razoável e eficiente aparelho burocrático, inaugurando a mediação necessária entre a escola e o trabalho: sociólogos , psicólogos , técnicos de toda ordem passam a encontrar campo de trabalho. Quarenta mil fichas eram escrupulosamente preenchidas e já o "departamento de pessoal" ocupava todo um edifício, enquanto trinta "investigadores" fiscalizavam o comportamento dos operários, fora da fá -

(54) Citação de BLEITRACH & CHENU L'usine et la vie. Maspero, 1979, p. 53

(53) CORIAT. B. L'atelier et ... p. 84

brica, principalmente em relação à forma particular de gastar o seu "polpudo" salário, remetendo relatórios freqüentes à administração, através dos quais se aplicavam as devidas sanções. (55)

Em último lugar, o "five dollars day", através da seleção e controle, permitia a potenciação da racionalização. Explicando melhor, o aumento de salários e a linha são contemporâneos e as exigências técnicas do posto de trabalho deviam estar associadas ao perfil comportamental do operário, "é o cargo que determina a pessoa" : disciplina versus descaso no trabalho; presença versus ausência; regulamentos internos de contratação versus dispensa; requisitos do cargo versus comportamento humano; etc., em síntese, o comportamento humano passava a ser definido pelo equipamento técnico, sob um imperativo despótico, a que o operário fordiano se curvava para manter o "alto salário".

Mais ainda, o sistema técnico transforma o salário por peças em peça de museu, uma vez que o dispositivo técnico tem inscrito nele a intensidade do trabalho, desqualificando os anteriores "estimulantes" e "bonus". Agora, o operário está livre da preocupação em assegurar uma sobre-remuneração pelo esgotamento físico do pagamento por peças; ao operário é dado de "graça", o poder, ou o direito de permanecer vivo sem esforços extras.

Para a empresa, os resultados são ainda mais significativos. O absentismo e o turnover depois de 1914 atingem menos de 0,5 % ; redução do custo unitário em torno de 17% (apesar da redução da jornada de 9 para 8 horas e do "five dollars day") ; recrutamento da mão-de-obra assegurada e produção crescente : 1913, 200.000 ; 1915, 500.000 ; 1919, 1.000.000 ; 1932, 2.000.000 ...

2.3.3 - Americanismo e fordismo

" Os levantamentos dos industriais sobre a vida privada dos operários, os serviços de inspeção criados em algumas empresas, para controlar a 'moralidade' dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Rir destas iniciativas (mesmo se falharam) e ver nelas apenas uma manifestação hipócrita de 'puritanismo' é recusar a possibilidade de se compreender a importância, o sentido e a envergadura objetiva do fenômeno americano que é também o maior esforço coletivo que até agora se manifestou para criar, com uma rapidez prodigiosa e uma consciência do objetivo a atingir, sem precedente na história, um tipo novo de trabalhador e de homem. " (56)

A preocupação de Gramsci em caracterizar este novo tipo de homem americano, produzido pelo fordismo, inscreve-se numa particular conjuntura política européia : o de como o movimento operário

(55) Ver, CORIAT, B. L'atelier et... p. 96-97 e DORAY, B. Le taylorisme... p. 99

(56) GRAMSCI, "Americanisme et Fordisme", citação de BLEITRACH & CHENU, L'usine et la vie, p. 70

deveria direcionar sua luta contra o capital e as discussões em torno da implantação do processo de produção no bojo da Revolução de Outubro. De um lado, a experiência de Gramsci, no movimento dos conselhos de fábrica na Itália, de outro, a idéia de Trotsky em modelar a organização do trabalho transplantando o taylorismo-fordismo.

Para Gramsci, essa importação trazendo os traços da racionalização para-militar da cooperação operária, sob o comando do capital, não devia ser aplicada em uma sociedade socialista. O equilíbrio psico-físico do trabalhador, no sistema capitalista, não ocorrente dentro da fábrica, é um fenômeno que a transcende, é produto da hegemonia política do capital, engloba a sociedade civil. Puritanismo, disciplina dos instintos sexuais, monogamia que nascem na fábrica, constituem-se ideologias, códigos morais que penetram o social e quase sempre são reforçados pelo Estado, pela habituação, sua cotidianidade, seus modos de vida, uma cultura no sentido antropológico do termo.

" O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular e nervosa: é de seu interesse ter uma mão-de-obra estável, sempre em bom estado no seu conjunto, porque, o conjunto do pessoal (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve freqüentemente renovar peças particulares, sem ocasionar perdas enormes. O famoso 'alto salário' é um elemento que serve para selecionar uma mão-de-obra adaptada ao sistema de produção e a manter estável. Mas o alto salário é um instrumento de dupla função: é necessário que o trabalhador dispenda "racionalmente" seu salário mais elevado, a fim de manter, de renovar e, se possível, de aumentar sua eficiência muscular e nervosa e não para a destruir ou diminuir. " (57)

Ford teve o mérito de por em prática, pela primeira vez, via "altos salários" a integração do operariado ao sistema capitalista, mas outras formas de "compra" da adesão foram praticadas por americanos e europeus, quer pela distribuição de ações (em 1909, a United Steel Co. "entregava" 30.000 ações, mediante regulamentação draconiana do comportamento de seus operários), quer pela participação direta de parte dos lucros (em 1916, a Kodak "distribuía" parte de seus lucros num montante de um milhão de dólares).

A integração fordiana talvez seja, no entanto, o exemplo mais típico, posto em prática da forma mais organizada. Em 1917, Ford contava com 144 "conselheiros" encarregados de coletar assuntos sobre a moralidade, a respeitabilidade, os hábitos e opiniões. O libretto "Ford Factory Facts", do ano, dá notícia do trabalho dos conselheiros, quando na introdução do capítulo "Educação e Repartição dos Benefícios" aparece a fotografia de uma família russa tradicional desembarcando do trem em Detroit... (58)

(57) GRAMSCI, citação de BLEITRACH & CHENU, L'usine et ... p. 44

(58) DORAY, B. Le taylorisme, une folie... p. 96

Em 1920, mais de 7.800 fichas de "perfis de postos" permitiam distribuir os indivíduos aos lugares onde se os supunha melhor adaptados: " Um modelo mecânico da personalidade : cada qualidade útil é considerada como uma composição de qualidades primárias (ex. : a pontualidade = espírito de precaução + estabilidade + exatidão; a cortezia = cordialidade + respeito + benevolência + desejo de aprovação)... cada qualidade primária é avaliada por 3 questões caractereológicas como, benevolência : ' quando se opõe a alguém , em que medida você é capaz de dar ao outro o benefício da dúvida ? ' "... (59)

2. 4 - Taylor e Lenin

Abordaremos a penetração do taylorismo na URSS, por duas razões : primeira, mostrar a sua planetarização, ou seja, a sua expansão; segundo, porque esta penetração pode aclarar, mas não resolver, tema tão atual quanto fundamental, o da burocratização das sociedades socialistas.

Ao contrário da China que, durante a "revolução cultural", parecia dar mostras da luta pela construção de um modo alternativo de organização do trabalho, a Rússia, desde antes da Revolução, e a partir dela, principalmente sob o impulso leninista, passa a desenvolver o modelo taylorista sob a égide do Estado.

" (...) O sistema taylor alia (...) a crueldade requintada da exploração burguesa às mais preciosas conquistas relativas à análise dos movimentos no trabalho, à supressão dos movimentos supérfluos e inâbeis, à elaboração dos métodos de trabalho mais racionais, à introdução dos melhores sistemas de recenseamento e controle, etc. A República dos Sovietes deve fazer suas, custe o custar, as mais preciosas conquistas da ciência e da técnica neste domínio. Poderemos realizar o socialismo precisamente na medida em que conseguirmos combinar o poder dos soviets e o sistema soviético de gestão com os mais recentes progressos do capitalismo. " (60)

O processo de industrialização na Rússia pode ser dividido em duas fases : a) para o período de 1861 até o final do século, predomina a indústria manufatureira e a produção artesanal, cuja mão-de-obra predominante é a dos "kustari", artífices semi-camponeses; b) somente a partir do século XX é que surgirão as grandes indústrias, altamente mecanizadas, cujas características básicas desta arrancada industrial seriam :

- a grande indústria associada ao capital estrangeiro incorporará tecnologia de ponta e sua produção volta-se principalmente para a exportação;

(59) DORAY, B. Le taylorisme, ...p. 96, citando e comentando Boletim da Taylor Society, de 1929.

(60) LENIN, Les tâches immédiates..., citação de LINHART, Robert. Lenine, os camponeses e taylor, Iniciativas Editoriais, 1977, p. 116-117

- a mão-de-obra não especializada é russa, os técnicos e operariado qualificado são estrangeiros;

- a implantação do taylorismo e da linha fordiana, nas grandes empresas, é acompanhada da importação tecnológica, o que associado à fraca porcentagem de pequenas e médias empresas, explicam a ocorrência e a compatibilização do progresso técnico junto de uma massa de camponeses analfabetos que são transformados em operários desqualificados.

A partir de 1917, estas condições se alteram, para pior; a massa camponesa será, depois da Guerra Civil, convocada para o esforço industrial, que aliado ao problema da amputação de parte do território anexado pela Alemanha, tornava imperativa o acionamento da grande indústria em parte paralizada, resultando numa composição operária, majoritariamente desqualificada, apta portanto, a ingressar na produção taylorizada.

Não obstante, é possível apanhar a explicação da penetração do taylorismo na URSS, pelo lado do pensamento do "construtor" da "nação soviética" : Lenin.

O pensamento de Lenin - se explicado como um produto das condições concretas em que se formou e atuou o movimento revolucionário dirigido pelos bolcheviques, associado a uma leitura com lacunas de Marx, como é o caso do verbetes "trabalho" nos Cadernos Filosóficos, para LINHART, - pode esclarecer a dialética leninista da incorporação do taylorismo. Os argumentos do A. são, em síntese :

a) ao contrário do movimento revolucionário chinês, os quadros bolcheviques nunca tiveram muito contato com as massas e sua prática produtiva; b) se na Europa e USA, a resistência à taylorização sempre esteve coordenada pelos sindicatos, na Rússia a luta contra os mencheviques sindicalistas levou os bolcheviques a considerarem os problemas do trabalho, como basicamente problemas "internos", não econômicos, não fundamentais, dificultando o enfoque dos problemas da organização do trabalho.

Em 1913 e 1914, Lenin publica dois breves artigos contra o taylorismo, que tinha penetrado na Rússia, via grande indústria. O primeiro, "Um Sistema Científico para Oprimir os Operários", enfoca o esgotamento físico do operário e o aumento do desemprego; o segundo, " O Sistema Taylor é a Escravização do Homem pela Máquina ", além de repetir os argumentos do primeiro, contrapõe à racionalidade do sistema de estudo do trabalho, a anarquia econômica capitalista : " Todos estes aperfeiçoamentos forçados são feitos contra o operário; visam esmagá-lo e escravizá-lo, ainda mais, sem ir além de uma distribuição racional e lógica do trabalho dentro da fábrica. Muito naturalmente, surge a pergunta: e a distribuição do trabalho dentro da sociedade no seu conjunto? Que quantidade de trabalho se

faz para nada, atualmente, devido à incoerência, ao estado caótico em que se encontra mergulhado o conjunto da produção capitalista."

(61)

Esta "racionalização" do trabalho industrial, interno à fábrica, deverá ser aplicada à sociedade soviética. Como é possível dissociar a racionalização da fábrica, da exploração do operário, na medida em que a técnica carrega nas suas entranhas o despotismo capitalista? E mais, como estender esta "racionalidade" ao corpo social sem recriar a burocracia estatal ?

Através de uma dialética toda especial :

Primeiro, se o sistema taylorista, pela análise do trabalho, possibilita a expropriação do saber operário, e o concentra nas mãos de uma "aristocracia operária", expandindo a separação entre divisão do trabalho manual e intelectual; ao mesmo tempo, a simplificação do trabalho manual o torna acessível às massas; portanto, fator de sua reapropriação coletiva futura, no regime socialista.

Segundo, a produtividade aumentada do trabalho, pelas técnicas propiciará o fim do Estado, através do aumento do tempo livre, quando então as massas poderão se dedicar às tarefas administrativas; sob a condição, no entanto, que a diferenciação entre o trabalho intelectual e o manual esteja completamente destruída pelo desenvolvimento das forças produtivas e da educação generalizada.

No primeiro caso, Lenin subestimava, antes da Revolução, o crescimento, a coesão e a força da burocracia técnica embutida no sistema produtivo; no segundo, postergava para um futuro incerto a hora do acerto de contas com a burocracia política, hospedeira do aparelho estatal : " ... Lenine continua agarrado à mesma obsessão: permitir aos operários participarem concretamente na direção do Estado. Até o fim será este o princípio da sua luta contra o burocratismo, cuja ameaça verá crescer. Mas na sua essência, o taylorismo foi a burocratização do processo de trabalho, a multiplicação das funções de controle e registro do mais insignificante gesto, a origem de tarefas multiformes para contabilizar empregados, cronometrístas, etc. Lutar contra o burocratismo, apoiado no taylorismo, como pretendia Lenine, não será lançar pela janela o que se introduz pela porta principal? A longo prazo - e para uma visão atual - trata-se talvez de uma das questões fundamentais da Revolução Soviética. Lenine bateu-se contra a burocratização das "superestruturas", mas viu-se, ao mesmo tempo, obrigado, pela lógica desse combate, a instalar o germe do burocratismo no próprio seio das relações de produção, ou seja, no processo de trabalho. " (62)

2. 5 - Taylor e Fayol

Retraçando a genealogia da "usina" - "lugar de uso das for

(61) LENIN, citação de LINHART, R. Lenine, os ... p. 93

(62) LINHART, R. op.cit., p. 123

ças de trabalho (designando) indiferentemente : oficinas, escritórios, lugares de produção, de comercialização, de administração...", na França, principalmente pelas suas características de formas (63) de recrutamento da mão-de-obra, no tempo e nos espaços do mercado do trabalho, DE GAUDEMAR, após o "tipo panóptico", apresenta como sucessor o "modelo paternalista extensivo", vigente de 1848 a 1890.

Neste período, a principal preocupação patronal é com a disciplina fora da empresa, época dos "cordões sanitários", isolando as cidades e as fábricas; época da domesticação operária pelo controle de seus costumes, de seus hábitos, de seus modos de consumo, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a contestação operária e a redução da jornada.

Naquele momento, o conceito de produtividade ainda não fora desenvolvido; ele estará associado ao "modelo maquinal", seguinte, que vai predominar até 1936. Nesta fase, a disciplina estará "dentro" dos dispositivos mecânicos, o ritmo objetivado pela velocidade da máquina, o chefe tradicional metamorfoseado em técnico e o artífice, em operário parcelar. É nesta conjuntura que ocorre a penetração do taylorismo.

No prefácio que LE CHATELIER faz da *Diréction des Ateliers*, ele acentua a nova estrutura organizacional exigida pelo taylorismo, quer sejam : o rompimento da estrutura hierárquica, a importância da supervisão funcional, a importância do novo setor de estudos, que será o órgão central da descentralização administrativa, o aumento e o papel do pessoal improdutivo, não manual, a amplitude de controle desejável de 1:7, etc.

Ao contrário, no entanto, do que ocorreria nos EUA a partir de 1910, quando o taylorismo se torna conhecido e aplicado pela classe patronal. Na França, apesar de sua penetração nas universidades, apenas a Renault experimenta a cronometragem em 1908, em um dos departamentos da fábrica, com resultados discutíveis, como, aliás, todas as outras restritas experiências. É mais a resistência patronal que explica o fracasso do taylorismo na França. No mais das vezes, ele será confundido mais como um sistema de remuneração salarial. De outro lado, as tentativas iniciais são todas para a obtenção de resultados a curto prazo. É o caso da Renault. A classe patronal francesa não parece visualizar as vantagens a longo prazo do taylorismo; estão muito preocupados com o retorno imediato e com os custos acrescidos pela descentralização administrativa.

Temos que acrescentar ainda, que uma fonte de resistência

(63) DE GAUDEMAR, J-P, La mobilisation ... p. 165, grifo nosso.

patronal francesa, localiza-se na preservação do princípio da unidade de comando a ser mantido a qualquer custo, em lugar do esfacelamento das funções do "chefe" pela "cientifização das gerências". Da sua manutenção depende a preservação do controle, sobre os operários, apesar de Taylor provar justamente o contrário. De qualquer forma o exemplo da greve contra a cronometragem, na Renault, feita por um operariado não militante, fazia reforçar a idéia da preservação dos métodos e dos princípios tradicionais.

O taylorismo vai penetrar, a passo acelerado, durante a Guerra. A mobilização de quase 3 milhões de homens, nas duas primeiras semanas; 2,7 milhões nos dez meses seguintes; em julho de 1914, 2/3 dos operários no front fazem os patrões aumentarem a jornada de trabalho e introduzirem o taylorismo, a passo de ganso, para aproveitarem uma mão-de-obra composta de mulheres, crianças, operários estrangeiros e coloniais, e prisioneiros de guerra, a maioria desqualificada: de um total de 1,7 milhões de operários na indústria armamentista; 497.000 são militares; 430.000 mulheres; 425.000 operários civis; 133.000 menores de 18 anos; 13.000 mutilados; 108.000 estrangeiros; 61.000 coloniais; 40.000 prisioneiros de guerra. (64)

O Estado passa a recomendar a "usina nova" e os resultados da "racionalização" no relatório da indústria francesa de 1919, com um aumento da produtividade de cerca de 50% na metalurgia, indica a aceitação do taylorismo pela classe patronal.

Durante a Guerra, também, do ponto de vista ideológico, a obra de Fayol viria minar as posições conflitantes anteriores, em torno do princípio da autoridade. De fato, Fayol absorve tudo de Taylor, menos a renúncia ao princípio da autoridade; contentando gregos e troianos, pela "racionalização", ficava com os engenheiros; pela intocabilidade do princípio da unidade de comando, da autoridade hierárquica, atraía a adesão do patronato:

" Creio que é perigoso deixar se alastrar a idéia de que o princípio da unidade de comando não tem importância e pode ser impunemente violado. Conservemos, pois, preciosamente, até uma segunda ordem, o velho tipo de organização, em que a unidade de comando é honrada. Ele se concilia, de outro lado, muito bem com a substituição dos chefes de oficina e contramestres recomendado por Taylor." (65)

A análise do trabalho, da cronometragem, da recomposição dos postos de trabalho, da introdução progressiva das linhas de mon

(64) DE GAUDEMAR, J-P. La mobilisation ... p. 205

(65) FAYOL, citação de DE GAUDEMAR, J-P. La mobilisation... p. 206

tagem, enfim, todas as técnicas fordianas-tayloristas passavam para o "état-major", para assessorar e não para substituir o comando, o poder do chefe.

De qualquer forma, o principal fator no entanto parece ter sido a própria Guerra: resistência operária anulada porque os operários mais qualificados, de quem partiam normalmente as reivindicações, estavam na maior parte recrutados para a indústria de armamento e substituídos por mão-de-obra não qualificada, durante o período de mobilização. No período de reconstrução, mais uma vez, a solução é a expansão da organização científica do trabalho, quando se faz necessário a absorção de uma massa de operários desqualificados provindos do campo e também pela imigração estrangeira, o que é retratado pelo aumento crescente da produtividade.

Em 1914, Merrheim prefigurava o futuro do operário qualificado, com a inexorável penetração do taylorismo no sistema produtivo:

"... é preciso que os trabalhadores compreendam que atingimos um estágio da evolução industrial que necessita de métodos novos de produção e de trabalho... (os métodos de Taylor) se aperfeiçoarão e se simplificarão e parecerão então, talvez, normais e indispensáveis. A quantidade de pessoal que se qualifica de 'improdutivos' (...) seguirá aumentando, porque é uma das condições necessárias para a centralização e para o desenvolvimento das oficinas, das fábricas e de sua produção(...); instituir-se-ão e se formarão engenheiros-chefes, repartidores de trabalho, para cada especialidade e se lhes darão a máxima competência teórica e prática. Terão por auxiliares 'chefes de velocidade'. Quanto aos profissionais, tornar-se-ão especialistas sem iniciativa, sem vontade, sem consciência, sem dignidade, seguindo o chefe de velocidade, como o cachorro segue seu dono." (66)

(66) FRIDENSON, Patrick. Les premiers ouvriers français de l'automobile (1890-1914). Sociologie du Travail, nº 3, 1979, p. 324

3. DA MANUFATURA À "USINIFICAÇÃO" DO SOCIAL

3.1 - Manufatura e dividir para reinar

A hegemonia do sistema produtivo manufatureiro ocorre entre os séculos XVI e XVIII. Não trataremos das formas predominantes do trabalho artesanal, senão de sua forma semi-capitalista do trabalho domiciliar, para depois especificarmos melhor as características do processo de trabalho da cooperação manufatureira, enquanto processo de produção de mais-valia capitalista.

O sistema de produção domiciliar ou "putting-out system", como sistema produtivo predominante no capitalismo comercial, estabelece, antes, uma subordinação entre empregados e empregadores, e não pode se caracterizar ainda como uma relação tipicamente capitalista porque : a) a subordinação entre o produtor e o capitalista mercantil não é salarial, este compra do produtor um produto acabado, avançando-lhe as matérias-primas; b) a divisão do trabalho se opera mais entre cidade e campo e com a associação entre operários livres e artesãos de ofício; c) a organização do trabalho, como no caso do tecido de seda, se opera a nível de divisão interna familiar do trabalho. Não obstante, na medida em que o capital mercantil tem a capacidade de determinar, no mercado, a sua própria valorização, transformando-se momentaneamente em coisas (lã, seda, metais, panos), ele, que, aparentemente, só faz a coleta do trabalho domiciliar, passa a interferir no campo social do trabalho, controlando sua divisão social e impondo condições de mercantilização do produto.

Com a manufatura, o produto se transforma em mercadoria, o capital mercantil se transforma em capital produtivo, metamorfoseando-se em paredes, tetos, instrumentos, cabeças, braços; antes " o negociante se apropriava do produto impondo suas condições (agora) o manufator não tem que se apropriar do objeto acabado, porque ele já é um prolongamento do seu capital produtivo. A fim de que ninguém se engane, o manufator inscreve sua marca no objeto, do mesmo modo que a inscreve na parede, de onde ele sai : somente, então, este objeto se torna mercadoria, isto é, produto comercializável. " (67)

Se a manufatura representava um aumento de custos, sem precedente para o capitalista, pelo pagamento de salários, pela concentração de meios de produção, pelo "internamento" do trabalho operário, quais seriam as razões de sua superioridade, comparativamente, às formas anteriores ?

(67) DORAY, B. Le taylorisme, ... p. 9.

MARGLIN não considera que a superioridade das manufaturas resulte da expansão da eficácia técnica e da racionalização do processo de trabalho resultantes da "internação" e concentração da mão-de-obra, e sua tese tem ressonância atual, na justa medida, em que, põe em dúvida, o disseminado preconceito do "determinismo tecnológico" tão em voga. O resultado do seu levantamento histórico, mesmo que baseado em fontes secundárias, resume-se na frase final do seu trabalho: " Não foi a fábrica a vapor que nos deu o capitalismo; foi o capitalismo que engendrou a fábrica a vapor. " (68)

SALM levanta uma série de duras críticas a Marglin, que, no nosso entender, não chegam a invalidar a preocupação central do autor. Não obstante, parece que realmente Marglin acentua demasiadamente uma seqüenciação histórica da organização do trabalho, inadequada, quando minimiza a importância da cooperação capitalista da manufatura, comparando quase sempre duas situações polares: a da produção domiciliar e a da produção fabril. O problema então é saber-se se, de fato, a manufatura (se é que Marglin não está correto em privilegiar a "manufatura domiciliar") deve obrigatoriamente ser interposta entre a produção artesanal e a fabril, e, neste caso, não basta citar Marx, como historiador das etapas da evolução das técnicas produtivas, porque "... A submissão real articula o desenvolvimento das forças produtivas e a extorção de mais-valia no seio do capital, como relação de produção. Esta articulação inteira-se da história da exploração, segundo o tempo próprio às modificações do processo de trabalho. Os capítulos, que a concernem não são nem ilustração empírica, nem vulgarização para uso dos operários, mas análise teórica desta história, segundo seus próprios conceitos. " (69)

De qualquer forma, o que nos parece importante em Marglin é a tentativa para por a nu o processo histórico da paulatina hegemonia do modo de produzir capitalista, cujo processo de submissão real do produtor direto, estender-se-á desde meados do século XVI quando a parcelização do trabalho já é motivo de regulamentação estatal até à plena hegemonia da maquinofatura.

Para Adam Smith a superioridade tecnológica da divisão parcelar do trabalho resulta: a) "... de um aumento de perícia em cada operário, tomado individualmente; b) ... da poupança de tempo que, normalmente se perde, quando se passa de um tipo de trabalho para outro; d) ... da invenção de um grande número de máquinas que

(68) MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento das tarefas in (Divrs) Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista Porto, Escorpiao, 1974, p. 46

(69) DALLEMAGNE, Jean-Luc. L'économie du "capital". Maspero, 1978, p. 88

facilitam o trabalho e permitem a um homem realizar a tarefa de vários. " (70)

Marglin, como observa Salm, não é muito feliz na identificação dos trabalhos na agricultura e na indústria, como argumento para rebater a diminuição do tempo de passagem, de uma fase da operação para outra, na medida em que "... não se 'instala' um pepino, mas há que esperá-lo crescer. " (71) De outro lado, a invenção de máquinas, pelos próprios trabalhadores parcelares, embrutecidos, e com a capacidade criativa reduzida, pelo cumprimento de gestos parcelares, não pode, como quer Marglin, ser reportada a um contrasenso do pensamento de Smith, porque "... a possibilidade de mecanizarnão significa que o trabalhador especializado fosse o inventor da máquina que o substituiria. " (72)

Quanto ao aumento da perícia individual do operário, como resultante da divisão parcelar do trabalho, Marglin comenta o ontológico exemplo da manufatura de alfinetes, descrito por A. Smith "... assim, esses 10 operários podiam fazer mais de 48.000 alfinetes por dia, portanto, se cada operário fazia uma décima parte desse produto, pode-se considerar que fazia 4.800 alfinetes por dia. Mas se eles tivessem trabalhado separados e independentes uns dos outros, e se não tivessem sido moldados para essa operação particular, nenhum deles teria seguramente feito 20 alfinetes, talvez, nem um só, em todo dia..." (73), tenta desqualificar o exemplo com dois argumentos: a) sendo a qualificação baixa e a remuneração praticamente igual, entre os operários da indústria de alfinetes, não haveria porque especializar o trabalho, já que ela deve ocorrer quando a qualificação demandar tempo de aprendizagem; b) "... teria sido tecnicamente possível ganhar o tempo de instalação sem especialização. Um artesão, com a mulher e os filhos, poderia passar de uma tarefa para outra, tirar o fio suficiente para cem ou mil alfinetes, depois endireitá-lo, em seguida cortá-lo e por aí adiante, beneficiando-se assim das vantagens de uma divisão de todo o processo de produção, em tarefas sucessivas. " (74)

O que entendemos é que Marglin está tentando mostrar a insuficiência dos argumentos "técnicos" de A. Smith e não os argumentos "econômicos" do clássico da Economia Política, que passaria a ser visto, então, na crítica de Salm a Marglin, como "um mistificador qualquer a serviço dos patrões".

A razão, não técnica, mas política que explica a parceliza

(70) SMITH, Adam. citação de MARGLIN, S. Origens e funções ... p. 14

(71) SALM, Cláudio L. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 59

(72) SALM, C.L., *idem*, *ibidem*.

(73) SMITH, A. em MARGLIN, S. Origens e funções... p. 16

(74) MARGLIN, S. Origens e funções ... p. 17

ção das tarefas está em que "... para o capitalista, esse era o único processo de tornar o seu papel indispensável. Se cada produtor tivesse podido combinar as diferentes tarefas que entram no fabrico dos alfinetes, rapidamente teria descoberto que podia colocar-se no mercado do alfinete, sem a mediação do "putter-outer" e embolsar ele próprio o lucro. Sô pela separação das tarefas especializadas, atribuídas a cada operário, é que, antes da introdução de máquinas dispendiosas, o capitalista podia assegurar o controle da produção ... a divisão capitalista do trabalho aplicava o princípio pelo qual, desde sempre, as potências imperiais basearam a sua dominação dividir para reinar. " (75)

A manufatura pode ser caracterizada como um momento significativo de um processo mais amplo, o da sujeição do processo de trabalho aos objetivos da valorização do capital, sujeição que passa pela lenta inclusão do espaço produtivo ao ciclo do capital. Ao contrário de outras formas de produzir, em que as relações entre o produtor e o capital comercial são mediadas pelo produto acabado, na manufatura, " o objeto de fabricação segue simultaneamente dois percursos, que se separam desde a entrada das matérias-primas na oficina e que se fundem apenas ao final do curso, no momento da comercialização do produto e somente para o manufatureiro. Como objeto de trabalho concreto, percorre todas as etapas técnicas de sua fabricação... e elas se realizam, ao menos, num recinto comum : as tarefas dispostas em série, ou em paralelo, articulam-se entre si, mas, nunca, este percurso do objeto de trabalho é diretamente medido por uma relação mercantil. De fato, durante todo este percurso técnico do objeto, que toma forma, progressivamente, pelos traços de trabalho que nele se imprimem, constitui-se, também, como objeto porta-valor, objeto do processo de valorização do capital; mas, este processo é invisível para os agentes do processo de trabalho, porque se realiza de forma deslocada, num outro espaço social, aquele onde são monopolizadas as funções de comercialização: espaço social que domina o primeiro e o inclui na sua mira, sem se confundir com ele!" (76)

A manufatura, internalizando o percurso dos traços de trabalho, remunera a força de trabalho (capacidades físicas e intelectuais), transgredindo as leis gerais da equivalência, na medida em que a incorpora como uma forma do capital produtivo circulante, como as matérias-primas (lã, seda, tecido), como um elemento material, mas, cuja apropriação passa por uma relação social heterônoma

(75) MARGLIN, S. Origens e funções... p. 17-18, grifo nosso

(76) DORAY, B. Le taylorisme, ... p. 13

a alienação da força de trabalho pelo operário é medida em termos de suas condições de existência e de reprodução; para o capital, enquanto parte do capital produtivo circulante, a força de trabalho é também condição de sua valorização e expansão.

É possível seguir-se em Marx esta tentativa didática de demonstrar o duplo caráter do uso capitalista da força de trabalho, quando divide a jornada de trabalho em dois momentos. No primeiro, o capitalista a remunera pelo valor de sua reprodução; no segundo, apropria-se de um sobretrabalho, a mais-valia, valor não pago.

Adam Smith chega a preannunciar a descoberta de Marx e mais próximo chegou Ricardo, quando percebe que o valor pago ao assalariado não corresponde ao que produz na jornada de trabalho, que o salário médio é determinado pelo valor da subsistência necessária, e, que a repartição, entre salário e lucro, não é, ao contrário do que imaginava, um pacto natural, mas histórico, em que a mais-valia é produto da mercantilização do direito de uso do empregador sobre o assalariado. (77)

Como mostra Marglin, para o caso das fábricas, condições especiais deveriam ocorrer para que o trabalhador viesse a ser encerrado entre as quatro paredes da manufatura. Os dois recrutadores-mores da força de trabalho foram a miséria e a lei.

Na Inglaterra, em meados do século XIX, a lei determinava o confinamento dos miseráveis nas Work-Houses "... que é uma vasta mansão de bela aparência, que tem certa pretensão de elegância arquitetural, como aquela por exemplo que vi em Greenwich. Construída sob um plano menos grandioso que os hospitais de nossas grandes cidades, se apresenta de maneira mais favorável, sobretudo quando situada numa rica e graciosa paisagem... É geralmente construída de tijolos e pedras, como as casas de campo mais elegantes, das quais não se distingue senão pelo tamanho. " (78)

A fachada da work-house escondia o trabalho forçado no seu interior, que a transformava no "espantalho de pobres". Sua instituição reduzia a miséria pela metade, milagrosamente. " Desde que a lei entra em ação (1834) o pauperismo desaparece como por encantamento. Os pobres emigram ou trabalham, aceitam os salários que desdenhavam e procuram para seus filhos os mais baixos ganhos." (79)

As work-houses não tinham, porém, uma função especificamente econômica, de produção de mercadorias, tratava-se antes de verdadeiras prisões auto-suficientes, cumprindo papel de regulador do mercado de trabalho.

(77) Ver, BELUZZO, L.G.M. Valor e capitalismo, Brasiliense, 1980, cap.3

(78) BURET, E. (1839), citação de DORAY, B. Le taylorisme, ... p. 17

(79) BURET, E., idem ibidem.

A lei foi também na França a principal recrutadora de mão-de-obra dos "vagabundos" expulsos do campo. Contra eles, toda uma legislação é posta em prática, com solução do tipo : expedições militares, deportação dos homens válidos, prisão dos inválidos, etc .

Sob o Antigo Regime " a legislação sobre a vagabundagem é um pouco, deste ponto de vista, a face oculta da usina, o negativo das técnicas de mobilização, sobre as quais vai se apoiar o desenvolvimento industrial. Mas, de fato, é antes uma técnica policial, ou seja, um técnica pensada, como de ordem pública, antes de ser de ordem econômica, ao ponto de as diferentes medidas de repressão e de interdição caracterizarem alguns períodos, sem serem permanentes. " (80)

A partir da Revolução, a idéia política do Iluminismo, de que o trabalho é um direito e dever do cidadão se corporifica numa série de leis, entre as quais, a de Chapelier, de 1791, que destruía as corporações, confrarias e as mestrias medievais, além disso, junto aos modos tradicionais de recrutamento, trazia no seu bojo o projeto de um "mercado livre" de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que as "casas de trabalho" sob o Diretório, Consulado e Império, punham em prática, como as work-houses, o "mercado forçado" do trabalho.

É possível apanhar os ecos desse processo na teoria econômica da época : em 1797, Bentham propõe a organização panóptica das "casas de trabalho" e que os fundos públicos das instituições beneficentes sejam carregados para as "casas de trabalho".

Em 1808, o decreto consagrado à "extirpação da mendicância" estabelecia penas de 3 a 8 meses de prisão aos desocupados e em 1810, o Código Penal, dá a primeira definição jurídica da vagabundagem : " Os vagabundos, ou gentes sem posses, são aqueles que não têm, nem domicílio certo, nem meios de subsistência e que não exercem, habitualmente, nem ofício, nem profissão " a indiciava como delito : " Primeiro elogio legal da fixação social, de enraizamento num lugar de vida, em uma tarefa(...) Mas, as preocupações de ordem pública permanecem dominantes : o trabalho imposto aos vagabundos enclausurados é mais um meio de moralização que perspectiva manufatureira. " (81)

Apesar das restrições de DE GAUDEMAR as "work-houses" nos introduzem à lei interna das manufaturas pelo viés da imaginação reformatora(...) elas são ao mesmo tempo presença simbólica da lei : ' nenhum pobre pode viver a se livrar do trabalho forçado' e uma caricatura hedionda dos verdadeiros lugares da produção social, dos

(80) DE GAUDEMAR, J-P. La mobilisation ... p. 29

(81) DE GAUDEMAR, J-P. La mobilisation ... p. 30

quais elas acentuam todos os traços : detenção absoluta (...) segregação total das idades, dos sexos, dos válidos em relação aos doentes, trabalho forçado ' puramente mecânico ', etc... (82)

Na tentativa de visualizarmos a organização do trabalho manufatureiro, acompanharemos as informações de DORAY , que buscou nos "regulamentos das oficinas" do século XIX, na França, os traços do comportamento interno das unidades produtivas, que, evidentemente , não correspondem totalmente àqueles que predominaram nas manufaturas, apesar de " o tempo das estruturas materiais da produção não (ter) a bela linearidade do tempo cronológico. " (83)

Os "regulamentos das oficinas" se constituíam normas de trabalho no interior das oficinas, como se fora um contrato livre - mente pactuado entre patrões e empregados, fixando prestações recíprocas e, na medida em que , na França do século XIX, ao contrário de outros países da Europa Continental, havia a "liberdade de convenção" entre capital e trabalho, ao contrário da imposição jurídica estatal, estes "regulamentos", normalmente , traduziam a organização e a legitimação do modo de dominação patronal daquela época.

Além de regulamentarem a admissão, o despedimento, o salário e as formas de pagamento, estabeleciam normas quantitativas e qualitativas de trabalho :

- " todo operário que os patrões reconhecerem incapaz de fazer a tarefa que lhe é confiada, poderá ser recambiado ao campo , sem que possa reclamar indenização " ;

- " o diretor pode enviar para o campo, sem aviso quinze - nal, todo operário incapaz de ganhar 2,5 francos por dia, ou a fazer um trabalho defeituoso " ;

A intensidade e a qualidade do trabalho são especificadas:

- " o operário não tem o direito de fazer observações sobre o trabalho que lhe é prescrito. É responsável pelos defeitos que provoque" ;

- " todo trabalho mal feito será multado proporcionalmente à gravidade dos defeitos e os patrões estarão no direito de reclamar, além disso, indenização segundo a gravidade dos danos."

Limpeza das ferramentas, das máquinas, dos recintos, etc . são normalmente exigidos como trabalho extra não pago; e mais: multas por "rabiscar paredes e portas"; "depositar lixo nas salas", etc.

Se para uma série de ocorrências, as regulamentações são bastantes genéricas (o que dava a vantagem da interpretação ampla pelo patrão) outras eram muito detalhistas e quase sempre associa -

(82) DORAY, B. Le taylorisme, ... p. 18

(83) DORAY, B. Le taylorisme, ... p. 05

das ao processo de trabalho. O A. , as agrupa em quatro grandes blocos : a) "fechamento do tempo" ; b) "fechamento do espaço"; c) "demarcação do espaço produtivo e controle das circulações internas" ; d) "sanções contra a insubordinação". Citaremos, para cada bloco , parte dos regulamentos :

- "Fechamento do tempo"- marcação do tempo de trabalho:

" as horas de chegada ao trabalho serão anunciadas por dois golpes de sino, no intervalo dos quais a porta permanecerá aberta . O operário deve chegar à fábrica de maneira a estar pronto para começar o trabalho ao golpe do segundo sino. Será passível de uma multa de 5 centavos de franco para cada 5 minutos de atraso. Passada meia hora, poderá ser despedido"

A repetição de atrasos, mais de três, resultava em despedida; as multas por atraso nunca iam além dos 15 minutos iniciais.

Alguns regulamentos facultavam o prolongamento unilateral da jornada :

" o trabalho é de doze horas nas oficinas em época normal. Em caso de necessidade, o patrão pode modificar a duração, segundo a estação ou as circunstâncias ".

Trabalhos noturnos obrigatórios, quando ocorresse qualquer problema maior, trabalhos aos domingos e assim por diante.

- "Fechamento do espaço"- proibição de incursões dos operários fora do recinto de trabalho; regulamentação das portas de acesso e das funções das portarias; multas por tentar a entrada ou saída pelos acessos não regulamentados; multas por se encontrarem em lugares proibidos; etc.

Além disso, as proibições e multas que fecham o território produtivo aos contatos com estranhos e familiares dos operários. O vestiário funciona como "peneira" na triagem do que pode, ou não entrar no recinto produtivo: tudo de pessoal ou perigoso à produtividade fica retido : vinho, cerveja, licores, etc.

- "Demarcação do espaço produtivo e controle das circulações internas"- " todo operário será obrigado a se conservar nas oficinas, no lugar que lhe é designado, e de não o abandonar, por qualquer motivo estranho ao seu trabalho, sem permissão dos patrões, do contra mestre e de supervisores ";

" o operário que não é engajado para um trabalho especial, terá de aceitar a tarefa que lhe for oferecida sem poder argüir de sua incapacidade"

Toda e qualquer circulação aleatória é proibida : " rodar de uma sala para outra", "passear", "permanecer numa sala diferente".

-"Sanções contra a insubordinação"- " todo ato de insubordinação, ou de impolidez resulta na despedida imediata; o patrão é o único juiz neste caso".

Multa de 30 centavos de franco por gritar, assobiar, cantar; 2 francos por insultar um contramestre, 3, por insultar um diretor.

O papel dos superiores do trabalho é freqüentemente precisado como portadores de parte da autoridade patronal, especificação por níveis diferenciais na pirâmide hierárquica, ao mesmo tempo em que todo ato insubordinativo é punido : multa de 5 francos se vários operários se reunirem para " chegarem sua reclamação ao mesmo tempo"; denúncia imediata à justiça de qualquer coalisão; enfim, interdição feroz a qualquer atitude de resistência, contra-disciplina e solidriedade operárias.

" O operário que descobrir uma infidelidade cometida por outro, e que a revelar à direção, será recompensado e seu nome permanecerá anônimo ", delação encorajada; proibição à distração : " nenhum operário ou operária deverá conversar com seu parceiro ou parceira, cada qual devendo se ocupar atentamente com seu trabalho"; proibição, em síntese, de qualquer ocorrência que possa prejudicar a regularidade do trabalho : " preguiça, embriaguês, insubordinação, termos especiais que deslocam os fenômenos da resistência e da contra-disciplina operária, para o terreno da moral e a partir daí para o da disciplina dos comportamentos individuais. " (84)

Na esteira dos trabalhos de Foucault, sobre a origem dos hospitais e prisões, uma série de autores passaram a dar importância às dimensões "totalitárias" das unidades produtivas. DE GAUDEMAR aponta dois pontos fracos nestes enfoques.

Parecem querer reintroduzir os postulados da economia clássica, que viam a empresa como unidade auto-suficiente, e mais, a explicação do seu real funcionamento fica prejudicado, bem como o motor de sua evolução no tempo se perde, uma vez que não se explicita a participação dos principais agentes de mudança, o capital e o operariado.

Um pouco como Marglin, o A. reforça o sentido da longa duração do processo da construção da hegemonia fabril : " Uma coisa parece certa: nos inícios de seu desenvolvimento, o capital não cria sua relação própria ao espaço, ou mais exatamente, herda grandemente uma relação predeterminada por outras atividades... as manufaturas se instalam nos locais destinados a outros usos: castelos e conventos, vendidos a baixo preço, quando da liquidação dos bens da no

breza e do clero, durante a revolução, telheiros de uma herdade e mesmo adegas, celeiros para as menores dentre elas. No início, se a fábrica é fechada, é talvez menos pela destinação produtiva, que por causa dos locais que ela ocupa. E esses fechamentos não são forçosamente adequados aos processos de trabalho que elas doravante encerram. Numa época de baixa mecanização, o ritmo é, com efeito, dado principalmente pelos homens e não pelas máquinas. Um historiador com D. Landes sublinha que, durante muito tempo, a fábrica apresenta mais o aspecto de um canteiro (como hoje um canteiro de obras) que de uma fábrica contemporânea..." (85)

Contra a visão do trabalho encerrado entre quatro paredes, o A. lembra que, para algumas manufaturas, como a textil e de couro; a internação acaba sendo uma limitação, na medida em que multiplica os obstáculos, ao necessário deslocamento dos homens e dos produtos; outra restrição natural ao encerramento é o próprio tamanho inexpressivo da maioria das unidades produtivas, ao mesmo tempo em que a indústria de ferro, da química, da mecânica e da reparação naval, se bem que de grande porte, correspondiam à organização "aberta" dos canteiros. Portanto, para o A., o fechamento da fábrica: "herdado ou não, não teve forçosamente função produtiva... É dizer que os modos de produção e os modos de disciplinamento não são ainda articulados uns sobre os outros, não são pensados uns em função dos outros, segundo uma estratégia global de desenvolvimento. É dizer também que a organização do espaço é raramente pensada em função da organização da produção. Isto não virá senão bem mais tarde".

De qualquer forma, o A. apresenta os princípios da organização do espaço industrial, desenvolvidos paulatinamente, pela arquitetura industrial e pouco a pouco postos em prática: (86)

" Princípio de fechamento : tirar o máximo de vantagens da concentração da mão-de-obra, neutralizando os principais inconvenientes (roubos, absenteísmo, interrupção do trabalho, agitação);

Princípio da demarcação : alocar um lugar tão isolado e preciso quanto possível a cada trabalhador, evitar os grupos, as possibilidades de ajuntamentos, massas flutuantes e imprecisas, introduzir comunicações sobre uma base vertical (hierárquica), para evitar toda solidariedade horizontal;

Princípio da colocação funcional : fracionar o espaço em função de uma dupla limitação, de supervisão, mas também de utilidade produtiva (por exemplo, uma oficina por tipo de operação) ;

(85) DE GAUDEMAR, J-P. La mobilisation ... p. 175-176

(86) DE GAUDEMAR, J-P. La mobilisation ... p. 176-177

Princípio de organização segundo o nível : colocar em prática um sistema de cargos individuais que torne possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. " (87)

Gostaríamos de concluir esta pequena discussão sobre o espaço produtivo, que, na verdade, apenas se inicia na literatura organizacional com a colocação seguinte : " Em suma, se nos regulamentos, como na arquitetura industrial e noutros traços das estruturas produtivas de que o historiador pode fazer seu objeto, a funcionalidade produtiva aparece menos nitidamente que, por exemplo, o peso dos dispositivos, os mais gerais do autoritarismo patronal, é por que o capital tem primeiro que se livrar da herança do passado, para impor estruturas, exprimindo verdadeiramente as necessidades de sua valorização. Deste ponto de vista, o taylorismo poderia representar qualquer coisa, como o momento significativo do advento tardio de uma ordem produtiva nova, o primeiro que fosse verdadeiramente apropriado ao modo capitalista, e no qual não se trata mais - em particular - de pacificar as oficinas por medidas repressivas cegas, mas de dirigir em detalhe a fábrica, de acordo com os objetivos da valorização. " (88)

Enquanto processo de trabalho, podemos sintetizar as características das manufaturas, que viriam a ser potencializadas pelo maquinismo e taylorismo-fordismo posteriores : a) fragmentação do próprio processo de trabalho, com a parcelização das tarefas e cumprimento repetitivo de gestos simplificados pelo trabalhador parcelar; b) a importância do fluxo de produção, que unifica as diversas tarefas parcelares, sob um princípio de equivalência quantitativa abstrata; c) decomposição das próprias tarefas, em ciclos operatórios curtos, imbricando atividades de trabalho ao fluxo da produção, passando o processo de trabalho a ser sobredeterminado pelas exigências da produção; d) desqualificação do trabalho de ofício, pelo estreitamento das aptidões necessárias ao cumprimento de tarefas este reotipadas; sob ritmo regular imposto; não se trata de sua abolição, pois o "know-how" do trabalhador de ofício é ainda a base, embora restrita a alguns elementos do trabalho complexo de ofício; habilidade manual especializada; utilização de um instrumento especializado, adaptado a uma função específica :

" Para fabricar um relógio, contam-se 700 mains-d'œuvre (operações) sobre suas peças. Esta grande divisão do trabalho torna os operários de uma habilidade e destreza excepcionais. Duas moças fazem num dia 4 a 500 dúzias de parafusos de aço de tão pequena dimensão que 800 deles cabem num centímetro cúbico e, é necessário,

(87) DE GAUDEMAR, J-P. La mobilisation... p.179-180, citando BARROS & VIRNOT. Architecture industrielle et autogestion CFTD AUJOURD'HUI, nº4, 1975

(88) DORAY, B. Le taylorisme, ... p. 26

que estes parafusos, grandes como um grão-de-areia tenham a cabeça fendida para que os gira-parafusos os possam girar fixar no lugar que lhes cabem ocupar no relógio. Quando se vai traçar esta fenda, coloca-se um depois do outro num buraco furado na extremidade de uma saliência ovóide; uma pequena fresa de dentes imperceptíveis faz o sulco e o parafuso rejeitado para fora do buraco é instantaneamente substituído por outro. É necessário destreza manual inusitada para apanhar cada parafuso, separá-los e colocá-los em posição adequada, a cabeça voltada para a fresa; tínhamos na mão uma pitada de 7 a 8 dúzias, parecia-nos que era uma pitada de pó de escrita e, no entanto, tudo aquilo estava com rosca e fenda." (89)

As principais características, do processo de trabalho na manufatura, podem ser visualizadas no dispositivo técnico do século passado, denominado "tablêe", que traduzimos por "bancada", uma longa mesa, onde se posicionam duas séries de trabalhadores, uma de cada lado da "bancada", postados face a face.

Esta linha de montagem manual pode ocorrer numa indústria de alta tecnologia, como a de componentes eletrônicos, ainda hoje, o que problematiza uma visão de desenvolvimento tecnológico unilinear e com um único sentido. Pretendemos retornar ao problema da "recuperação" ou da "mixagem" de modos de produzir no capitalismo avançado.

Por ora, vejamos mais de perto a manufatura de torrefação de café "trebucien", funcionando em 1885, a pleno vapor, ou melhor a pleno suor. Turgan, descreve a oficina de empacotamento, cujo efetivo era de 70 operárias distribuídas em 5 bancadas de 14. De cada lado da "bancada" estavam postadas 7 operárias, cumprindo cada uma delas, e suas parceiras postadas do outro lado da mesa, um conjunto idêntico de operações: as primeiras, retiram, pesam e colocam o café numa caixa; as segundas, escolhem a tampa e fecham as caixas; as terceiras colam etiquetas; assim por diante até o final do fluxo de produção.

Dois fluxos de produção, paralelos e simétricos até o empacotamento final do produto e dois princípios básicos postos em prática : a) princípio da identificação-diferenciação das tarefas, baseados nas operações de um trabalho complexo fracionado, criando-se 7 conjuntos de operações conexas correspondentes a 7 postos de trabalho distintos; b) princípio da equivalência-indiferenciação das tarefas, baseado no tempo igual de duração de cada conjunto de operações, para que ocorresse regularidade do fluxo pela sincronização das tarefas parcelares.

A "bancada" portanto, além de ser o protótipo manual da

(89) TURGAN, *Les grandes usines de France (1860-1885)*, citação de DORAY, B. *Le taylorisme, une folie rationnelle?*, p. 28-29

linha mecânica de montagem fordiana, contém de forma larvar a metodologia da análise do trabalho taylorista. Mais ainda, ela tinha ou tras vantagens nada desprezíveis, uma vez que simplificava sobremaneira o controle e a supervisão da produção. Para cada duas "bancadas" de 28 operárias, apenas um contramestre verificando e comparando a produção e a produtividade de cada operária, comparando a produção entre duas bancadas, de uma série com outra, entre as outras bancadas da oficina e a produção diária com a produção média, etc .

Antes de passarmos à análise da organização do trabalho capitalista, ao nível da produção fabril, como elo de ligação, faremos rápida incursão ao campo dos conceitos, que, de certa forma, apresentamos na caracterização da produção manufatureira.

A discussão do problema da disciplina organizacional nos remete diretamente ao conceito de cooperação, enquanto o de produção ao de processo de trabalho. Os dois, evidentemente, estão imbricados, mas o peso que se der à cooperação ou ao processo de trabalho determina toda uma postura subsequente. Tomaremos como pretexto os textos de DE PALMA e PALLOIX que, no nosso entendimento, se divorciam no tratamento da questão.

O primeiro pretende encontrar no Capital uma sociologia industrial em potencial na medida em que Marx explicita as três dimensões básicas da estrutura e funcionamento das unidades produtivas : a própria organização, as relações sociais do lugar produtivo e a conexão entre as estruturas de produção e o contexto social.

O A. fundamenta seu ponto de vista, elevando os conceitos de processo de trabalho e de cooperação ao nível mais alto de abstração, ao mesmo tempo em que demonstra a transformação operada no conceito de cooperação, quando lançado na Ideologia Alemã como sinônimo de divisão social do trabalho e servindo como instrumento para a análise dos diversos modos de produção contínua, então, três "variáveis básicas" : condições da cooperação, o modo de cooperação e a finalidade da produção.

Para o A., Marx no Capital abandona o caráter extensivo do conceito que abarcava " o conjunto das atividades produtivas e suas conexões" para inseri-lo nas unidades produtivas, " recorrendo a duas outras variáveis : a simultânea presença espacial dos cooperantes e a contemporaneidade de execução das diferenças operações , pelas quais os indivíduos trabalham ao mesmo tempo e juntos de outro, realizando uma integração recíproca. " (90)

(90) DE PALMA, Armando.. La organización capitalista del trabajo en el capital de marx. in (Divrs.) La división capitalista del trabajo , México, Pasa do y Presente, nº 32, 1977, p. 1-40 , p. 5

É possível ainda, acredita o autor, replicar, para a análise das organizações produtivas, as três variáveis aplicadas por Marx, no estudo da divisão social do trabalho. Assim, " a presença espacial simultânea e contemporaneidade são as condições do trabalho social, ou seja caracterizam o caráter social da ação dos indivíduos . Além disso, a designação das operações a cada indivíduo estabelece o modo no qual o trabalho é organizado e, por essa razão , os diferentes tipos de cooperação. O plano da cooperação indica que a cooperação é um estrutura integrada, orientada para a realização de um objetivo; cumpre função de coordenar os indivíduos, com vistas ao objetivo comum fixado pelo processo de trabalho e/ou a conexão dos diferentes processos de trabalho. A partir de um ponto de vista de uma operação específica, esta função é expressada mediante a função diretiva. " (91)

Realmente, o anteprojeto de uma sociologia industrial, ou até de uma teoria organizacional marxista neutra, deveria levar em conta os conceitos de cooperação e de processo de trabalho; este último composto dos seguintes subsistemas : " 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho." (92)

O processo de trabalho é definido, portanto, enquanto atividade consciente e sistemática humana na produção de produtos, através de qualquer instrumental, em qualquer sociedade ou período histórico : " O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi, por isso, necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado, a natureza e seus elementos materiais, do outro. " (93)

Passagem que poderíamos traduzir para o "enfoque sistêmico" " produção é qualquer processo ou procedimento que tem por objetivo transformar um conjunto de entradas (trabalho, energia, materiais) em um conjunto específico de saídas (produtos e serviços). " (94)

No plano formal, portanto, bastam os conceitos de processo de trabalho, cooperação e direção, mas, para que o real funcionamen-

(91) DE PALMA.A. La organización ... p.5-6

(92) MARX, Karl. O capital, liv.1, vol.1, Civ.Bras.,1971, p. 202

(93) MARX, K. O capital , ... p. 208

(94) STARR,M.K. Administração da produção. Blücher,1971, p. 18

to das organizações produtivas do sistema capitalista seja definido, é preciso acrescentar outras determinações : " O caráter capitalista da cooperação é determinado pela finalidade da produção, que consiste na apropriação da maior mais-valia possível, pela configuração do processo de trabalho como processo de consumo da força de trabalho por parte do capitalista, pelo controle que exerce o capitalista sobre os indivíduos cooperantes e pela propriedade do produto por parte do capitalista." (95)

A partir de agora, então, a subordinação do operário ao capitalista nos remete à noção de direção autoritária e de alienação no trabalho no sentido da perda do controle sobre o próprio trabalho : " A direção autoritária tem, em geral, uma função de exploração dos operários empregados para se obter a maior quantidade possível de mais-valia; em particular, ela controla e reprime o comportamento de resistência dos subordinados. As atividades de trabalho devem ser reguladas mediante normas que regulem o desenvolvimento do trabalho e o uso dos instrumentos." (96)

Para PALLOIX, cooperação-simples e manufatura são processos de produção que medeiam a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Cooperação-simples é a " reunião , sob a autoridade do detentor do capital, de artesãos despossuídos de seus meios de produção, em que a força de trabalho, no entanto, conserva todo seu valor. O trabalhador perde o domínio do processo de produção. "

Esta reunião de artesãos pode ocorrer, tanto sob o teto de uma oficina, quanto estar disperso em oficinas mais ou menos individualizadas sob a modalidade, então, de semi-integração ou sub-tratamento (o que nos parece ser o caso da produção domiciliar).

A cooperação-simples se insere no quadro da pequena produção mercantil, representa simplesmente a justaposição e adição de processos de trabalho baseados no ofício (trabalho concreto artesanal, produtor de valores de uso). Com a manufatura, extensão do processo anterior, ocorre a primeira dissolução do processo de trabalho artesanal, com a sua decomposição-recomposição pela divisão do trabalho e parcelização das tarefas.

Com a manufatura, ainda tendo por base o trabalho de ofício, o trabalhador coletivo (o operário) substitui o trabalhador individual (o artesão), num processo de desqualificação/super-qualificação da mão-de-obra, com profundos reflexos sociais.

Para o A. a desqualificação, na manufatura, se processa, em primeiro lugar, pela redução do campo de aplicação e desenvolvimen-

(95) DE PALMA, A. La organización... p. 7-8

(96) DE PALMA, A. La organización... p. 9

to do saber operário; em segundo, pela progressiva supressão do poder de decisão do operário e, por fim, pela perda da compreensão do conjunto do processo de trabalho.

O aumento da qualificação, arrancada da base, concentra-se nos assalariados, submetidos quase sempre à autoridade patronal direta, que procuram viabilizar e potenciar a eficácia produtiva, através da sistematização do trabalho parcelar e da adaptação dos instrumentos à nova organização do trabalho.

A manufatura pela dissolução-recomposição do trabalho artesanal, criação do trabalhador coletivo e utilização de novo instrumental, tem como objetivo extrair o máximo de rendimento possível, pelo aumento exponenciado da intensidade do trabalho, forma de produção do excedente, para o autor, mais mercantil que capitalista.

De outro lado, a manufatura continha outras restrições que freavam a plena expansão do capital, além da limitada base de produção, principalmente pela sua dependência frente a uma força de trabalho, ainda que desqualificada, detentora de um saber, mesmo que especializado e de uma habilidade que exigia longa formação, mesmo que no trabalho.

Com a fábrica e o maquinismo a base produtiva se alarga e se submete a autonomia de reprodução da força de trabalho. " A aplicação do princípio mecânico, na fábrica, substitui o conceito de ferramenta pelo de máquina, ela própria se decompondo em três partes essenciais : o motor (ou impulsão mecânica), a transmissão e a máquina de operação (várias ferramentas). Por maquinismo, deve-se entender a operação de várias ferramentas (autonomizadas, doravante, em relação à destreza do operário, cuja força de trabalho se aplicava sobre uma ferramenta) por intermediação de mecanismos de transmissão, não de uma força humana, mas de uma força de impulsão mecânica, o motor." (97)

Sobre a pretensa neutralidade das técnicas, rebate o A. : " A ferramenta, inserida no complexo mecânico, torna-se máquina-ferramenta, máquina que incorpora as relações sociais. O maquinismo , com efeito, não é neutro, porque a máquina integra, ao nível de operação, a destreza, a qualificação do trabalhador individual, doravante privado de seu saber-fazer, submetido a partir de agora, do ponto de vista de seu rendimento social, à máquina que ele não faz que servir, por em funcionamento, dirigir. " (98)

Para finalizarmos esta pequena incursão pelo campo das manufaturas e penetrarmos no mundo maravilhoso dos engenhos mecânicos

(97) PALLOIX, Christian. Le procès de travail-du fordisme au neofordisme. La Pensée, nº 185, févr. 1976, p.37-60, p. 45

(98) PALLOIX. Ch. idem, ibidem.

da submissão real do trabalhador coletivo, gostaríamos de apresentar a tese central de Marglin, reafirmada por tantos outros autores recentes : " ... a concentração dos operários nas fábricas foi uma consequência lógica do putting-out system (ou, se se preferir, das suas contradições internas) e o seu êxito não tinha grande coisa a ver com a superioridade tecnológica das grandes máquinas. O segredo do êxito da fábrica, a razão da sua adoção, é que ela tirava aos operários o controle do processo de produção e o transferia para os capitalistas. Na ausência de uma tecnologia superior, a disciplina e a vigilância podiam reduzir os custos . " (99)

Com o que, pelo menos em parte, concorda Salm : " A fábrica, em seus primeiros estágios, de fato, não apresenta necessariamente uma tecnologia superior à que se encontra na produção a domicílio, quanto ao maquinismo. E, ao contrário dessa, implica certos custos, como os de supervisão, de aluguel de espaço, de salários de menores e outros exigidos pela legislação. Embora não haja o que objetar quanto à importância da intensificação do trabalho no regime de fábrica, para entender como tais custos são cobertos(além do lucro), não há menção no texto de Marglin a qualquer economia provocada pela cooperação, isto é, pelo aumento da escala. Concordamos com ele que a hierarquia e o despotismo precederam as inovações tecnológicas e não o contrário. Mas, é o aumento da escala que dá sentido ao despotismo, pois permite baixar custos que não têm significado para o produtor independente. O que Marglin faz é estender para toda a história do capitalismo os métodos de extração de mais-valia absoluta, os métodos da subordinação formal ao capital." (100)

3.2. - Da fábrica à "usina difusa"

Em Mobilização Geral, DE GAUDEMAR apresenta resumidamente as quatro "idades" da fábrica : idade do "canteiro", da "fábrica", da "zona industrial" e do "sítio".

Estes estudos recentes das "idades" da fábrica buscam " um tipo de agenciamento do espaço produtivo através das relações entre objetivos, meios, força de trabalho e relações entre processo de trabalho e processo de produção; e que designam também a hegemonia de um certo tipo de figura operária. " (101)

Idade do "canteiro" : quando o ritmo das atividades, a utilização do espaço produtivo e o próprio processo de trabalho ainda

(99) MARGLIN, S. Origens e funções... p. 27, grifo nosso.

(100) SALM, C.L. Escola e trabalho... p. 61-62, grifo nosso

(101) DE GAUDEMAR, J-P. De fabrique au site: naissance de l'usine mobile. in (Divrs.) Usines et ouvriers, Maspero, 1980, p. 7

são regulados pela mão-de-obra utilizada. O reino de uma desordem aparente - ferramentas, pessoas, produtos, supervisores, matérias-primas, patrão - misturam-se em livre movimentação e intensa participação. O pessoal administrativo quase inexistente e a "sede" do canteiro acampada em qualquer lugar. Para o A., o modelo serve para caracterizar as fábricas do início do séc. XIX, e chama atenção sobre sua sobrevivência e ressurreição na pequena indústria de construção e nas oficinas de reparação de automóveis. (102)

Idade da "fábrica": a fase mais conhecida, pela importância que Marx lhe emprestou no desenvolvimento do capitalismo. Seus traços principais seriam: especialização das oficinas pela divisão expandida do trabalho e pela imobilização de grande massa de capital fixo; circulação interna restrita às necessidades da produção, principalmente antes da introdução dos transportadores; aumento das comunicações verticais proporcional ao das camadas hierárquicas e desaparecimento das comunicações diretas; materialização inicial dos "escritórios" de supervisão panóptica até sua total autonomização em edifícios administrativos; enfim, alterações que correspondem à fase da organização planejada da produção capitalista. Para a França, o autor, data o início da supremacia do escritório sobre a oficina, em 1880, ficando, para mais tarde, a separação total entre a área produtiva e a administrativa com a racionalização das oficinas e a funcionalização das atividades.

Idade da "zona industrial": quando as fábricas se deslocam das cidades para regiões contíguas, fugindo dos problemas urbanos, deseconomias externas, da luta contra a poluição urbana, etc. O deslocamento é feito em conjuntos fabris, favorecendo o uso comum de infraestrutura e economias externas. Salvo a mudança espacial, pouco se altera a organização interna do processo de trabalho.

Idade do "sítio": movimento muito recente na França, o exemplo mais lembrado é o de Fos, região marseleses. Para o A., a distância que mediará a manufatura da fábrica é a que separa o "sítio" da "zona industrial": consiste numa recomposição sinérgica do processo de produção de várias indústrias localizadas numa mesma base espacial. O sítio não busca apenas novas economias externas, pelas interconexões, mas a reestruturação econômica do espaço regional.

Em obra mais recente, o A., privilegia a noção de que as idades da indústria, enquanto lugar de uso da força de trabalho, e, portanto, lugar de uma coletividade operária e forma histórica do espaço produtivo, seriam apenas três: idade da manufatura, da fá -

(102) Sobre a sobrevivência, ver STINCHCOMBE, A.L. La estructura social y la invención de formas organizativas. in BURNS, TOM (edit.), El Hombre Industrial, Tiempo Nuevo, Venezuela, 1971,

brica e da grande indústria (nomenclatura de Marx) e de que hoje ingressaríamos numa espécie de "terceira idade", na análise da qual é preciso repensar as teorias e os instrumentos metodológicos.

Quanto ao agenciamento material, o espaço e a composição social, esta "terceira idade" da fábrica resulta numa espécie de "usnificação social", ou forma contemporânea de valorização do capital, cujas dimensões passam por : a) fusão da fábrica e da cidade; b) novas formas de utilização do espaço e do tempo; c) alterações no direito do trabalho; d) recuperação de certas lutas operárias.

Seguiremos a idéia do autor, no contínuo da apresentação. Na parte precedente discutimos algumas das dimensões da manufatura, veremos agora alguns traços da fábrica, para finalizarmos com rápida visão panorâmica das discussões atuais, sobre o que se nomeia como a fase da "usina difusa".

3.2.1 - O maquinismo

Se o corpo humano, sua habilidade, destreza, maleabilidade, polivalência era o "princípio regulador" da manufatura, com a chegada dos mecanismos, este mesmo corpo produtivo vê-se desfocado, apaga-se diante do mistério das técnicas, dos engenhos mecânicos que ganham vida própria e passam a submeter os homens. Submissão de seu saber, substituição de seu trabalho e emprego, eliminação da sua subjetividade, intronização da alienação frente a uma potência estrangeira:

" As máquinas invadem as oficinas e desclassificam os operários. Sua força e sua inteligência são inapelavelmente reverenciadas, apesar de não fornecerem a quantidade de trabalho";

" Temos contra nós a concorrência de uma potência enorme , a máquina a vapor, que nos rouba os trabalhos mais longos, os mais lucrativos, acabando por nos deixar os piores";

" Esta máquina não tem outro destino senão o de servir aos interesses de um indivíduo ou de uma companhia. Colocam-na num recinto escuro, num lugar, o mais recuado, e como esta preocupação não parece suficiente, cercam-na de um tablado como se tratasse de subtraí-la das vistas da multidão, como uma imagem reputada, santa, de onde se tira, num certo dia do ano, um tributo importante. Encerada duplamente, como o dinheiro nas caixas-fortes dos estabelecimentos, funciona quase invisível, pelas pessoas postas ao seu serviço. Tornam-na uma espécie de símbolo da paixão, ou quase, da religião do princípio de ' cada um por si ' ";

" A máquina, sendo eminentemente cosmopolita(...) apaga o que é distintivo de cada povo(...) observamos esta uniformidade, me

díocre e significativa, no trabalho que se obtém pela divisão e não encontramos peças alternativas que sirvam de modelo e excitam a emulação dos jovens operários. Neste gênero de fabricação, só se pensa em produzir em quantidade, quando a máquina(...) se impõe, com seus milhares de braços de ferro a serviço da indústria, duplicando, triplicando suas forças; logo, quando ela, por isso mesmo, poderia dar ao operário tempo para aperfeiçoar seu trabalho, ela trabalha para transformá-lo em algo parecido com a máquina, tirando-lhe uma parte da inteligência e da responsabilidade e tudo isso para produzir mais. " (103)

A revolução industrial, se a enfocarmos por este ângulo da incorporação da habilidade do corpo humano produtivo nos mecanismos automatizados, apresenta-se como uma miríade de sucessivas pequenas invenções que buscam o equivalente mecânico dos movimentos hábeis do corpo humano: " Chegou-se a regular tão exatamente todos os movimentos da máquina, que se reproduz os raios (das rodas das carroças) não somente idênticos ao modelo, mas ainda matematicamente idênticos uns aos outros, o que a mão humana não poderia executar com a mesma precisão. " (104)

" Em todos os casos, é preciso arrombar o ferrolho da habilidade humana, para substituir o corpo humano, conjunto integrado de funções motrizes e operatórias, por um sistema no qual, o movimento de uma mecânica passiva, pode ser impulsionada por um motor exterior que doravante determina o jogo ". (105)

A energia humana e animal será substituída cada vez mais pela motriz, que pode ser distribuída com regularidade e continuidade. É aqui que se fundam as esperanças da "revolução técnica e científica" de Richta. (106)

" As forças da natureza que estão à disposição do homem têm três elementos distintos: a massa, a velocidade e a direção do movimento. Raramente, nestas forças, os três elementos têm as qualidades que convêm ao objetivo a que se propõem, e as Máquinas têm por objeto principal converter as forças de que podem dispor, ou seja, nas quais estes elementos sejam de natureza a produzir o efeito desejado" (Monge, Cours des Machines, Cahier de l'École Polytechnique, 1795) ; " a máquina composta de um princípio motor e de um princípio operatório é um intermediário entre uma potência mecânica e uma obra a fazer" (E. Bour, 1865); " trabalhar mecanicamente é vencer ou destruir, pela necessidades das artes, resistências tais como a coesão, o peso, a inércia da matéria, etc. O trabalho mecânico não supõe somente uma resistência vencida para sempre, mas uma resistência constantemente destruída, o longo de um caminho percorrido pelo ponto onde ela se exerce e na direção própria deste caminho". (Poncelet, 1829).

Duas dimensões, portanto, do papel de intermediário da máquina: transformação do movimento, de um lado, transmissão da ener

(103) Declaração dos delegados operários da Exposição Universal de 1867, citação de DORAY, B. Le taylorisme, ... p. 39-40

(104) TURGAN, citação de DORAY, B. Le taylorisme, ... p. 41

(105) DORAY, B., *idem*, p. 45

(106) RICHTA, Radovan. La civilización en encrucijada. Veintiuno, 1971

gia, de outro. Transformação do movimento, com o desenvolvimento da cinemática, ciência híbrida da geometria e da dinâmica; mas também ciência da impressão do traço de um movimento operatório num objeto. Transmissão da energia, objeto da energética e da dinâmica.

Com as máquinas, o tempo do capital se confunde com o tempo da tecnologia, o tempo do trabalho humano como um prolongamento do tempo tecnológico e a parte mais frágil do dispositivo. Em síntese : " ... o momento produtivo do ciclo do capital parece se materializar neste consumo de matérias-primas, que regula a máquina: uma matéria-energética libera energia que, conduzida pela máquina ao contato com uma matéria passiva, trabalha-a e produz valor sob a forma de fiada de algodão. Máquinas a vapor, máquinas a valor : máquinas a produzir significantes econômicos, metáfora energética para um processo econômico: o que se transfere do valor do capital-matérias-primas para o capital-objetos-produzidos parece se materializar nestas formas de transferências energéticas, que obedecem ao princípio da constância : energia química, térmica, cinética, dinâmica. Com o grande autômato industrial, o capital parece ter encontrado um corpo próprio e mesmo um pouco ideal, espelho tecnológico aparentemente fiel e eficaz do processo de valorização, suporte material que teria qualquer coisa de natural, de automático, de descolado da relação social. Daí o fetichismo tecnológico(...) porque a valorização é uma relação social, e o trabalho humano e vivo não cessa de ser o centro da realização da mais-valia, contudo ele está encerrado na máquina, seu ritmo escravizado pelo movimento automático; por exemplo, parece perfeitamente normal que os fiadores sejam pagos em função da quantidade de produção (ou seja, em função da quantidade de trabalho fornecida pela máquina) e não em função do número de suas intervenções." (107)

Se o tempo da máquina é que domina o trabalho, também o espaço fabril vai ser organizado pelo sistema mecânico : túneis, plataformas móveis, estradas de ferro asseguram a racionalização dos percursos, numa nova arquitetura industrial, que possibilita a continuidade do tempo produtivo.

A imagem que funde ao mesmo tempo, o espaço e o tempo produtivos nas fábricas é o fluxo de produção da circulação do produto, impulsionado e trabalhado pelos movimentos das máquinas.

3.2.2 - O corpo máquina

Em 1914, Le Chatelier, prefaciando o livro de Jules Amar , O Motor Humano, definia com clareza os fundamentos da moderna ergonomia : Para o industrial, o trabalho exterior é que conta e problema interessante é de se definir as condições que podem, para uma dada fadiga do operário, levar este trabalho exterior ao seu valor máximo." (108)

O estudo da fisiologia do trabalho não nasceu nas manufatu

(107) DORAY, B. *Le taylorisme*, ... p. 48-49, grifo nosso.

(108) DORAY, B. *Le taylorisme*, ... p. 68

ras, nem nas fábricas. Surgiu nas prisões e nos quartéis, o que é paradoxal e sintomático. Hachette (1828) efetuava medidas do trabalho diário dos epilêpticos; Dupin colhia observações sobre as rodas ou moinhos nas prisões; Hubert, no arsenal Rochefort, estimava parâmetros médios no uso de martelos; capitão Coignet, no forte de Vincennes, estudava o rendimento de um sistema de contra-pesos humano para elevar cargas; capitão Niel, em Bayonne, construía rodas semelhantes às das penitenciárias para esgotar a água das fundações; Navier, com soldados, comparava trabalhos diários em função dos instrumentos usados, montando quadros comparativos. "Trabalhos simples, executados por um material humano submisso : mais que uma questão de método, existe provavelmente qualquer coisa no projeto da fisiologia do trabalho, que induz esta pesquisa de um objeto despojado, oferecendo, sem resistências, um acesso ao jogo de seus processos biológicos. " (109)

Um século após estes experimentos, Le Chatelier conta que Jules Amar, não encontrando em França indivíduos que se sujeitassem à monotonia das experiências que lhes seriam impostas, teve que se transportar para o norte da África para encontrar indivíduos apresentando, sem dúvida, como o diz Taylor, o temperamento físico e moral do bovino ; (porque os árabes), enquanto motores, não saberiam se distinguir por nenhuma característica. (110)

Para DORAY, o desenvolvimento da fisiologia do trabalho que se inicia com as experiências nas prisões e nos quartéis deveriam se prolongar em duas direções; todas as duas na busca do descolamento do empirismo inicial, para a construção do futuro pensamento fisiológico : o estudo energético detalhado do rendimento do corpo animal e humano e seu ambiente; o segundo, a análise dos movimentos.

A análise dos movimentos buscava esclarecer os movimentos complexos do corpo humano e medir e analisar seus componentes. Marey, em O Movimento, 1894, explica como os fisiologistas podiam estudar os movimentos antes da invenção da cronofotografia: através de dispositivos de registro do tempo, desenvolvidos a partir de 1850, no estudo da fisiologia muscular e neurofisiologia; pela fotografia sobre campo escuro, permitia-se a visualização do movimento dos corpos sólidos.

Mais tarde, a cronofotografia viria fazer a síntese entre as duas técnicas, registrando o movimento no tempo. Marey e Muybridge inventam o fuzil fotográfico, em 1881, preocupado, o primeiro,

(109) DORAY, B., Le taylorisme, ... p. 69

(110) DORAY, B., Le taylorisme, ... p. 70

com as aplicações da tecnologia no corpo humano :

" Seria necessário que estas imagens fossem tomadas pelos indivíduos os mais fortes e hábeis, dentre aqueles premiados num concurso de ginástica, por exemplo. Estes indivíduos de elite livrariam assim o segredo de sua habilidade inconscientemente adquirida (...) o mesmo método se aplicaria igualmente ao ensino dos movimentos que se deve executar nos diferentes trabalhos profissionais. Faria ver que o golpe de martelo do forjador hábil difere daquele de um aprendiz. O mesmo para todos os atos manuais e para todos os gêneros de esportes."(111)

Por enquanto, a tecnologia será usada para o estudo da fisiologia do corpo humano, fora das fábricas; mais tarde, os métodos fotográficos e dinamométricos serão transportados para o interior das fábricas e lá permaneceriam, até hoje, nas mãos de setores especializados no estudo do trabalho.

" O gênio moderno criou máquinas legitimamente comparáveis aos motores animados. Estes, com efeito, mediante um pouco de combustível que consomem, desenvolvem a força necessária para animar uma série de órgãos e executar trabalhos os mais variados(...) Em todas as máquinas empregadas na indústria são necessário órgãos que sirvam de intermediários entre a força de que se dispõe e as resistências às quais se deseja aplicar. Esta palavra órgão é precisamente aquela de que se servem os anatomistas para designar as peças que compõem a máquina animal. As leis da mecânica se aplicam tão bem aos motores animados, quanto às outras máquinas. " (112)

3.2.3 - A submissão real

Para PALLOIX, duas formas de produção de mais-valia marcam o sistema capitalista, que são hegemônicas em cada fase, apesar de coexistirem em dado momento. A produção de mais-valia absoluta e a produção de mais-valia relativa que ele denomina, respectivamente, de produção de excedente extensivo e intensivo.

Reproduzimos abaixo o esquema da aplicação da força de trabalho no processo de trabalho, como processo de valorização do capital na fase da produção hegemônica da produção do excedente extensivo :

Sendo,

- T , duração aparente do trabalho ou tempo de produção;
- tn, tempo necessário à reconstituição da força de trabalho;
- tv, tempo de trabalho social abstrato aplicado na produção;

$$\frac{\dots\dots\dots T \dots\dots\dots}{\dots\dots tn \dots\dots} \dots\dots\dots$$

$$\dots\dots\dots tv \dots\dots\dots$$

(111) MAREY, La Machine Animale, 1873 , citação de DORAY, B. Le taylorisme, p.75
 (112) MAREY, idem, DORAY, B. idem, p. 76

O sobre-trabalho ou excedente é igual a $tv - tn$;

O rendimento da força de trabalho $e = \frac{tv - tn}{tv}$

A diferença entre T (duração aparente do trabalho ou tempo de produção) e tv (tempo de trabalho social abstrato) exprime certa "porosidade" do processo de trabalho : " as jornadas de trabalho permanecem , por muito tempo, ainda como jornadas porosas, compostas de momentos muito densos e de outros de muita lentidão (por exemplo, ao final do processo de trabalho, no momento inicial, durante a manutenção)." (113)

A introdução das máquinas elimina sistematicamente a porosidade, donde decorre o objetivo inicial de sua introdução, aumentar tv (tempo de trabalho social abstrato) pelo aumento da intensidade do trabalho, mais do que diminuir tn (tempo necessário) pelo aumento da produtividade do trabalho.

"Chamada para esta reorganização de um conjunto de trabalhadores individuais (o ofício) em trabalhador coletivo, a máquina a vapor, e tudo aquilo que ela induz permite, ao sistema de máquinas uma relativa coordenação do trabalhador coletivo, numa submissão formal deste às forças produtivas ditas 'materiais'. A máquina eleva então a intensidade de do trabalho no seio do trabalhador coletivo naquilo que se chama produção de mais-valia absoluta, eliminando parte da porosidade do processo de trabalho. " (114)

A diferença de tempo, entre o tempo de produção T e o tempo de trabalho social tv que é um tempo não criador de excedente, depende deste excedente e da organização do processo de trabalho :

"Toda alteração das condições de produção tem por objeto a transformação do processo de trabalho, a fim de aumentar o rendimento da força de trabalho, isto é, a taxa de excedente. Isto pode ser feito por : a) diminuição de tn (através dos mecanismos de produção do excedente intensivo, mais-valia relativa); b) aumento de tv, seja sem alteração da relação tv a T (isto é, alongamento de T que se traduz pelo alongamento de tv), seja com modificação da relação de tv a T (isto é, pelo aumento da relação tv a T)." (115)

Historicamente, a produção de excedente extensivo tem sido obtido, pelo menos, até meados do século XIX, pelo prolongamento de de T (duração aparente do trabalho ou tempo de produção). A partir da organização da classe operária e sua resistência contra o aumento do tempo de produção, a forma predominante de extração do excedente extensivo tem sido o aumento da relação entre tv/T, aumentando a intensidade do trabalho pelo uso crescente de máquinas , quer pela técnica fordiana, quer pelas novas técnicas de recomposição das tarefas, quer, ainda, pela produção automática de massa.

(113) PALLOIX, Ch. Le procès ... p. 41

(114) PALLOIX, Ch. Travail & production. Maspero, 1978, p. 94

(115) PALLOIX, Ch. Le procès ... p. 41

Na base da intensificação do trabalho está o trabalho de Taylor, cuja aceleração do ritmo depende da simplificação do trabalho e sua fácil coordenação. A produção extensiva de excedente na produção de massa é, no entanto, correlata com a produção intensiva de excedente, desde que esta produção, necessária à reconstituição da força de trabalho (queda de tn) expanda a produção de bens de consumo de massa.

" A lógica do desenvolvimento do capitalismo exige, evidentemente, a passagem da produção de mais-valia absoluta à produção de mais-valia relativa como forma dominante. Esta lógica exige, para a produção da mais-valia relativa, assegurar, de um lado, a expansão de uma seção capitalista dos meios de consumo, cujo objetivo será determinar o valor da troca da força de trabalho, e, de outro lado, a submissão real do processo de trabalho ao processo de valorização, pela produção de trabalho próprio ao capital. " (116)

Como já apontamos no capítulo introdutório, o A. lembra a conjuntura especial que propiciou aos EUA, na virada do século, conjugar estes dois elementos da submissão real: a existência de uma massa de operários sem meios de reprodução doméstica, (rural), e o surgimento das técnicas tayloristas e fordianas de produção de massa. Reforçaremos agora os argumentos do autor, mostrando a situação européia distinta da americana.

Como Engels para a Inglaterra e Villermé para a França demonstraram, e historiadores, atualmente, confirmaram, as condições de reprodução da classe operária, no século XX, é feita pelo consumo de subsistência rural e medieval. É a agricultura que fornece os produtos do consumo operário :

" ... esta agricultura determina o valor de troca da força de trabalho da classe operária, mas isto, na medida em que os produtos agrícolas (não-valores) penetram na circulação mercantil, para aí se tornarem mercadorias junto de outras mercadorias e aí adquirindo por este fato um 'valor de troca', cujo valor arbitrário representa, a cada momento, a relação de forças (política e econômica) que se estabelecem entre a agricultura e a indústria. Este nível do valor de troca, enquanto relação de forças, dá lugar a estratégias de renda dos proprietários agrícolas. Em síntese, não é o modo capitalista, no século XIX, que, a partir de seu próprio processo de produção e de seu próprio sistema produtivo, determina diretamente o valor de troca de sua própria força de trabalho. " (117)

Se a reprodução da força de trabalho depende da produção agrícola não capitalista, sua reprodução é exterior ao modo de produção capitalista, num espaço de "não-valor" da família fundada sobre um processo de trabalho doméstico, bem como da produção agríco-

(116) PALLOIX, Ch. Travail & production , p. 95

(117) PALLOIX, Ch. Travail & production , p. 90-91

la pré-capitalista : " estes espaços de 'não-valor' constituem verdadeiros 'alvéolos' do MPC, que este dissolve e reconstitui, sem cessar, num processo de apropriação destes 'não-valores', para os transformar em 'valores de troca', condição do desenvolvimento do MPC (Modo de Produção Capitalista). " (118)

O A. repele o argumento da produção textil (lã e algodão) inglesa e da produção de pão como mercadorias de consumo operário . A produção textil, durante o século XIX, voltou-se, ou para o mercado externo e no interno para o consumo da classe burguesa e pequena-burguesia, enquanto os operários vestiam tecidos grosseiros, como mostram Engels, Hobsbawn, Thompson.

Quanto ao pão, é preciso esclarecer o caráter de não-valor e valor de troca do trigo, bem como, o caráter artesanal da "empresa de panificação do século passado.

"Nestas condições, o desenvolvimento de uma seção de bens de consumo (indústria textil), ao longo do século XIX , não interfere na determinação do valor de troca da força de trabalho, mas constitui um lugar de intermediação da circulação de valores, entre a seção dos meios de produção e dos meios intermediários, de um lado, e dos mercados externos (colonialismo, primeiras formas de imperialismo) ou dos mercados de consumo das classes burguesas e pequena-burguesia, de outro (troca contra renda). " (119)

Para o A. portanto, a introdução da maquinaria não basta para caracterizar a subordinação real do assalariado, o que explica a posição de Salama, que citamos, ao início deste trabalho, quando fala do "duplo mecanismo da mais-valia absoluta" vigentes nas áreas dos N.P.I. (novos países industriais).

Diversas modificações do processo de trabalho aumentam o sobre-trabalho a uma dada duração da jornada : a) pelo crescimento da produtividade no setor de bens de salário, ou no setor fornecedor de bens de produção ao setor anterior (pela redução dos valores unitários dos bens de consumo de massa que geram, mantido o nível das necessidades uma diminuição do custo de produção-reprodução da força de trabalho); b) pela degradação do trabalho, via desqualificação; c) pela apropriação gratuita do efeito sinérgico da cooperação; d) pelo aumento da intensidade do trabalho.

As três últimas modificações, no entanto, são apenas momentaneamente vantajosas ao capital individual e desaparecem quando se generalizam. Por esse fato : " O único fator da mais-valia geral é, portanto, o crescimento da produtividade, na medida em que reduz o valor dos bens de subsistência, que determinam o valor da força de

(118) PALLOIX, Ch. Travail & production... p. 92

(119) PALLOIX, Ch. idem, p. 93

trabalho. Este fator, no entanto, não é ilimitado, porque, em multiplicando os valores de uso, tende a elevar o mínimo de subsistência socialmente determinado. " (120)

Vejamos a degradação do trabalho, associada à maquinofatura, sem pretendermos aprofundar o assunto. Além de desqualificar o trabalhador manufatureiro, a máquina possibilitava o uso de mulheres e crianças na produção, pela simplificação e rotinização do trabalho mecanizado. As mulheres e crianças recebiam, também, salários mais baixos que os homens, o que resultava na queda do próprio salário destes últimos, já que o custeio da reprodução familiar incorporava os salários de todos os membros da família. Poderíamos argumentar também que a preferência pelo trabalho feminino e infantil não recai sobre os custos, mas sobre a submissão facilitada desta mão-de-obra, à autoridade despótica fabril. É interessante, aliás, citar de que maneira OWEN - o industrial travestido de socialista utópico - instrumentalizava a disciplina nas suas fábricas :

" Constatei que a forma mais eficaz de coibir condutas inferiores, era o artifício de designar um monitor silencioso para cada empregado do estabelecimento. O monitor consistia em uma peça de madeira provida de quatro lados, com cerca de quatro polegadas de comprimento e uma de largura, todos os lados coloridos - um preto, outro azul, o terceiro amarelo e o quarto branco - afilado na parte superior. Uma alça de arame servia para pendurar a peça num gancho, com qualquer um dos lados voltado para a frente. Havia um monitor suspenso em local visível, próximo a cada empregado. A cor exibida na frente simbolizava a conduta do indivíduo no dia anterior. Havia, portanto, quatro graus de avaliação. A cor preta, ou o lado nº 4, denotava má conduta; o azul, nº 3, indiferença; o amarelo, nº 2, boa conduta; o branco, nº 1, excelente conduta. Providenciamos, também, livros de caráter para cada departamento, nos quais constavam os nomes de todos os empregados em sucessivas colunas que assinalavam, pelos números, a conduta diária de cada um, por um período de dois meses. Estes livros eram substituídos seis vezes ao ano e, em seguida, arquivados. Graças a esse expediente, eu mantinha registrada a conduta de cada indivíduo, conforme os quatro graus de avaliação, referente a cada dia da semana, exceto os domingos, pelos anos em que permanecesse como meu empregado. " (121)

Quando SALM(1980) lembra que os custos da reprodução podem ser rateados pelos membros da família e o "salário mínimo já não tem que cobrir as despesas da família, pois todos, agora, podem trabalhar" (122), evidentemente não pretende transportar a composição da família monogâmica de hoje, para a Inglaterra dos cortiços :

"Glasgow abrigava uma população flutuante que variava de 15.000 a 30.000 pessoas. Esse distrito compõe-se de várias

(120) DALLEMAGNE, J-L. L'économie du "capital". p. 89

(121) OWEN, citação de HUNT, E.K. & SHERMAN, H.J. História do pensamento econômico. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 79

(122) SALM, C.L. Escola e trabalho, p. 71

ruas estreitas e pátios quadrados; (...) Em alguns quartos de dormir, que visitamos à noite, deparamos com multidões de gente espalhadas pelo chão. Dormiam aí de 15 a 20 homens e mulheres amontoados, uns vestidos, outros nus. (...) O roubo e a prostituição constituem as principais fontes de renda dessas pessoas." (123)

Especificando a extração social e a situação salarial das crianças lembram os autores :

" As crianças estavam ligadas às fábricas por contratos de de aprendizagem, de 7 anos de duração, ou até que completas sem 21 anos. Em geral, quase nada recebiam como pagamento pelas longas horas dedicadas ao trabalho sob as mais penosas condições. A Lei dos Pobres conferia às autoridades poder para entregarem, sob contrato, às fábricas, os filhos dos indigentes. Tal prerrogativa deu origem a 'barganhas regulares... (em que) as crianças eram negociadas como meras mercadorias... entre os fiandeiros, de um lado, e as autoridades que executavam a Lei dos Pobres, de outro. Lotes de cinquenta, oitenta ou cem crianças eram enviados, como gado, para as fábricas, onde permaneciam enclausuradas por vários anos. ' " (124)

Neste recenseamento tópico do processo de desqualificação, no período que antecede o taylorismo, é válido citar o exemplo da siderurgia americana, em 1880, relatado por STONE e citado por SALM.

" (...) os trabalhadores qualificados controlavam o processo de produção e fabricavam aço usando o equipamento do patrão. Este sistema entrava em conflito com a necessidade do empregador de expandir a produção (...) Portanto, eles tomaram a iniciativa de neutralizar o poder do operário sobre a produção e todas as instituições que faziam parte desse controle : o sindicato dos trabalhadores qualificados o sistema de contratos, a escala móvel de salários e o sistema de ajudante-aprendiz." (125)

SALM sublinha que não se tratava do "custo", mas do "ritmo" da produção, que era preocupante na medida em que o controle pelos produtores diretos do processo de trabalho inviabilizava o "salto tecnológico", necessário à expansão da produção. Como resultado da derrota dos sub-contratantes :

" (...) o novo processo não exigia nem os trabalhadores fortes, nem os oficiais altamente qualificados de antigamente. Ao contrário, pedia operários que operassem, alimentassem e desligassem as máquinas. Criou-se uma nova classe de operadores de máquinas, rotulados de 'semiquualificados'... as diversas operações são tão simplificadas, que não é necessário um profissional experimentado para dirigir qualquer parte do processo. (...) em 1880, mão-de-obra qualificada significava todo operário que tivesse ofício particular. Por volta de 1910, os operários qualificados eram ou encarregados da manutenção (mecânicos, maquinistas, etc.) ou os que ocupavam funções de supervisão, dirigindo e coordenando vários trabalhadores e máquinas." (126)

(123) ENGELS, citação de HUNT & SHERMAN, História do pensamento ... p.75

(124) MANTOUX, citação de HUNT & SHERMAN, História do pensamento ... p.73

(125) STONE, citação de SALM, C.L. Escola e trabalho ... p. 76

(126) STONE, citação de SALM, C.L. Escola e trabalho ... p. 76-77

Gostaríamos, em adendo, de listar as conclusões gerais da autora que acredita válidas para outras indústrias :

"1) Tecnologia, por si mesma, não gera hodiernamente sistemas de trabalho. Tecnologia define, meramente, o campo de possibilidades;

2) O desenvolvimento da hierarquia na força de trabalho não foi uma resposta ao aumento da complexidade das tarefas, ao contrário, um plano para contrariar o aumento da simplificação e homogeneidade das tarefas;

3) As finalidades de como o trabalho poderá ser organizado, como serão as tarefas definidas e como os trabalhadores serão pagos são pontos de conflito e de luta de classes entre trabalhadores e empregadores. As estruturas que emergem só podem ser entendidas nestes termos. Qualquer explicação baseada nas forças im pessoais do mercado de trabalho ou nas leis econômicas naturais não explicam o desenvolvimento histórico atual;

4) A divisão do trabalho atual que separa trabalho mental do físico é uma divisão desnecessária e artificial que apenas serve para manter o poder dos empregadores sobre seus trabalhadores;

5) As estruturas do mercado de trabalho que foram desenvolvidas, no início deste século, sob a bandeira da 'administração científica' permanece, sob forma refinada até hoje. Nenhum movimento operário ou de grupo reformador conseguiu desenvolver meios satisfatórios para contrapô-las e estabelecer um sistema mais racional de trabalho. " (127)

3.2.4 - Submissão real e produção em massa

A produção fabril é uma produção de mercadorias, em grande volume, com o concurso de máquinas e com o trabalho submetido ao seu ritmo; trabalho que perde sua qualificação, porque a máquina concentra em si mesma a força e a habilidade humanas. Para alguns autores, a análise de Marx, do sistema produtivo, que vai da cooperação-simples à grande indústria, passando pela manufatura, é uma análise datada e correspondente, portanto, aos estágios reais desses sistemas produtivos do desenvolvimento industrial europeu, até o período da hegemonia da produção fabril com o concurso generalizado das máquinas.

É possível, no entanto, fazer-se uma "leitura" diferente da quarta parte do Capital :

" Para começar, eliminemos a interpretação 'dominante' dada a estes textos de Marx. Frequentemente se retém, da 4a. parte do Capital, (que contém particularmente o capítulo sobre a 'grande indústria' e a 'fábrica') apenas certa descrição das formas do processo de trabalho. Além disso, estas formas da 'cooperação simples' à 'fábrica' são apresentadas de modo a se substituírem necessariamente umas às outras numa linearidade quase perfeita. A base deste raciocínio é que a eficácia dos dispositivos mecânicos, que servem de base à 'fábrica', não pode ser comparada àquela

(127) STONE, Katherine. The origins of job structures in the steel industry. The Review of Radical Political Economics, v.6.n.2, 1974, 113-173, p. 114/5

do trabalhador 'a domicílio', simples artesão munido de instrumentos rudimentares. Em síntese, pode-se dizer que, as disparidades no nível do aperfeiçoamento técnico dos instrumentos utilizados, serve de base para a interpretação, geralmente dada dos textos de Marx, à idéia de que estas diferentes formas do processo de trabalho devem necessariamente se sucederem, do menos desenvolvido técnicamente ao mais desenvolvido. " (128)

Para CORIAT, esta visão é limitadora do pensamento de Marx; uma espécie de reducionismo tecnológico apenas compatível com a autonomização do processo de trabalho, frente ao processo de valorização. Ao contrário,

"... partindo do processo de formação do valor é que é possível levar em conta as modificações relativas às formas do processo de trabalho. As diferentes formas do processo de trabalho, apresentadas por Marx, não são analisadas, nem discutidas como que constituindo 'suportes' (mais ou menos adequados) da produção de mais-valia. A 'grande indústria' não ocupa um lugar central, senão na medida em que serve de suporte a um modo particular de extração do sobre-trabalho, caracterizado por Marx como 'grande produção de mais-valia' está em curso uma certa relação entre processo de trabalho e acumulação do capital e já 'formas' rudimentares daquilo que será a 'produção de massa'. Daí a importância de se precisar primeiro este ponto, levantando as categorias 'grande indústria' e 'grande produção de mais-valia', assim como as relações que se estabelecem entre elas. " (129)

Para o autor, a "grande indústria" no Capital tem que ser apreendida, portanto, sob o duplo enfoque do processo de trabalho e do processo de valorização. Caso se tome apenas o processo de trabalho, duas unidades de produção polares se desenham nitidamente : a "manufatura" e a "fábrica".

Entre a manufatura fundada na divisão do trabalho e fábrica fundada no maquinismo, Marx apresenta e descreve outras "formas" e "estados" de processo de trabalho, cujas especificidades se prendem aos níveis de incorporação da divisão do trabalho e do maquinismo.

"Assim, é necessário sublinhar que estas 'formas interdiárias' entre a manufatura e a fábrica não pretendem descrever o processo de trabalho de unidades de produção particulares. Pretendem, isto sim, designar um processo de trabalho 'dividido' e fragmentado, cuja unidade não é dada por um modo de reagrupamento 'espacial' ('um mesmo teto', 'um grande autômato'), mas por um critério econômico. São obrigadas a pertencerem a um mesmo processo de trabalho (social) todas as 'formas' que concorrem à produção de um mesmo produto-mercadoria, de um mesmo valor de uso, pertencendo a um mesmo 'ramo' da produção social. " (130)

(128) CORIAT, B. L'atelier ... p. 111

(129) CORIAT, B. L'atelier ... p. 111-112

(130) CORIAT, B. L'atelier ... p. 113

Acredita o A., então, poder definir a categoria "grande indústria", primeiro, diferenciando-a da manufatura, porque abriga setores "mecanizados", e por fim, diferenciando-a da fábrica por não ser só "autômato" e por abrigar setores baseados na divisão do trabalho, sem o emprego de máquinas.

A "leitura" de CORIAT seria, portanto, a seguinte :

"... que a tese apresentada por Marx pode ser resumida assim : a 'fábrica' e a 'manufatura' definem 'figuras' da unidade de produção : a primeira, pelo exemplo exclusivo do maquinismo, a segunda, pelos simples níveis da divisão do trabalho - ao passo que a noção de grande indústria define um conjunto de processos de trabalho no interior de um mesmo ramo da produção social e onde coexistem diferentes níveis da divisão do trabalho e do emprego do maquinismo; para que seja legítimo falar de 'grande indústria', é necessário que as seções do processo de trabalho, assentadas sobre o maquinismo, exerçam uma dominação sobre o conjunto do ramo. Esta 'dominação' deve ser apreciada em termos econômicos e não pode ser apreendida senão em referência ao processo de valorização do valor e da formação de valores de troca. É aqui que a categoria de 'grande indústria' deve ser relacionada à da 'grande produção de mais-valia' que lhe é polar - uma exprimindo na ordem do processo de trabalho, o que a outra exprime na ordem da valorização do valor. Esta 'polaridade' nada mais traduz que a existência de uma relação entre formas do processo de trabalho e modalidades da acumulação do capital." (131)

Para CORIAT, é a "manufatura moderna", como forma híbrida de manufatura e fábrica, que deve ser relacionada à "grande indústria", enquanto modalidade de grande produção de mais-valia. Ela resulta do "contra-golpe" da fábrica sobre a manufatura e trabalho à domicílio; coexistem dentro dela, como no caso relatado por Marx, sobre a indústria têxtil inglesa, no século XIX, três tipos de processos de trabalho : a "fábrica", a "manufatura" e o "trabalho domiciliar". Mas, na medida em que, do ponto de vista econômico, o predomínio do rendimento do trabalho e a norma de produtividade é imposta pela forma mais desenvolvida, a fábrica condiciona os dois outros processos de trabalho.

"Neste sentido e na medida em que é a produção em grandes séries de mercadorias cujo valor unitário é reduzido, este tipo de organização da produção pode ser analisada como uma primeira forma daquilo que será a 'produção de massa' moderna. Mas, também, de uma forma instável e transitória e, por isso, contraditória. De um lado, ela apresenta numerosas vantagens, o que explica sua manutenção por um bom período. De outro, porque ela repousa sobre um modo de exploração muito 'brutal e simplista' que encontra, do ponto de vista capitalista, certos limites a partir dos quais se consumará sua dissolução. " (132)

(131) CORIAT, B. L'atelier ... p. 113-114

(132) CORIAT, B. L'atelier ... p. 117

Entre as vantagens, o A., apresenta : a) pela instabilidade do mercado a reserva de trabalhadores a domicílio ou de artesãos manufatores poderá ser rapidamente mobilizada ou desmobilizada, sem o concurso da mobilização da mão-de-obra e capital fixo (máquinas e instrumentos) no quadro da grande produção fabril permanente; b) pela manutenção da mão-de-obra nos limites estreitos de uma reprodução doméstica e familiar, barateava duplamente os custos de produção, quer pelo pagamento por peças, não ao trabalho de um operário, mas da família, quer pela redução da taxa de salário, já que a alimentação da mão-de-obra não toma a forma monetária. Por estas razões, este tipo de organização da produção é eficaz, como forma de exploração, mas, ao mesmo tempo, contém também limites a partir dos quais a acumulação capitalista se torna problemática.

A própria exploração "brutal e simplista" nesta articulação da "pequena indústria" e da "fábrica" se choca com os limites de ordem fisiológica na exploração do trabalho e, além do mais, estes limites das forças físicas se traduzem em limites econômicos. Por essa razão é que, a partir de 1860, na Inglaterra, o Estado interferirá, através das leis fabris, coibindo a exploração depredatória da força de trabalho, ao mesmo tempo em que libera a plena expansão da fábrica, restringindo o campo do trabalho doméstico e abrindo novo espaço à acumulação do capital.

Para CORIAT, a racionalização da "grande indústria", pelo taylorismo e pelo fordismo, virá a exponenciar a "grande produção de mais-valia".

A racionalização uniformiza e homogeneiza a exploração, distribui-se de maneira análoga entre as seções e ramos da grande indústria. A racionalização não traz grandes mudanças tecnológicas, ao contrário, ela sempre é eficaz em qualquer estágio tecnológico e utiliza instrumentos e técnicas precedentes alterando apenas a organização do trabalho. Mas, o que é mais importante, a racionalização confere nova base técnica como suporte da acumulação da grande indústria.

A racionalização do trabalho, como nova norma de trabalho e produção, "assegura de maneira simultânea, crescimentos, sem precedente, na história anterior da produtividade e da intensidade do trabalho." (133) Pelo aumento da produtividade, cai o valor unitário das mercadorias com o crescimento da quantidade produzida num tempo dado. Pelo aumento da intensidade do trabalho (grau médio social) que corresponde, de fato, a um aumento da jornada de trabalho social

(133) CORIAT, B. L'atelier ... p.122

produz-se mais valor. Da combinação dos dois processos resulta "um aumento do valor novo produzido e do número de mercadorias sobre as quais ele se distribui, ao mesmo tempo em que há uma queda de seu valor unitário." (134)

Portando, "na ordem do processo de trabalho, como daquele da formação das mercadorias a 'grande indústria', sob sua forma nova 'racionalizada' está na origem de todo um outro mecanismo de 'grande produção de mais-valia'. Ele pode ser resumido em: produção em grandes séries estandarizadas, cujo valor unitário é reduzido." (135)

No entanto, para que ocorresse o cabal sucesso da produção de massa, seria necessário que se operassem novas formas de consumo operário. Além disso que não só a reprodução doméstica fosse inviabilizada, mas também a partir de Ford, a integração operária se tornasse compatível com a produção de massa:

"De fato, com a 'racionalização' da grande indústria e da generalização da forma salário uma exigência contraditória se manifesta: (a) suprir por meios monetários os bens de subsistência e de outros valores de uso que os trabalhadores não podem tirar de seu quadro doméstico, (b) mas, tomando cuidado para que esta substituição, dos meios mercantis e monetários da reconstituição das forças de trabalho aos métodos 'domésticos' e não mercantis, não venha a agravar pesadamente a taxa de salário e portanto a taxa de exploração e o nível da acumulação." (136)

Para CORIAT isto foi conseguido, historicamente, com a instauração do "salário indireto" e dos aparelhos estatais da "assistência social", em lugar dos antigos sistemas de ajuda aos pobres.

Assistência social, no entanto, que para o capitalismo liberal parece promover a bolchevização da economia, inicialmente, já que para Ford e o fordismo social, fora do salariato, não há assistência possível.

A política dos seguros sociais nos EUA e em França, apesar das diferentes modalidades e ritmos, mostram claramente como para as grandes indústrias era vital a mobilização e fixação das classes operárias ao salariato. Para os EUA, CORIAT marca a passagem de um período de pânico de assistência social indiscriminada aos desempregados pela Crise, para a assistência social "racional" e seletiva com a edição, em 1936, do "Social Security Act" que passa a assistir apenas os trabalhadores impedidos de exercer um trabalho, nas áreas do desemprego e da aposentadoria.

(134) CORIAT, B. L'atelier ... p. 123

(135) CORIAT, B. L'atelier ... p. 124

(136) CORIAT, B. L'atelier ... p. 125-126

Segundo o A. pelas modalidades, formas de auxílio e restrições que limitam os segurados, a assistência social americana se prefigura como um instrumento de regulação e de controle das forças de trabalho :

"onde instituições para-estatais vêm substituir sistemas patronais de 'seguro' para completar o dispositivo de enquadramento de que o capital tem necessidade para assegurar sua expansão (...) Ao desobrigar a indústria de certas partes do custo de manutenção e de reprodução da classe operária, ao organizar uma distribuição suficientemente seletiva para consolidar o sistema de assalariamento, a ajuda pública contribui para romper os obstáculos ao seu desenvolvimento, que a grande indústria, pois ao se racionalizar tinha, ela própria, lançado sobre o seu caminho. " (137)

Para CORIAT, depois de Taylor e Ford, necessariamente, deveria surgir um Keynes para que o edifício da produção capitalista de massa e a submissão ao salariedade se concretizassem plenamente,

A crise dos anos 30, pode então, ser melhor enfocada, pelo lado do processo de produção e valorização, do que pelo lado financeiro habitual. A racionalização é um constante veículo e fator de "crise". A sua penetração no sistema produtivo não se faz da noite para o dia, é um processo, no entanto, que se promove aos "saltos". De qualquer forma, via concorrência inter-firmas é um processo que penetra, mais cedo, ou, mais tarde, todas as unidades produtivas num jogo de vida ou falência para aquelas que não absorvem a nova organização do trabalho. Isto do lado da produção. Quanto às "novas normas de consumo" também temos um processo com rupturas, ou seja, a plena monetarização salarial, o nível adequado da "demanda efetiva" é um movimento que se contrói, até, com recurso das técnicas do consumo "forçado"; é o caso, por exemplo, dos "economy-mats", lojas em que o operário é obrigado a comprar através de "bonus de compra"; é o caso do desenvolvimento do crédito ao consumidor, principalmente, a partir de 1920, para os produtos semi e duráveis.

Produção em massa e ajustamento a um consumo de massa é o processo social necessário pelo qual se estende e se desenvolve o salariedade numa série de deslocamentos constantes e repetidos a partir do jogo entre novas normas de trabalho, de produção e de consumo a seus patamares sucessivos no curso de seu estabelecimento. (138)

" A partir destes elementos o papel e o lugar do fordismo na crise de 1930 pode ser melhor precisada. Do simples ponto de vista da sucessão de acontecimentos, no entanto, não se pode deixar de relacionar o fato da crise das muta-

(137) CORIAT, B. L'atelier et ... p. 129

(138) CORIAT, B. L'atelier et ... p. 146

ções, nas condições de existência das classes operárias, que precederam e que constituíram as racionalizações taylorianas e fordianas da grande indústria capitalista. Esta crise traçou, no coração dos aparelhos de produção, as diferenças acentuadas no rendimento e a produtividade do trabalho, acelerou a ruína da 'pequena' indústria, modificou o modo de consumo e reprodução da classe operária, e suscitou, pelo crédito e pelo consumo forçado, processos em cadeia de 'pseudo-validação' das mercadorias, a racionalização do trabalho ao nível e à escala nas quais foi perpetrada, preparou o terreno da vulnerabilidade sobre o qual fatos determinados vão trazer a ruptura brutal e em cascatas ininterruptas dos grandes equilíbrios da 'economia capitalista'. " (139)

Para CORIAT, portanto, a Crise de 1929 pode ser desvendada como uma crise de reajustamento nas relações de valor, constitutiva do processo de acumulação da grande indústria racionalidade. Além disso, é neste contexto que se deve entender o papel do Estado, no New Deal, na luta para assegurar a regulação dos novos equilíbrios e das novas relações de classes. Estado que entra em cena "(...) como força derradeira e superveniente à conjuntura dos dois modos de acumulação do capital, tentando realizar por meios 'forçados' o ajustamento dos novos 'equilíbrios', trazidos pela produção de massa." (140)

A aplicação dos postulados keynesianos, pelo "Estado-Plano", buscam o equilíbrio entre a produção e a demanda, através de uma nova gestão da mão-de-obra. Salário mínimo, duração do trabalho, seguro desemprego, enfim uma nova política do trabalho e do salário buscando: a) fixação de um novo quadro jurídico-legal das relações de exploração da mão-de-obra, espécie de atualização das leis fabris de 1860; b) instauração do salário indireto (salário família, doença, aposentadoria) assegurando mão-de-obra barata e em condições de trabalho; c) reestruturação da assistência aos desempregados e acidentados para manter em "reserva" parte da mão-de-obra desejada pelas grandes indústrias.

"A partir do New Deal, com efeito, a relação capital-trabalho se encontra circunscrita por duas novidades: uma, de forma, que é o estabelecimento de contratos devidamente negociados; outra, de fundo, que é o conteúdo do contrato que consiste em fazer depender a elevação do nível do salário à elevação da produtividade." (141)

Sob a égide do Estado-Plano buscam-se a contratualização das relações de classe, o amaciamento dos conflitos de classe e se constitui a "polícia" e o "welfare" da legitimação social na manutenção dos equilíbrios e do nível adequado da "demanda efetiva".

O Estado-Plano keynesiano se arvora no Estado necessário à produção de massa, no "Estado da Produção de Massa."

(139) CORIAT, B. L'atelier et ... p. 146-147

(140) Idem, p. 148-149 (141) Idem, p. 155

3.2.5 - "Usina difusa" e "usinificação social"

O sistema produtivo dos países desenvolvidos, através da intervenção estatal, tem potencializado os mecanismos de "equilíbrio" do processo de produção e do processo de consumo da mão-de-obra, até, recentemente, a partir de quando, como vimos na primeira parte, surgem as dificuldades de se manterem os mecanismos taylorianos e fordianos da produção de massa.

Levantamos, naquela altura, alguns detalhes desse processo de refutação da organização do trabalho, da "administração científica", cujo atual rencondicionamento poderia significar o revigoreamento de um neo-taylorismo ou neo-fordismo. Parece se desenhar, no entanto, além dessa discutida "nova organização do trabalho", nos países centrais, um movimento ainda não totalmente explicitado, e, de certa forma, contraditório, que pretendemos apenas aflorar, dando algumas de suas coordenadas, relativas a um processo ainda em gestação.

Para DE GAUDEMAR, quanto ao espaço produtivo, hoje, há pelo menos dois movimentos aparentemente contraditórios. De um lado, a super-concentração industrial em áreas restritas, o "sítio industrial" com seus vários processos de produção interconectados; de outro, o da difusão, deslocalização e desconcentração industrial do trabalho domiciliar. " Num caso, o sítio, super-fábrica. No outro, a fábrica despedaçada, difusa, a anti-fábrica, às vezes. A vertigem do tamanho, de um lado; e de outro, o 'small is beautiful'. " (141)

ROSANVALLON também se mostra um tanto perplexo diante do fenômeno, porque, se definíssemos o "espaço-fábrica" como o lugar onde patrão e operários se defrontam, na delimitação desse espaço, que não é só geográfico, acabariamos por distinguir, pelo menos, três tipos de fábricas: a) a fábrica jurídica, ou empresa legal; aí as relações jurídicas e as relações de classe são coincidentes e o sistema se fecha, circunscrevendo apenas os trabalhadores ligados à empresa pelo contrato direto de trabalho; b) a fábrica real, que seria definida a partir do processo de trabalho e neste caso seus limites se expandem englobando todos os trabalhadores sob qualquer condição jurídica; c) a fábrica difusa, a ser definida a partir de um processo de produção articulado e interdependente e neste caso, empresa, subcontratantes internos e externos constituem uma única empresa difusa formada de outras empresas legais.

(141) DE GAUDEMAR, J.-P. De la fabrique au site: ... p. 13

De outro lado, desenvolve-se hoje a noção de que é, cada vez mais necessário levantar-se, na análise do processo de reprodução dos assalariados, a ação hegemônica das organizações produtivas, associadas ou não ao Estado, que repercutem no recrutamento e na mobilização da mão-de-obra, através da fragmentação do mercado de trabalho numa nova política de gestão da força de trabalho necessária a um processo de trabalho cada vez mais automatizado e informatizado. É a expansão da sub-contratação, do trabalho interino, na periferia do sistema produtivo, enquanto, no cerne do sistema, as políticas de integração renovada dos operários integrados e promovidos.

O próprio mercado de trabalho passa, então, a se constituir "locus" privilegiado para a análise da estrutura e ação de classes. A partir de agora, o mercado de trabalho passa a ser definido como o lugar onde se determinam as condições e a forma histórica da submissão e extração da força de trabalho no processo capitalista de acumulação. Lugar onde as grandes empresas, na fase monopolística, descentralizando a produção, empreendem estratégias de flexibilização da força de trabalho: pela externalização da produção (sub-contratação), pela diminuição da mão-de-obra, pela segmentação do mercado (um central, estável; outro marginal inchado e instável) numa prática de eficiência máxima do capital, de apropriação do produto e de expulsão da produção da força-de-trabalho que não tenha as qualidades requeridas. (142)

Para De Gaudemar a concentração e a "parcelização" industrial, no entanto, podem se mostrar como fases de um mesmo fenômeno, de uma nova ordem produtiva, fundada na mobilidade e na fluidez espacial que é também uma mobilidade "dos objetos e dos meios de trabalho, dos produtos e dos homens, como das relações sociais; aparecem tanto como sistematização de tendências anteriores, ou como elemento fundamental das tentativas de resolução da crise contemporânea da fábrica." (143)

Buscando evidenciar os traços da nova gestão da mão-de-obra, no interior do sistema produtivo, elegeremos como ponto focal de análise a produção por processo, nomenclatura usada por Woodward, e, concordando com a crítica de MOTTA de que os trabalhos da autora são mados a outros, apesar de colocarem na vanguarda da Teoria Organizacional as contribuições inglesas, tais contribuições "centradas nas noções de sistema e estabilidade, (relegam) a segundo plano os problemas de poder, controle social e conflito" ⁽¹⁴⁴⁾; buscaremos fora

(142) Ver CASASSUS-MONTERO, Cecília. Le marché du travail comme niveau d'analyse de la structure de classes Sociologie du Travail, nº4, 1978, p. 379-396

(143) DE GAUDEMAR, J-P. De la fabrique au site ... p. 13-14

(144) MOTTA, F.C.P. Estrutura e tecnologia ... RAE, v.16, nº1, 1976, p-7-16, p. 16

da teoria organizacional algumas informações, que reputamos úteis, ao melhor entendimento do processo de trabalho e ao uso da força de trabalho no campo cada vez mais amplo da produção automatizada de mercadorias.

Há, em primeiro lugar, que se distinguir dois processos-tipos de trabalho quanto à forma que se reveste a economia do tempo. Um processo que esteve na base de todas as considerações até agora desenvolvidas, que é a produção das indústrias de "forma" ; produção essa das indústrias taylorizadas e fordinizadas, baseada no trabalho parcelizado e repetitivo de postos racionalizados. Um segundo tipo é o de produção por processo ou resultantes das indústrias de "propriedade" (produção a fluxo contínuo, como é o caso das indústrias químicas, siderúrgicas, de refino de petróleo, de produção de cimento) onde, basicamente, o trabalho se circunscreve (no centro do processo produtivo) no cumprimento de uma série de "funções" banalizadas .

Nos processos de indústrias de "forma", do ponto de vista econômico, se destacam hoje duas modalidades básicas de processo de trabalho, que conjugam a relação ritmo de trabalho-quantidade de produção ou ritmo de trabalho-ritmo de produção : a) tempos concedidos, em que o operário teoricamente determina o ritmo de trabalho ; na verdade, as operações do trabalho já foram anteriormente analisadas e cronometradas e o tempo estandarizado é concedido ao operário que tudo fará para ficar dentro ou acima das normas, senão será afastado da produção. É o processo de trabalho tipicamente taylorista; b) tempos impostos pelo ritmo imprimido mecanicamente por um transportador; tempo, portanto, exterior ao operário. É o processo de trabalho tipicamente fordiano.

" Em geral, as duas formas estão presentes simultaneamente. Elas são dominantes nas indústrias de produção de grandes séries (grandes lotes e em massa, nomenclatura de Woodward) que são indústrias de montagem , do tipo fábrica-montagem da qual a automobilística é o arquétipo . Além das máquinas-ferramentas a comando numérico (tornos, fresas, retificadoras...) uma verdadeira robótica se desenvolveu, composta doravante de uma gama de autômatos capazes de efetuar operações mais ou menos parcelares: fundição, estampagem, forjaria, soldagem, pintura... Em todos os casos os autômatos são robôs de substituição: suplementam tarefas reputadas penosas ou aquelas cuja execução à mão ou por meio mecânico é julgada muito lenta. Mas, ao se refletir sobre o processo de trabalho e da produção no seu conjunto, temos que o princípio geral da economia do tempo que aí prevalece não foi abolido: fundamentalmente, o ritmo da produção permanece regulado pelo ritmo do trabalho . Tudo se passa como se fossem introduzidos autômatos ao longo das linhas fordianas e tayloristas de produção. A técnica central de distribuição dos postos de trabalho e do tempo ; aquele da equilibragem das linhas de produção segundo os métodos de medida

dos tempos e do movimento permanece o princípio organizador destes tipos de trabalho. " (145)

Ao contrário, na produção por processo, ou de indústrias de "propriedade" o processo de trabalho não determina o ritmo da produção, a formação dos valores de troca dependem mais do tempo-máquina, que do tempo de trabalho, e a organização do trabalho se volta principalmente para o "rendimento" que estas "cadeias integradas de autômatos industriais" possam produzir. A formação dos valores de troca, agora, dependem : a) do investimento inicial do capital fixo e da capacidade instalada; b) " da taxa de utilização da capacidade instalada, a qual depende do nível da relação entre cargas reais e cargas teóricas e da duração das paradas entre cargas. Naturalmente, o preço de revenda unitário diminui, quando cresce a taxa de utilização ; (c) da capacidade de os operários controlarem os autômatos, intervindo rapidamente e de maneira adequada, nos casos fortuitos (determinação das panes, síntese das informações, decisões sobre a natureza dos processos corretores)" (146)

É, na produção por processo, que necessariamente se estrutura o grande complexo do "sítio" industrial, ao nível da organização da produção, e que se evidenciam os traços de uma nova gestão da mão-de-obra com a segmentação da força de trabalho.

Para CORIAT, há que se distinguir , apesar da homogeneização real do trabalho concreto, quer pela divisão do trabalho, quer pelo maquinismo, conforme o papel hegemônico destas duas técnicas, dois tipos de processo de trabalho distintos - taylorista ou fordiano, num caso; por processo, noutro- que resultam em diferentes modalidades de diferenciação e segmentação da força de trabalho. No primeiro caso - quando o processo de trabalho é taylorista ou fordiano, estruturado segundo os princípios da administração científica e o fluxo de produção é "equilibrado" ao longo de linhas de produção e de montagem - os postos de trabalho são do tipo parcelizado e repetitivos, estanques e sem promoção ou carreira. Neste caso, a homogeneização do trabalho concreto tem sido levada aos seus limites (apenas, hoje, tendência contrarrestada pela resistência operária e de onde se originam as tentativas de "recomposição" das tarefas) e na medida em que a mão-de-obra é totalmente desqualificada seu aprovisionamento não requer nenhuma política de estabilização patronal. A mão-de-obra, então, requerida por esse processo de trabalho, instável, desqualificada, sem carreira ou

(146) CORIAT, B. Ouvriers et automates-procès de travail, économe du temps et théorie de la segmentation de la force de travail in (Divrs.) Usines et ouvriers, Paris, Maspero, 1980, p. 53

(145) CORIAT, B. Ouvriers et automates ... p. 52

promoção se corporifica naquilo que é denominado mercado secundário de trabalho. Mesmo, no entanto, sob o impacto do fordismo-taylorismo restam postos de trabalho parcelares não totalmente absorvidos pela racionalização, e, neste caso, se constituem em um mercado primário, qualificado, estável e, em certos casos, com promoção e carreira.

Do ponto de vista da formação de valores de troca, a homogeneização do trabalho concreto no mercado secundário taylorizado visa sempre à produção de mercadorias ao menor custo possível e aí a função básica da racionalização é o confisco da autonomia do trabalhador de ofício exponenciando a produtividade e a intensidade do trabalho.

Nas indústrias de "propriedade" ou produção por processo, a homogeneização é determinada pela automatização que "conduz à formação de séries de postos de trabalho e de emprego que são certamente 'banalizados', mas, a diferença é que aqui a 'banalização' do trabalho concreto não consiste na execução de gestos repetitivos e parcelares, mas sim numa capacidade de leitura e de interpretação de dados formalizados permitindo fazer face aos imprevisíveis." (147)

Além da homogeneização diferencial, apontada pelo autor, a segmentação da força de trabalho, nas indústrias de processo, se configura por três características: a) a automatização gera um novo tipo de economia do tempo na produção; b) a homogeneização do trabalho possibilita a criação de "carreiras", cuja hierarquia é fundada nos níveis sucessivos de aquisição de conhecimentos formais (mecânica, eletricidade, eletrônica); c) uma série de postos anteriormente quase sempre ocupados por operários qualificados são suprimidos ou "instabilizados" e confiados a empresas sub-contratantes ou distribuídos a operários recrutados por tempo limitado.

De qualquer forma, a segmentação da força de trabalho, nesse caso, repousa sempre sob o principal objetivo, o de exponenciar o rendimento do capital fixo. Para o A., portanto, a categoria analítica "mercado dual de trabalho" se revela necessária porque explicativa de uma gestão diferencial da força de trabalho associada, não às determinações tecnológicas, mas ao instrumento versátil da política de uso da mão-de-obra no sistema produtivo capitalista.

Se há homogeneização do trabalho concreto é no entanto necessário vistoriar suas palpáveis diferenças: "... enquanto que, nas indústrias de forma, a homogeneização do trabalho concreto resul

ta em um amplo mercado de emprego 'secundarizado', nas indústrias de propriedade, a homogeneização do trabalho concreto e as restrições da economia do tempo resultam, ao contrário, na instauração de um mercado de emprego do tipo 'primário-interno'. " (148)

Talvez pudéssemos ampliar o campo de significação da divisão do trabalho na sociedade atual, se buscássemos definir melhor as inter-relações entre a organização e o social. Neste processo de "usinificação do social", provavelmente, os achados de Gramsci possam ser reatualizados. BLEITRACH e CHENU buscam os traços de compatibilização entre os três tipos básicos de operários da produção fabril (o fordiano, o marginal e o de ofício) e seus modos diferentes de vida (família, habitação, ideologia, participação política e sindical).

Os autores, lançando mão da produção-consumo operários como objeto único de análise e considerando que a impressão política dos interesses de classe e das contradições sociais na vida cotidiana passam pelos aparelhos hegemônicos, principalmente o Estado e a família, acham hoje, no sistema produtivo, a presença de três tipos básicos de operariado :

a) operário fordiano : " ... tal como Gramsci definiu , testemunha o desejo do capital de constituir um novo tipo de operário adaptado às exigências da produção, e isto, não apenas através das condições da produção (estabilidade, racionalização quase militar da organização do trabalho, disciplina de fábrica) mas, igualmente como consumidor, o que implica um modo de uso determinado do produto social (melhor integração nas relações comerciais através de um salário relativamente 'alto', previsão a longo prazo com o sistema de crédito, sobriedade , etc.) e o reforço moral e ideológico da unidade de consumo (a família). " (149)

Associada à figura do operário fordiano, os autores, determinam as múltiplas dimensões da "integração fabril" desta mão-de-obra, que na nomenclatura econômica, se traduziria por mercado primário-interno :

" Na falta de ligação sindical e política, a socialização do consumo se efetua no seio da empresa monopolista, nas condições de subordinação estrita dos trabalhadores aos objetivos políticos e ideológicos das empresas deste tipo: tomando como base as diversas vantagens que ela reserva ao seu pessoal (segurança de emprego, 'altos salários relativos, socialização do consumo) a grande empresa tende a constituir um ' espírito da casa ' orientado para o isolamento das diversas frações de classe operária e para um enclausuramento numa limitada relação família-fábrica. " (150)

(148) CORIAT, B. Ouvriers et automates ... p. 72-73

(149) BLEITRACH & CHENU L'usine et la vie ... p. 58

(150) Idem, ibidem, p. 63

b) operário marginalizado, trata-se aqui não apenas do operário componente do segmento secundário do mercado de trabalho ; desqualificado sim, mas também duplamente marginalizado já que além de compor o estrato da classe operária consumido no processo de trabalho rotinizado vê-se excluído das próprias organizações reivindicativas ou políticas ;

c) operário de ofício, cujo estrato ainda não foi subsumido pela organização científica do trabalho, parecendo sempre onde:

"o trabalho vivo permanece (ainda) o 'princípio regulador da produção: que sua atividade se efetue com ferramentas ou sobre a máquina, sua capacidade de autonomia, sua aptidão em resolver de maneira autônoma os diversos problemas que surgem nas situações de produção caracterizadas pela sua diversidade , constituem uma condição importante da boa marcha da produção. " (151)

Ampliando ainda mais o círculo de interferência da unidade produtiva sobre o social, gostaríamos de encerrar esta visão, fragmentária , das múltiplas determinações que encerram o campo daquilo que despretenciosamente chamamos de "usinificação social", apropriando-nos idiossincraticamente da noção lançada por DE GAUDEMAR, com as colocações de DUCLOS sobre o ante-projeto ou já projeto totalitário do Estado capitalista da gestão do tempo social.

A hipótese do A. é que há indícios palpáveis de tal projeto que se veicula pela escola, comunicação de massa, partidos, família :

" À medida em que o capital se torna cristalização abstrata, universal, tende a coincidir , pelo seu corte, com os seres e com grupos concretos e descontínuos, e com o corte Estado-Sociedade Civil; tende a coincidir também com o objetivo universal de acumulação e com a universalidade da intervenção estatal; e tende a se identificar com a produção estatal de um projeto de sociedade e de suas revisões e a fabricar diretamente no aparelho de Estado, a versão totalitária do ecologismo no sentido de dominar todas as contradições sociais num sistema fechado." (152)

O A. divide a evolução das relações entre o capital e a administração do tempo social, pelo Estado, em três etapas : a) quando, abrindo a primeira "brecha" na organização tradicional do tempo, o capital delega a gestão do tempo social ao Estado "fora do processo de produção"; b) num segundo momento, o capital "invade a reprodução da força de trabalho sob todos os aspectos" exigindo do Estado a " organização de uma continuidade circular" entre trabalho-consumo. É o momento em que a ideologia e a cultura do tempo produzidas pelo Estado (taylorismo, fordismo, ergonomia, teoria do lazer,

(151) BLEITRACH & CHENU , L'usine et la vie p. 141-142

(152) DUCLOS, Denis. État capitaliste et administration des emplois du temps.

La Pensée, nº 199, mai/juin, 1978, p. 3-20, p. 4

etc.) são marcadas pelo "dualismo" da "oposição binária das qualidades do tempo" (trabalho-fora do trabalho, trabalho-pausa, trabalho-férias, tempo subordinado-livre, cheio-vazio, atividade-aposentadoria). Quando paralelamente à formação de uma "grade de tempo fechada" pelo capitalismo, o Estado busca a "formulação" ideológica, jurídica e social desta grade; quando especialistas de toda sorte esquadrinham o tempo e as atividades binárias na busca do melhor "ajustamento".

" O modelo desta fase 'procedia por extensão' e racionalização geral de 'um método de gestão do tempo de trabalho' (taylorismo). A relação entre o Estado e o Capital se denotava como estatização de um mecanismo econômico, ele mesmo cristalizado como tal, pela preparação estatal da economia : Taylor é, naturalmente, tanto um agente do Estado hegemônico, como um agente do Capital. " (153)

Fase atual, quando o A. acredita estar em plena emergência um projeto de sociedade, em que o tempo é gerido globalmente

"A confluência entre o capital e o Estado tende a se desenvolver ainda. Não apenas pela instrumentalização do Estado por um 'punhado' de capitais (O que é bom para a GM é bom para os EUA) o que já está largamente consolidado. Mas também, ao contrário, pela adequação entre a forma atual do capital, massa enorme de trabalho morto, capaz de por em movimento - ao englobá-los indefinidamente - as diversidades extremas do trabalho vivo sobre o planeta, e a função decisiva do Estado moderno em organizar as relações sociais como uma totalidade, uma contínua diferenciada. " (154)

Este projeto, que se anuncia em discurso e prática, espécie de centralismo ecológico, busca :

" A recomposição do trabalho que se permitiria fazer repartir a exploração num nível mais elevado é nula sem recomposição global do modo de vida. Este não é mais visado como lugar de realização da mais-valia pelo consumo de mercadorias, mas igualmente como continente de atividades socializadas, em que a mais-valia é potenciada por uma infinidade de canais dentro e fora do trabalho. A exploração não se contenta mais em desbordar o quadro da empresa como por extensão 'mecânica' (notadamente pela sub-remuneração da força de trabalho em salário indireto) mas pela integração, combinação de diversas atividades diretamente ou indiretamente produtivas. O balanço social da exploração (que permanece naturalmente sobre o trabalho produtivo) não pode mais ser apreendido sem ser filtrado pela administração globalizada da força de trabalho, dos custos ou economias representados pela manipulação do trabalho doméstico, do desemprego, da 'produtividade' nas atividades intelectuais ou culturais." (155)

Para o A. , a partir das reivindicações das lutas espontâneas dos trabalhadores contra a divisão do tempo de vida é que ,

(153) DUCLOS. D. État capitaliste et ... p. 6

(154) Idem, ibidem, p. 3

(155) Idem, ibidem, p. 7

na década de 60 o discurso oficial passa a reconhecer e envelopar tais preocupações.

Do "humanismo" da década de 50 de um Friedmann , a década seguinte vê surgir a lenta mobilização dos organismos patronais, depois sindicais e, por fim, estatais na orquestração daquilo que, a partir de 1970, se corporifica na planificação do tempo social , quando então, pelo menos dois aspectos novos marcam a concepção ideológica e cultural: a) " a descentralização do problema da eficiência dos modos de exploração do trabalho, não somente para ocultar a importância primordial, mas também, para levar em conta a idéia de uma 'produtividade social', cuja produção, estrito senso, e as diversas atividades da vida 'privada' entram por assim dizer numa sorte de ' câmara de compensação ' da economia ; (b) o totalitarismo das aproximações, ponde em causa o conjunto dos modos de vida e de trabalho no espaço e no tempo , é a procura de uma mobilidade mais e mais multidimensional dos indivíduos. " (156)

Apresentamos de forma esquemática os sintomas da síndrome que o autor denuncia :

Para a década de 60, período-teste das intervenções : 1960, recomposição da linha de montagem na Philips; 1965, primeiras experiências de horário-livre na Itália; 1968, Messerschmidt "descobre" o horário-livre como rentabilizador de seu estacionamento; na Bélgica, o horário-livre "facilitador" das tarefas domésticas operárias é aplicado; 1969, explosão das reivindicações operárias contra as condições de trabalho expandindo a audiência para o problema; 1970, recomposição de tarefas na S.K.F., Airasca, Fiat ; 1971 , experimentos na Dalmine, Italsider, Olivetti, Philips, Renault.

No período de 73-74, época da consolidação da "coesão do discurso Estado-Patrão", o horário-livre atinge, na França, 800 empresas e trata de eliminar qualquer obstáculo à sua generalização.

Em 1975, a previsão e a organização das modificações dos métodos de trabalho são sistematicamente integradas e o tema central é a "administração de recursos humanos". Na Renault as experiências de recomposição e enriquecimento das tarefas são validadas, os novos sistemas modulares proporcionam ganhos (27% em Mans; 33% em Choisy), graças à responsabilidade aumentada, fadiga diminuída, absentismo em descenso, retoques de produtos reduzidos em mais de 80%.

1976, o aparelho de estado põe, no papel, uma série de idéias para "entrar na vida" : revisão do período de férias escolares, re-arranjo do tempo, et.

1977, para o A., época da discussão generalizada do "tempo de trabalho alienado", é marcado por três momentos significati -

VOS, na França : o relatório coletivo A.D.R.E.T " Trabalhar Duas Horas por Dia "; o relatório Wisner sobre o trabalho postado e a réplica patronal da UIMM (União das Indústrias Metalúrgicas e de Mineração). Sinteticamente, ADRET quer destruir a lógica da gestão patronal e tecnocrática da exploração demonstrando que é possível diminuir a produção, viver-se melhor e ainda diminuir o tempo de trabalho. Não obstante para o autor :

" ... o que não é suficientemente medido é a possibilidade de re-utilização de todas as utopias globalistas, por um sistema que, por essência, e por qualificação de milhares de tecnocratas é feito para criar a globalidade e a coerência aparente. Sobre este terreno, os trabalhadores partem com desvantagem, que é reforçada, se eles optam, à medida em que se aprofunda nas soluções possíveis pelas técnicas da gestão estatal sem ter firmemente um princípio : o objetivo dos explorados é menos definir uma gestão em nome de suas necessidades que de liberar a existência e a satisfação da normalização e da formulação por um Estado. " (157)

Quanto à controvérsia entre Wisner, que prova os efeitos nocivos do trabalho postado, a resposta patronal é "jogar o problema para as massas "; " ou se limita autoritariamente a extensão do trabalho postado e é a ameaça do desemprego; ou se o mantém e é o risco da sua rejeição em massa principalmente pelos jovens." (158)

Na verdade, formas intermediárias são sempre encontradas harmonizando a "humanização" do trabalho postado sem risco de causa do seu princípio básico que é o "fogo contínuo" (trabalho ininterrupto, 3x8).

" O governo toma a concertação ao nível europeu. Uma certa teatralidade cerca o conjunto do problema e finalmente o governo e CEE melhoram seu papel face aos patrões. Geralmente duas aproximações parecem se enfrentar em cada debate sobre o arranjo do tempo : aquela que procura na diminuição de uma escala ou de um ciclo, o reforço da produtividade e aquela que leva em conta os efeitos da produtividade aparente sobre a saúde, o absenteísmo, os defeitos; mas, cada vez mais a aproximação presente nos discursos visa sempre à eficácia global do fator humano. " (159)

Contra o projeto totalitário do Estado-Patrão da administração do tempo social, o A. marca alguns limites : "... o marxismo não saberia doravante se confundir com um 'projeto de sociedade', a menos, sem correr o risco de colaborar com o estatismo montante. O único projeto que se pode dar não é o da descontinuidade, ruptura com as forças que tende à organização da sociedade como um todo policiado e explorado, de todos os lados ? Visa, temporariamente, a existência de um Estado 'mínimo' , subordinado aos indivíduos, aos grupos diversos que lhe permitam escolher combinações abertas de lógicas econômicas e sociais, sem jamais lhe dizerem quais são suas necessidades e por onde é necessário começar para que a satisfaçam " (160)

(157) DUCLOS, D. État capitaliste et ... p. 14

(158) DUCLOS, D. idem, p. 15

(159) DUCLOS, D. idem, p. 15

(160) DUCLOS, D. idem, p. 19

3. 3 - Organização e divisão do trabalho

Privilegiamos ao longo das discussões em torno do processo e organização do trabalho, a divisão do trabalho que poderia ser argüida de essencialmente "horizontal"; aquela que promoveria a separação do produtor frente o seu trabalho e produto; trabalho inicialmente complexo, depois cada vez mais desqualificado, homogeneizado e banalizado.

É evidente que o processo de homogeneização do trabalho desloca um saber da base para a pirâmide de comando e, portanto, é impensável um processo de desqualificação do trabalho concreto e complexo independente da heteronomização das relações entre o produtor e a direção coordenadora e orientadora do processo aumentando as distâncias sociais entre a tecnoestrutura e a zeroestrutura.

Pretendemos neste tópico final, sem penetrarmos na área complexa das noções de burocracia e tecnocracia, nos restringirmos a algumas colocações com referência ao que denominaríamos divisão hierárquica ou "vertical" do trabalho.

Vimos que Marx apresenta não apenas a divisão "horizontal" da parcelização das tarefas, mas também, com DE PALMA, a importância da noção de cooperação e de direção, no modelo "organicista" da sociologia industrial marxista. Nas palavras do A. :

" O conceito de cooperação, com efeito, é um dos resultados mais importantes porque constitui um instrumento válido para o estudo da estrutura horizontal da organização produtiva (...) Em segundo lugar, mediante o conceito de cooperação e os conceitos emparentados de trabalho combinado e operário coletivo, Marx considerou a organização em seu conjunto como uma totalidade de estruturas integradas, orientadas para a realização de um objetivo comum. Mas o resultado talvez mais importante consistiu na inserção da dimensão vertical da organização, através dos conceitos de conexão das partes e o de objetivo. Tal inserção é expressada mediante o conceito de função diretiva que assegura a compatibilidade das partes do sistema e a realização do objetivo. Com a intervenção dos instrumentos conceituais da alienação, Marx pode mostrar que o uso do conceito de cooperação não exclui a possibilidade do conflito no interior das estruturas. Em determinadas situações e sob certas condições, a função diretiva deve transformar-se necessariamente em despotismo e, portanto, nem sempre conexão das partes, ou seja, a organização do trabalho assegura uma cooperação ausente de conflitos." (161)

O campo específico do tratamento da divisão hierárquica do trabalho seria o objeto da Teoria Organizacional se o paradigma funcionalista não tivesse se esgotado.

(161) DE PALMA, Armando. La organización capitalista ... p. 37

Bastaria , no entanto, a "tradução" dos conceitos marxistas para, agora, sob "uso interno" resolver os impasses da Teoria Organizacional?

É o que pretende Bacharach quando propõe a elaboração de "modelo marxista" de análise organizacional, em substituição ao do funcionalismo, que considera esgotado em suas virtuais capacidades explicativas. Começa por lembrar, como De Palma, que na quarta seção do volume primeiro do Capital , Marx teria apresentado um exame das organizações formais nas quais os agentes (direção e operariado) padecem, não interessando em que posição se encontrem, das restrições impostas pela "estrutura tecnológica" ou determinadas pelas próprias relações sociais capitalistas.

Quanto à tecnologia, lembra os estudos de WOODWARD e HICKSON que tratam das relações entre a tecnologia e a estrutura morfológica das organizações (tamanho, densidade, diferenciação, divisão do trabalho), variáveis essas já levadas em consideração por Durkheim e que seria possível fazer-se analogias entre estes elementos organizacionais e o paradigma marxiano :

" No contexto das características objetivas (tecnologia e morfologia das relações sociais) os indivíduos se encontram alocados em sub-grupos diferenciados hierarquicamente. No modelo geral marxiano, esta hierarquia se manifesta na diferenciação do poder político e da riqueza, enquanto que num contexto organizacional a diferenciação é refletida na autoridade diferencial. " (162)

O A. sabe, que para Marx, a diferenciação é feita em termos de classes sociais, mas opta com Dahrendorf, pela diferenciação fundada na autoridade, que, presente em qualquer organização , passa a ser o diferencial social dominante no mundo moderno. Da mistura desses dois conceitos as organizações passam , então, a serem vistas como : a) sistemas estratificados; b) lugar onde há interação diferencial das camadas organizacionais (resultante da constatação que em Marx, entre a estrutura tecnológica, as relações sociais e a consciência política , a interação é o "liame crucial" que familiariza os agentes intra e inter-níveis das condições político-econômicas diferenciais); c) que a análise do poder deve ser empreendida, mais como uma variável cognitiva, do que uma propriedade estrutural objetiva da organização. A intensão aqui é aproximar-se da idéia de Marx, de que a cognição política diferencial é produto da percepção diferencial do poder e definição geral dos objetivos sociais.

" Resumindo-se ao extremo, pode-se enunciar o paradigma marxiano como segue: as características objetivas do sistema social (ou seja, da tecnologia e da morfologia social da economia) têm efeitos diferenciais sobre a atividade de trabalho dos sub-grupos, dos quais decorrerão igualmente graus diferenciais de comunicação, segundo os

grupos, culminando em cognições políticas diferenciais." (163)
Aplicando-se este paradigma às organizações formais:

"Pode-se dizer, então, de maneira hipotética que a tecnologia constrange a estrutura morfológica da organização. A tecnologia, do mesmo modo que a estrutura morfológica fará, por sua vez, restrições diferenciais sobre o processo de trabalho, e, enfim, estes afetarão diferencialmente a comunicação específica dos escalões do que resultará uma percepção diferencial do meio político das organizações" (164)

O modelo "marxiano" de BACHARACH é genérico, pretende ser válido para qualquer tipo de organização e apesar da opinião de Janine Goetschy (165), que considera o A. como um digno representante da queles que, hoje, buscam uma recomposição atualizada da noção de poder, comportando uma tentativa de articulação e até de convergência de perspectivas funcionalistas, acionalistas e marxistas, e daqueles que criticam o estudo, quase exclusivo, do poder inter-departamental na Teoria das Organizações, minimizando a análise da dimensão hierárquica e a alocação diferencial dos diversos grupos, resultando num ocultamento do caráter hierárquico das organizações, pretendemos trazer alguns exemplos da política organizacional na divisão deliberada dos seus participantes, e, nos quais a tecnologia é na verdade usada sempre como bode espiatório.

Encontramos em GINTIS uma boa síntese das políticas empresariais da gestão manipuladora de sua força de trabalho.

Contra uma provável meritocracia, que pautaria a contratação e promoção dos trabalhadores, o A. lembra que a empresa capitalista normalmente seleciona e promove, levando em conta, critérios não técnicos, mas critérios outros como as características correlatas, modos de apresentação pessoal (modos de se vestir, falar, interação pessoal, credenciais de escolaridade), traços relevantes de personalidade para o trabalho, etc.

Em oposição à decantada flexibilidade e adaptabilidade dos níveis salariais ao mercado da teoria neo-clássica, a empresa estabelece: a) estrutura interna rígida de salários amortecendo e anulando as forças de mercado; b) divisão hierárquica interna que acirra a concorrência entre os postulantes ao número reduzido de cargos; d) alocação interna do trabalhador, independente da qualificação técnica.

Para o A. há que se fazer a distinção básica entre trabalho e força de trabalho. O que a empresa, no modelo neo-clássico,

(163) BACHARACH, S.P. Morphologie ... p. 164

(164) BACHARACH, S.P. Idem p. 166

(165) GOETSCHY; Janine. Les théories du pouvoir Sociologie du Travail, nº4, 1981, p. 447-467.

intercambia com o mercado são duas mercadorias : o salário pela força de trabalho. No processo de produção, no entanto, a empresa tem pela frente o portador da força de trabalho, cujo comportamento cabe a ela dirigir e controlar (e porque não punir) visando à máxima produtividade e à rentabilidade do capital : " a distinção de trabalho e força de trabalho, fará com que a produção capitalista se organize , não somente para produzir bens rentáveis, mas também, para reproduzir no trabalhador formas compatíveis de consciência em benefício dos lucros futuros. " (166)

O comportamento de cada trabalhador pressupõe uma variabilidade que não pode estar estatuída no contrato de trabalho. Variabilidade comportamental que, polarmente, podem ora recobrir as "necessidades da organização", ora discrepar frontalmente delas.

Há várias formas para se conseguir a adesão adequada do comportamento do trabalhador, mesmo que se exclua a coação como " demasiadamente primitiva" : a) aumentando-lhe a responsabilidade; b) estabelecendo verificação de performance ou por supervisão direta ou por controle mecânico; c) alterando-se legalmente seu salário , suas condições de trabalho, sua posição na organização ; d) por pressão moral .

Tais considerações levam o A. a privilegiar os fatores organizacionais antes dos fatores de mercado e do poder do Estado como configurativos da verdadeira relação entre o capital e o trabalho : "primeiro, para o capitalista, o valor do trabalhador depende integralmente de suas características pessoais, além de sua capacidade produtiva(...); segundo, o atual quid pro quo no intercâmbio de trabalho (teoria neo-liberal das relações no mercado de trabalho) depende de muitas variáveis organizacionais, no mínimo, sob controle parcial do capitalista : a) extensão e característica da responsabilidade b) manipulação da consciência do trabalhador c) escala de salários e critérios de promoção-demissão." (167)

Para o A. pela teoria neo-clássica da firma, o valor da remuneração da mão-de-obra, cujo custo de reposição e de transferência fosse nulo, seria aquele determinado pelo mercado, nesse caso, no entanto, o poder de controle do capitalista , por intermédio da taxa salarial sobre essa mão-de-obra, seria nulo. Ao contrário, a política da empresa será, portanto, de estabelecer um diferencial de pagamento acima do mercado para que a taxa salarial se constitua instrumento de persuasão do comportamento desejado. De outro lado, a empresa, procurará pelo critério de promoção interna, a criação de

(166) GINTIS, Herbert. The nature of labor exchange and the theory of capitalist production. The Review of Radical Political Economics, v.8, n.2, 1976 p.36-54, p. 42

(167) IDEM, *ibidem*, p. 43

verdadeiros exércitos de reserva em todos os níveis, o que transforma a promoção em instrumento potente da conformação comportamental, pelo acesso diferencial sob critérios não técnicos, ao número restrito de lugares na pirâmide hierárquica.

Quanto à manipulação da "consciência do trabalhador" há, em primeiro lugar, que se caracterizar a estrutura piramidal da organização, cujo duplo fluxo de comunicação é essencial distinguir: fluxo descendente de instruções e fluxo ascendente de informações. Não nos cabendo aqui fazer a crítica da utilização do tipo ideal burocrático de Weber no contexto da teoria organizacional, anotamos apenas que, para o A. a vigência integral desse paradigma ocorreria sempre que idealmente todas as instruções fossem cabalmente assumidas e cumpridas pelos diversos escalões, o que pressuporia a perfeita decodificação, por todos os estratos, com perfeita transmissão das regras emanadas pela cúpula.

Para GINTIS, no entanto, há problemas que interferem na aceitação-decodificação das regras :

"Primeiro, a obediência às regras dependerá não só de seu conteúdo, mas do poder, consciência e solidariedade dos trabalhadores, sendo os últimos, um produto da organização do trabalho. Portanto, a estrutura da autoridade burocrática precisa ser analisada através de uma problemática que inclua o potencial de violação sistemática às regras. Em verdade, o superior normalmente escolherá regras tomando em conta a possibilidade de que as mais duras serão subvertidas, num processo sistemático de minar a autoridade na organização. Neste sentido, a estrutura da autoridade burocrática precisa ser tratada como o produto de uma dinâmica histórica a qual em suas linhas gerais só pode ser explicada pela luta de classes. Segundo, por melhor que tenham sido articuladas, as regras nunca serão suficientes para as contingências que surgem no processo de produção (...)" (168)

Para tentar superar este último problema, o A. lembra com Simon do "Comportamento Administrativo", que a autoridade superior só será eficaz se o próprio subordinado souber "controlar a maior parte das premissas da decisão e sintetizá-las adequadamente", como isto, no entanto, é improvável porque pressuporia que o comportamento do indivíduo na organização é determinado por normas, valores e obrigação de sua profissão, bastaria, para Simon, a influência da cúpula sobre as premissas da decisão do subordinado para que o comportamento subordinado respondesse positivamente ao comando.

A manipulação da consciência operária pela organização, Para GINTIS, é que leva o trabalhador, realmente, a cumprir as de-

terminações da empresa que busca o lucro ao mesmo tempo em que minimiza o poder de contestação dos subordinados. Apontando os mais importantes "tipos ideais" de influência coletiva ou grupal pelos quais a consciência operária se estrutura nas organizações, o A. procura diferenciar as decorrências, para a efetividade do lucro empresarial, associadas à influência superior, subordinada e horizontal. A primeira maximiza os lucros pela extração de trabalho da força de trabalho, ela atrela os subordinados aos objetivos da empresa e sua consciência são meios para a consecução de fins heteronômicos.

A influência horizontal, sem influência superior, é a mais ameaçadora dos lucros, porque aumenta o custo dos incentivos materiais e de responsabilidade tornando inoperantes qualquer política de pessoal.

Os meios básicos para a consecução da manipulação da consciência do trabalhador seriam :

- "(a) restringir as tarefas do trabalhador a um conjunto sobre o qual ele é indiferente (fragmentação da tarefa);
- (b) simplificar tarefas para aumentar a responsabilidade;
- (c) escolher supervisores cujos atributos ajudam a legitimação da autoridade, através do seu comportamento inter-pessoal, credenciais, raça, sexo, idade, maneira de falar, apresentação pessoal e seu compromisso para com a preservação de suas prerrogativas hierárquicas;
- (d) reforçar o prestígio dos superiores, pelo aumento de salário, privilégios discretos e adereçamento simbólico de seus escritórios;
- (e) enfim, escolher indivíduos que mostrem pouca solidariedade e identificação com os companheiros e subordinados enquanto estiver organizando tarefas, para minimizar o clima geral de solidariedade e criar condições de trabalho em diferentes níveis hierárquicos, os quais minimizam as experiências em comum e, portanto, a possibilidade de identificação com os interesses dos trabalhadores. " (169)

Sintetizando suas proposições quanto à divisão técnica do trabalho, o A. conclui :

" Na perspectiva neo-clássica a precisa divisão do trabalho é nela mesma mais produtiva e admite maior flexibilidade para a introdução de novas tecnologias. A estrutura hierárquica de controle é portanto necessária para coordenar a atividade atomística e descentralizada de um número de trabalhadores fragmentados. Enquanto, não rejei-

taúdo a necessidade de coordenação e de controle na produção, o modelo marxista dratiza o inverso : convindo que os lucros dependem da integridade do trabalho como troca, uma estrutura de controle fortemente centralizada, serve não apenas aos interesses do empregador, mas decreta a precisa divisão do trabalho, sem restrição de considerações de produtividade(...) " (170)

Com referência ao que GINTIS estabelece como "fragmentação de tarefas" como técnica de divisão dos trabalhadores, apresentamos com DUBOIS, apesar do risco de alterarmos o sentido dado por GINTIS ao termo, aquilo que denominamos de "mixagem" de técnicas - não como uma simples sobrevivência de tecnologias ultrapassadas no seio da fábrica - mas como uma política deliberada do empresário em "misturar" tecnologias de várias performances com o intuito de dividir e antagonizar os operários.

Para DUBOIS, a escolha das técnicas nas oficinas tem por objetivo a divisão dos trabalhadores, porque uma determinada combinação técnica influencia a distribuição da autonomia entre os diversos postos de trabalho. Algumas técnicas minimizam, outras aumentam as diferenças de autonomia. A distribuição desigual da autonomia produz divergências de interesses entre os trabalhadores por causa de comportamentos diferenciados. É através da distribuição desigual da autonomia entre os postos que as empresas instituem a divisão entre os trabalhadores.

Já em 1832 Babbage demonstrava que a divisão do trabalho não tinha só um fundamento técnico mas principalmente econômico. Pela divisão do trabalho se fazia a diferenciação dos níveis de salário. A um trabalho parcelar e sem autonomia pagava-se menos que a outro, mais qualificado e mais autônomo.

Se a técnica de dividir trabalhos de concepção e execução é universal (principalmente desde o taylorismo) normalmente, estas tarefas se realizam em lugares diferentes; nas empresas de produção em série, no entanto, há pelo menos três técnicas de divisão dos operários : a) técnica de distribuição das tarefas fundamentais (operação sobre o produto; controle do produto ou da máquina; manutenção e regulagem das máquinas); b) técnica de distribuição do maquinismo , onde podemos encontrar pelo menos três níveis de utilização (trabalho sem ferramentas ou com ferramentas manuais; trabalho sobre máquinas não automáticas e trabalho sobre máquina automática); c) técnica de integração das diferentes operações sobre o produto que normalmente se divide em técnica de trabalho isolado e trabalho em cadeia.

Das 12 combinações possíveis destas técnicas DUBOIS numa pesquisa em 34 oficinas encontrou 7 o que leva o A. à conclusão : "Nas indústrias de série, constata-se um leque de combinações técnicas : não se pode , portanto, falar 'em geral' da tecnologia das empresas de série; numa mesma fábrica se justapõem oficinas que utilizam técnicas diferentes". (171)

Quanto à distribuição desigual da autonomia nas oficinas, o A. definindo autonomia do operário, no posto de trabalho, como o resultado da influência e da independência no trabalho (influência, sendo medida pela quantidade de qualidades produzidas; os modos e tempos operatórios e a independência , pela alocação no posto, horários, deslocamentos, possibilidade de falar, relação com a chefia) chega a caracterizar 4 tipos de postos : a) postos com influência e independência fracas b) postos com influência fraca e independência média c) postos com influência forte e independência fraca d) postos com influência média e independência média.

Para a análise de 330 postos diferentes, num efetivo de 1.287 operários em 34 oficinas de 7 fábricas de produção em grandes séries, o A. encontra a seguinte proporção : a) 9/34 postos homogêneos (com apenas 1 tipo) ; b) 14/34 postos com 2 tipos; c) 11/34 postos com 3 ou mais tipos; o que leva o A. à conclusão :

"(...) na quase totalidade das oficinas há uma repartição desigual da influência e da independência entre os postos. A diferenciação das tarefas, sua divisão entre vários postos induz uma diferença de autonomia maior ou menor na quase totalidade dos casos." (172)

A conclusão geral do A. sobre a "mixagem" de técnicas nas fábricas é a de que :

"Hoje, os empregadores têm, freqüentemente, a escolha várias técnicas de trabalho para organizar a produção nas oficinas. Segundo os produtos e segundo o nível de concorrência sobre o mercado, pode-se fazer trabalhar pessoas à domicílio ou nas fábricas, parcelisar mais ou menos as operações necessárias à confecção do produto, separar mais ou menos a concepção da execução, produzir em cadeia ou não, utilizar máquinas mais ou menos avançadas, preparar mais ou menos o trabalho, por em prática ou não um sistema de controle de resultado eficaz, etc. Mais ainda, toda técnica nova deixa subsistir ao lado dela a técnica antiga. Elas contribuem para aumentar as diferenças de autonomia entre os postos, a diferenciar os interesses e por dividir os trabalhadores. Dito de outra forma, a evolução das oficinas é mais que uma acentuação da divisão dos trabalhadores que resulta do emprego de combinações técnicas avançadas, emprego

(171) DUBOIS, Pierre. Techniques et division des travailleurs Soc.Travail nº 2, 1978, p. 174-191, p. 177

(172) IDEM, ibidem, p. 178

que não elimina no entanto, o recurso paralelo às técnicas antigas; esta presença simultânea de técnicas de idades diferentes produz também, por sua parte, divergências entre trabalhadores. Assim, hoje, a divisão dos trabalhadores pode ser imputada à limitação técnica e não ser imediatamente perceptível como escolha política, os empregadores dividem pelas técnicas de trabalho; eles podem se abster, de uma certa forma, de recorrer às políticas de pessoal discriminantes, que parecem mais manipuladoras."

(173)

4. CONCLUSÃO

Apresentamos, ao longo deste trabalho, alguns traços do processo e organização do trabalho inseridos no modo de produção capitalista. Como campo fundamental e recentemente aberto às discussões, mais do que uma improvável síntese, buscamos caracterizar, através de alguns autores, algumas das formulações, que acreditamos, possam vir a enriquecer o debate em torno do assunto.

Procuraremos, nesta conclusão, sintetizarmos algumas das principais proposições apresentadas com o intuito maior de balizarmos mais formalmente o caminho percorrido. Neste sentido, apresentamos cronologicamente as diversas estruturas produtivas, da manufatura à fábrica "difusa", inserindo, no tempo, a "Organização Científica do Trabalho", como ponto focal de nosso trabalho.

A manufatura é a primeira forma do processo e organização do trabalho genuinamente capitalista, porque submetida ao controle do processo de valorização. Nela, as funções produtivas do corpo humano passam a fazer parte do capital, mas o princípio regulador do processo de trabalho ainda permanece encerrado na atividade, ainda que decomposta, do trabalhador de ofício. A preocupação do capital parece ser a de dominar, encerrar entre quatro paredes e pacificar o território operário. Com a "bancada" verificamos, também, que o capital busca realizar a sincronização e equivalência das tarefas, ou seja, a inscrição das funções produtivas no tempo do processo de valorização do capital: cada tarefa já é identificada, isolada e disposta numa determinada sequência e o ritmo da produção determinado pelo fluxo de produção.

A manufatura se corporifica, portanto, como o momento em que o capital, apossando-se "formalmente" de sistemas de trabalho anteriores, busca a produção potenciada de excedente pela intensificação e dilatação da jornada de trabalho.

"Denomino subsunção formal do trabalho no capital à forma que se funda na mais-valia absoluta, pois que só diferença formalmente dos modos de produção anteriores sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor atua como empregado de si mesmo, seja porque o produtor direto tem que fornecer sobre-trabalho a outrem. O que muda é a coação que se exerce, i.e., o método pelo qual o sobretrabalho é extorquido. O essencial na subsunção formal é o seguinte:

1) A relação puramente monetária entre aquele que se apropria do sobretrabalho e o que o fornece. (...) É apenas na sua condição de possuidor das condições de trabalho que, neste caso, o comprador faz com que o vendedor caia sob a sua dependência econômica; não existe nenhuma relação política, fixada socialmente, de hegemonia e subordinação.

2) O que é inerente à primeira relação- caso contrário o operário não teria que vender a sua capacidade de trabalho é que as suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e as condições subjetivas do trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisitor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõem como capital. Quanto mais plenamente essas condições de trabalho se lhe opõem como propriedade alheia, tanto mais plena e formalmente se estabelece a relação entre o capital e o trabalho assalariado, ou, o mesmo é dizer, a subsunção formal do trabalho no capital, condição e premissa da subsunção real. No modo de produção propriamente dito não se verifica qualquer diferença nesta etapa. O processo de trabalho, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho subordinado ao capital. Não obstante, no próprio processo de trabalho, tal como se expôs, desenvolvem-se 1) uma relação econômica de hegemonia e subordinação, pois que é o capitalista quem consome a capacidade de trabalho e, portanto, a vigia e dirige; 2) uma grande continuidade e intensidade de trabalho e uma maior economia no emprego das condições de trabalho, pois se mobilizam todos os meios para que o produto só represente o tempo de trabalho socialmente necessário (ou melhor, ainda menos) e isto tanto relativamente ao trabalho vivo empregado na sua produção, como no tocante ao trabalho objetivado que, como valor dos meios de produção, entra no produto formando valor. " (174)

Com a fábrica e o maquinismo, vimos, o capital se liberta da ação reguladora e limitadora da qualificação do operário sobre o processo e organização do trabalho, expandindo a base produtiva e inscrevendo o corpo produtivo como um apêndice do mecanismo. Com o maquinismo, o tempo do capital passa a se confundir com o tempo tecnológico. As potencialidades da "máquina humana" são transferidas e reproduzidas nos "mecanismos vivos dos autômatos", num processo de homogeneização do trabalho concreto, ao mesmo tempo que o trabalho "morto" passa a dirigir o trabalho "vivo".

" A subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário da absoluta. Com a subordinação real do trabalho no capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário.

Na subordinação real do capital aparecem no processo de trabalho todas as transformações que anteriormente analisáramos. Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. " (175)

A máquina, enquanto instrumento produtivo, que incorpora a habilidade do trabalhador direto, apenas exponencia a intensificação do trabalho, eliminando a porosidade natural do processo de tra

(174) MARX, Karl. Capítulo inédito d'o capital. Porto, Escorpião, 1975, p. 79-80

(175) MARX, K. Capítulo ... p. 89

balho, ao mesmo tempo em que, desqualificando o trabalho, cria em lugar do operário de ofício o trabalhador coletivo formalmente submetido ao engenho mecânico. Para que a mais-valia relativa ou excedente intensivo sejam produzidos é necessário que a produtividade do trabalho diminua o tempo socialmente necessário à reprodução da força de trabalho consumida no processo de trabalho fabril, e, isto só se dá, principalmente quando o processo de produção capitalista incorpora os setores produtores de bens de salário reduzindo o seu valor e o valor da força de trabalho.

Vimos também, no entanto, que esta forma única de produção duradoura de mais-valia relativa não é estática porque depende da pletora dos valores de uso indispensáveis à reprodução do assalariado cujo nível é socialmente determinado.

A um determinado nível do desenvolvimento tecnológico continua sendo fundamental, portanto, o processo de extração de mais-valia através da intensificação do trabalho, pela degradação do trabalho e exponenciação dos efeitos sinérgicos da cooperação.

Se assim considerarmos, estaremos prontos para aceitar a importância do taylorismo-fordismo como formas de organização do trabalho, exponenciadoras da exploração, no momento em que a "grande indústria" se prepara para realizar a "grande produção de mais-valia".

A racionalização do trabalho não altera o nível tecnológico precedente, mas se constitui em suporte técnico novo à acumulação da grande indústria.

A racionalização taylorista do trabalho, ao mesmo tempo em que multiplica a intensificação do trabalho, degrada o trabalho e maximiza a cooperação ditatorial do capital.

Se, fundamentalmente, o taylorismo, como "nova norma de trabalho" potencia a intensificação do trabalho é a linha fordiana de montagem, como "nova norma de produtividade" que - diminuindo a mão-de-obra, suprimindo "tempos mortos", embutindo o ritmo no dispositivo técnico, parcelando até o limite o trabalho - potencia a produtividade do trabalho. Da conjugação da intensidade e da produtividade do trabalho resulta a "grande produção de mais-valia", enquanto resultado da produção de massa.

Produção de massa que deve se compatibilizar com o consumo de massa, daí, a necessidade do "condicionamento" do agir e pensar operários: seus hábitos, costumes, modos de vida e mundividência devem ser "reformados" para se adequarem às necessidades da produção, às exigências da hierarquia fabril despótica, às necessidades da realização da mais-valia no mercado.

Essa compatibilização, no entanto, vai exigir cada vez mais a interferência do Estado-Patrão ou do Estado-Plano keynesiano para "reequilibrar", sempre num novo patamar produtivo, as "crises" do sistema "racionalizado" da grande indústria. Aqui, é interessante consignar, certa semelhança de enfoque sobre as resistências do "liberalismo fordiano", fundado na fábrica e no comportamento operário "domesticado" e "aculturado", na e pelas relações sociais de produção, contra a intromissão inicial do Estado na legislação do "Direito Social". VIANNA, tratando deste período de transição, no Brasil, que medeia a não ingerência e a posterior presença obrigatória do Estado no domínio exclusivo do capital, apresenta traços dessa resistência que, por fim, será abandonada com a adesão incondicional, da classe empresarial, à política corporativista do Estado Novo.

"A ruptura da ortodoxia liberal, promovida pelos próprios setores oligárquicos que a implantaram, e a pressão operária pela intervenção legal do Estado sobre o mercado de trabalho suprimiram o espaço para a passagem do projeto fordista da facção burguesa industrial. Incapaz de pensar fora do universo da fábrica e dos postulados constitutivos do liberalismo clássico, mostrou-se importante quando a guerra pelo controle da vida social passou de 'posição' a 'movimento', para usar uma imagem em voga. Emergente na vida política, custar-lhe-á acudir à imaginação que o Estado benefactor afinal não era subversivo, embora nunca escondera confiar mais numa ordem exaltadora do indivíduo e de sua empresa." (176)

Caberia, a esta altura, quando outras instituições são chamadas para explicar o prosseguimento da escalada do capital rumo à hegemonia social, que explicitássemos pelo menos duas das formas de aproximações que, opondo-se, passam por explicativas desse processo.

Uma, que privilegia o nível lógico-estrutural do sistema capitalista e o nível histórico do processo de produção. Nesse caso, o progresso técnico é potência não neutra, mas sua expansão e utilização têm seus limites estruturais inerentes à relação capitalista e transmitida pela concorrência (queda tendencial da taxa de lucro) o que obriga as empresas a associarem o progresso tecnológico à intensificação do trabalho, por exemplo, pela organização taylorista do trabalho, viabilizando, ao mesmo tempo, a diminuição do trabalho socialmente necessário (mais-valia relativa) à intensificação do trabalho pela redução dos tempos mortos e aumentando o ritmo do trabalho.

(176) VIANNA, Luís Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio, Paz e Terra, 1978, p. 85

O problema é que, nesta perspectiva histórico-estrutural, as condições particulares do capital individual (empresas) fica desfocado e a explicação do seu comportamento real, decisional, sua estratégia enfim, não são passíveis de explicação senão ao nível da sua inserção ao capital social (sistema capitalista).

A segunda perspectiva, ao contrário, busca apreender a valorização do capital ao nível da empresa, capital particular, de maneira formal e indiferenciada no tempo, pelo cálculo de rentabilidade ou pela concorrência inter-empresas ao nível do ramo da atividade. Esse cálculo, ou levanta as diversas alternativas de escolha de uma determinada tecnologia a ser incorporada, ou engloba aos cálculos de rentabilidade as alternativas entre o uso de uma determinada tecnologia instalada às formas concretas da organização do trabalho que potencia a valorização e a exploração da mão-de-obra. Utilização da força de trabalho que vai depender da sua contra-organização sindical e da eficácia do poder institucional em regulamentar juridicamente o seu uso.

Nesta perspectiva, abandonam-se as determinações histórico-estruturais do sistema e se acentuam as políticas e estratégias do capital particular em ajustar estrategicamente suas escolhas tecnológicas e de utilização da mão-de-obra como uma resposta ao poder local e, o taylorismo, não pode mais ser configurado como uma forma de organização de trabalho, produto da "submissão real" do trabalhador ao capital e as condições de trabalho e sua organização decorrem de uma relação particular de composição das forças entre o capital particular e o contra-poder operário.

Desta forma, " ... o processo de produção, organização do trabalho e emprego não podem, desde então, serem compreendidas senão ao nível empírico por meio de categorias analíticas sem fundamento teórico . " (177)

Apesar destas duas perspectivas serem de origem marxista, demonstram as dificuldades da tradução das determinações histórico-estruturais do processo social de produção enquanto processo de valorização do capital ao nível das estratégias particulares das empresas, suas estruturas técnicas, organizacionais e de consumo da mão-de-obra.

Acreditamos, no entanto, que a distinção que separa estas duas perspectivas poderia ser utilizada como definidoras das várias contribuições, que ao longo deste trabalho, foram apresentadas: algumas mais centradas na visão histórico-estrutural; outras, em menor número por causa do corte bibliográfico operado, mais preocupa-

(177) ["]DULL, Klaus. Que signifie la 'stratégie d'autonomie' de l'entreprise? Sociologie du Travail, nº 1, 1978, p.37-42, p. 40

das em levantar as forças sociais em jogo, como definidoras, por exemplo, da escolha tecnológica e organizacional. Conforme o peso que se der a cada um dos enfoques, os resultados serão diferentes; apenas, um exemplo: o problema da reorganização do trabalho industrial com a instauração do alargamento-enriquecimento de tarefas e a formação de grupos semi-autônomos.

Se, os resultados destas intervenções são, como vimos, compatíveis com o aumento da rentabilidade da empresa e com o apaziguamento da resistência operária, fica difícil provar que os resultados de tais experimentos tenham um caráter diferente se desencadeados ou não pela resistência ou pelo contra-poder operários, como pretende Vera M.C. PEREIRA em, ⁽¹⁷⁸⁾ O Coração da Fábrica, salvo se o enfocarmos pela perspectiva do capital particular, de determinação da empresa. De um ponto de vista, no entanto, talvez excessivamente teleológico, o capital não está em vias de "funcionalizar" todo e qualquer tipo de conflito?

- Se, há dificuldades de extração da mais-valia, ele não internacionaliza o processo de trabalho taylorista à procura do uso e consumo de uma mão-de-obra adequada?

- Ele não mobiliza a opinião pública, via aparelhos ideológicos de estado para inocular o "ecologismo totalitário", a gestão global do tempo social?

- Não fraciona, recompõe e integra a classe operária pela criação e reforçamento de desigualdades sociais "naturais" pelo fracionamento do mercado de trabalho e pela manipulação da consciência do trabalhador no interior dos aparatos burocratizados?

- Não penetra, via organização do trabalho, na base dos sistemas produtivos dos países socialistas recriando ou reforçando o Capitalismo de Estado?

Aquí, cabe uma última observação. De Palma acredita ver no Capital uma "superestimação" do maquinismo frente às operações manuais associada a uma verdadeira "superestimação" da racionalidade técnica:

"Frente à organização manufatureira, o sistema de fábrica constitui um progresso decisivo e, desde certo ponto de vista, definitivo. São com o trabalho mecanizado a organização alcança o seu grau mais elevado de racionalidade, porque o método científico não encontra mais obstáculos de princípio. As máquinas, com efeito, são os únicos instrumentos de trabalho que outorgam continuidade ao ciclo de trabalho e permitem portanto realizar as características do modelo organicista. Em segundo lu

(178) PEREIRA, Vera Maria C. O coração da fábrica. Campus, Rio, 1979, p.27

gar, elas superam sempre os limites sócio-organiza-
tos: mediante elas a socialização alcança seu grau má-
ximo de integração." (179)

Nesse sentido a "passagem" do capitalismo para o comunis-
mo se fará sem solução de continuidade tecnológica, o que bate com
a "dialética" leninista da incorporação do taylorismo : " O Comu-
nismo, desde este ponto de vista, não introduz inovações, porque a
mesma variação do trabalho é um princípio já adquirido da tecnolo-
gia capitalista. Finalmente, a máquina absorvendo em si todas as
operações manuais e artesanais, reserva ao homem só uma atividade
diretiva e inventiva e em todas partes puramente intelectual. Elimi-
nada a divisão manufatureira do trabalho, as operações intelectuais
se convertem em funções de direção, ou seja funções do corpo de
trabalho social." (180)

A mesma perspectiva é reproduzida por DI TELLA quando
sintetiza os pontos da análise da divisão do trabalho no Capital:

- "1. a etapa 'manufatureira' (prévia à revolução indus-
trial) exige a divisão hierárquica do trabalho, e,
portanto, a existência de classes dominantes e domi-
nadas;
2. a dominação de classe se dá através da apropriação
privada dos meios de produção;
3. a etapa da grande indústria automatizada já não exi-
ge a divisão hierárquica do trabalho, nem um aparato
administrativo-burocrático numeroso;
4. nesta etapa industrial, o capitalismo trata de conti-
nuar mantendo operário em condição parcelar facili-
tando sua dependência;
5. apesar disso, a competição e o caos da produção obri-
gam às contínuas rotação, expulsão e recrutamento
de pessoal, com que a classe operária vai de fato su-
perando sua anterior parcelização e adquire experiên-
cia de luta e capacidade para enfrentar o adversário;
6. o anterior, unido à proletarianização das classes médias,
facilita a revolução social e elimina a necessidade
de se trocar a anterior classe dominante por outra,
permitindo o surgimento das primeiras etapas de uma
sociedade, que, graças ao avanço da técnica, torna-
se cada vez mais igualitária e manejável com os méto-
dos da democracia direta." (181)

É nesse sentido que De Palma pôde concluir, por ver nos
limites do pensamento de Marx, talvez, um "pensador da técnica" ou
como MAFFESOLI (182), um digno representante do produtivismo moderno.

" Marx, com efeito vê no trabalho mecanizado a supera-
ção de todos os limites naturais e sociais que toda-
via obstaculizam a ação humana. As máquinas permitem
organizar de maneira completa e definitiva o processo
de trabalho sobre bases científicas e de modo tal a

(179) DE PALMA, A. La organización capitalista del trabajo... p. 35

(180) DE PALMA, A. idem, p. 39

(181) DI TELLA, Torcuato S. La división del trabajo y el concepto marxista
de classe social. Nueva Epoca, nº 2, 1975, p.7-36, p. 35

(182) MAFFESOLI, Michel. Lógica da dominação. Zahar, 1978

excluir uma separação rígida entre trabalho manual e trabalho intelectual, abrindo assim o caminho para a auto-regulação da cooperação. A conexão entre o desenvolvimento tecnológico e o progresso das forças produtivas conduz Marx a assinalar um valor positivo e garantido a tal desenvolvimento e a ver no comunismo a única forma de cooperação que podia levar às suas últimas consequências o trabalho mecanizado. Se para Ure e para Schulz as máquinas podiam aparecer como uma vitória do homem sobre a natureza, para Marx elas constituem uma das condições para eliminar os obstáculos que se interpõem ao arranque livre e total da atividade humana." (183)

É com GORZ, no entanto, que iremos nos deparar com a mais cáustica e amarga crítica ao otimismo tecnológico e político da possibilidade, não apenas remota, mas quase inatingível, da auto-apropriação e autogestão da técnica e do governo. Em "Adieux au Proletariat", fazendo sua mea culpa, o autor lembra que muitos se enganaram junto com Marx :

"E se enganaram todos aqueles que pensavam que o aperfeiçoamento das técnicas de produção e sua automatização iriam suprimir o trabalho não qualificado e não deixar subsistir senão os trabalhadores técnicos de nível relativamente elevado, tendo uma vista global dos processos técnico-econômicos e capazes de autogerir a produção. Sabe-se que foi exatamente o contrário o que se passou: a automatização depois a informatização suprimem os ofícios e as possibilidades de iniciativa e substituem por um novo tipo de O.S. o que resta de operários e empregados qualificados. A ascensão dos operários profissionais, seu poder na fábrica, seu projeto anarco-sindicalista não serão, senão um parêntese, que o taylorismo depois a 'organização científica do trabalho' e finalmente a informática e a robótica, irão fechar." (184)

O A. privilegia o porte do sistema produtivo e não especialmente a hierarquia, como uma das razões da impensável reapropriação coletiva no seio do processo capitalista de potenciação produtiva pela homogeneização do trabalho concreto e sua contrapartida necessária à "impotência dos proletários como indivíduos, equipes ou grupos " :

" O obstáculo não é a estrutura hierárquica do trabalhador coletivo, mas aquilo que torna esta estrutura necessária, a saber : a dimensão das unidades de produção, sua dependência, a divisão do trabalho territorial, social e técnica que elas encarnam, em síntese, a impossibilidade de tomar-se uma vista de conjunto e fazê-la de tal forma que o fim ou os fins inteligíveis de todos fossem, por hipótese, inscritos neste aparelho gigantesco e se refletissem no trabalho de cada um. Impossibilidade, aliás, deliberadamente provocada pelo patronato como medida para assegurar sua dominação." (185)

(183) DE PALMA, A. La organización ... p. 40

(184) GORZ, André. Adieux au prolétariat. Paris, Galilée, 1980, p. 46-47

(185) GORZ, A. idem p. 49-50

Antes de reforçar a tese da não neutralidade da técnica, o A. explicita a única alternativa que vê possível para a reapropriação fundada na "abolição do trabalho", enquanto projeto daqueles que constituiriam, hoje, a "não classe" dos "não trabalhadores. "Não classe" formada por todos os que vivem o trabalho como uma obrigação exterior pela qual "se perde a vida a ganhá-la" e cujo projeto político não é o da tomada do poder, mas de sua redução, seu controle, sua abolição :

"Estes meios de produção não são simplesmente maquinarias neutras: suas relações capitalistas de dominação estão inscritas nelas e retornam a dominar os trabalhadores sob a aparência de exigências técnicas inflexíveis. O fato de que a máquina, para produzir, exige uma organização hierárquica quase militar, serviços numerosos de staff e de intendência, coloca o movimento operário diante da alternativa seguinte: ou bem, em virtude de uma ideologia produtivista, tem-se o desenvolvimento das forças produtivas postas em prática pelo capitalismo; trata-se de as gerir e agenciar mais eficazmente ou mesmo de acelerar o seu ritmo de crescimento. A apropriação dos meios de produção não podem, então, consistir senão nisto: os trabalhadores são chamados a se submeterem voluntariamente às necessidades da produção social que, até aquele momento, sofriam; legitimarão assim, por intermédio de seus representantes institucionais, as estruturas organizacionais para-militares que o processo de produção exige. O poder da classe operária permanece uma dominação exercida sobre os operários em nome de sua classe. Ou se reconhece, em segundo lugar, que os meios de produção e uma parte importante da produção, ela mesma não se prestando a uma apropriação coletiva real e concreta pelos proletários reais. Trata-se então de mudar os meios e as estruturas da produção de maneira a torná-las coletivamente apropriáveis. Esta tarefa é, no entanto, nem simples nem imediatamente realizável: ela não pode, na verdade, ser feita pelo trabalhador coletivo tal qual o formou o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo." (186)

Também GORZ, como DE PALMA e DI TELLA, reputa à Marx a origem e a propagação da idéia de que o desenvolvimento da tecnologia, inserida nas forças de produção capitalistas bastaria para se constituir a base social do socialismo; que Marx, combatendo o "interesse particular limitado" do produtor-artesão, alienado enquanto proprietário e mercador; com sua proletarização e parcelização de seu trabalho a ser homogeneizado, socializado viria a se constituir na classe dos "produtores em geral", conscientes de seu poder soberano e fautores da substituição da classe parasitária dos proprietários :

"... em Marx, a convicção (filosófica) primeira é que o proletariado em geral e cada proletário em particular deve poder se tornar mestre de uma totalidade de forças

pródu-tivas, a fim de desenvolver uma totalidade de capacidades. Isto é necessário se o proletariado deve se igualar à sua essência. A análise do processo histórico será feita em função desta convicção primeira. Marx descreve a proletarização de maneira a mostrar que ela produz um proletariado consciente de seu ser, ou seja, que o obriga 'para assegurar sua existência' a tornar-se tal como deve ser. A análise histórica é, no entanto, tão pobre que é incapaz de fazer decorrer do exame dos fatos a tese que ela reputa fundar. Marx reencontra, somente na chegada, aquilo de que se tratou no começo, sem que sua análise haja substancialmente enriquecido sua idéia primeira." (187)

Marx lança na Ideologia Alemã a idéia da superação do trabalho manual; no Capital, com Adam Smith vê a manufatura e a fábrica produzindo monstros e não é senão nos Grundrisse "... que Marx, crê poder descobrir o fundamento material da capacidade de auto-emancipação dos proletários e de sua vocação autogestionária: prevê que o desenvolvimento das forças produtivas substituirá o exército de braços e de O.S., militarmente enquadrados, por uma classe de operários politécnicos, manuais e intelectuais, que dominarão o processo de fabricação no seu conjunto, exercerão seu controle sobre conjuntos técnicos complexos, passarão com facilidade de um trabalho para outro, de um tipo de produção para outro. O despotismo da fábrica, os oficiais e sub-oficiais da produção serão suprimidos, os patrões aparecerão como parasitas supérfluos e os 'produtores associados' exercerão seu poder autogestionário nas fábricas e sociedade." (188)

É que Marx não contou com Taylor :

"Frederick W. Taylor nasceu em 1856, o mesmo ano do nascimento de Freud(...) fez suas primeiras palestras para engenheiros norte-americanos em 1895 (o mesmo ano em que Freud e Breuer publicaram seus Estudos sobre a Histeria, que corresponde ao lançamento da psicanálise... Mas foi em 1899 que Taylor adquiriu fama, ao ensinar a um holandês chamado Schmidt como manipular 47 toneladas por dia de ferro gusa, em lugar de doze e meia. Todos os pormenores da operação foram especificados minuciosamente; variando sistematicamente cada fator, Taylor chegou a uma carga ótima. O cálculo preciso o levou à solução correta. Mas Taylor sabia também o efeito que um regime mecânico como esse teria sobre o trabalhador; melhor dito, sabia que tipo de trabalhador se sujeitaria a tal camisa-de-força:

'Um dos primeiros requisitos para o trabalhador que manipula o ferro gusa regularmente é ser tão estúpido e efleumático que pareça mais um boi do que qualquer coisa'."

(189)

(187) GORZ, A. Adieux... p. 43-44

(188) GORZ, A. Idem ... p. 45

(189) BELL, Daniel. O fim da ideologia. Ed. Univ. Brasília, 1980, p. 187

5. BIBLIOGRAFIA

- 1) BACHARACH, Samuel. P. Morphologie et processus: une critique de la recherche organisationnelle contemporaine. Sociologie du Travail, nº 2, 1978, p. 153-173
- 2) BECHTLE, Günter. Entreprise, procès de production, utilisation de la force de travail - esquisse d'une démarche théorique. Sociologie du Travail, nº 1, 1978, p. 43-54
- 3) BELL, Daniel. O fim da ideologia. Brasília, Univ.Bras., 1980
- 4) BELLUZZO, Luiz G.M. Valor e capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1980
- 5) BERNARDO, João. Para uma teoria do modo de produção comunista. Porto, Afrontamento, 1975
- 6) BERNOUX, Philippe. L'abandon du taylorisme en France, ses causes et ses promoteurs. Économie & Humanisme, nº 227, 1976, p. 23-34
- 7) _____. La résistance ouvrière à la rationalisation: la reappropriation du travail. Sociologie du Travail, nº 1, 1979, p. 76-90
- 8) BERTERO, Carlos Osmar. Influências sociológicas em teoria organizacional. Revista de Administração de Empresas, nº 15, v. 6, nov/dez. 1975, p. 27-37
- 9) BLEITRACH, Danielle & CHENU, Alain. L'usine et la vie. Paris, Maspero, 1979
- 10) BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. Rio, Zahar, 1977
- 11) BRODA, Jacques et alii. Crise de la sidérurgie et recomposition du procès de travail- Sociologie du Travail, nº 4, 1978, p. 423-447
- 12) BROSSARD, Michel & MAURICE, Marc. Existe-t-il un modèle universel des structures d'organisation? Sociologie du Travail, nº4, 1974, p.402-426
- 13) CFTD Les dégâts du progrès- les travailleurs face au changement technique. Paris, Seuil, 1977
- 14) CFTD Le tertiaire éclaté : le travail sans modèle. Paris, Seuil, 1980
- 15) CASASSUS, Cecília & CLARK, Jon. Une alternative au chômage: le contreplan de lucas aerospace. Sociologie du Travail, nº4, 1978, p.379-396
- 16) CASASSUS-MONTERO, Cecília. Le marché du travail comme niveau d'analyse de la structure de classes. Sociologie du Travail, nº 2, 1981, p.230-238
- 17) CHAUVEY, Daniel. Autogestion. Paris, Seuil, 1970
- 18) CHAVE, Daniel. Néotaylorisme ou autonomie ouvrière? réflexions sur trois expériences de réorganisation du travail. Sociologie du Travail, nº 1, 1976, p. 3-14
- 19) _____. Nouvelles politiques de main-d'oeuvre et rationalisation. Sociologie du Travail, nº 1, 1979, p. 44-61
- 20) CONVERT, Bernard & PINET, Michel. Obsolescence économique et sociale et division du travail. Espaces et Sociétés, nº 28-29, 1979, p. 55-72
- 21) CORIAT, Benjamin. Science, technique et capital. Paris, Seuil, 1976
- 22) _____. L'atelier et le chronomètre. Paris, Ch.Bourgois, 1979
- 23) _____. "Le fordisme, l'ouvrier-masse et la "revalorisation du travail manuel." Économie & Humanisme, nº 248, 1979, p. 62-72
- 24) _____. La recomposition de la ligne de montage et son enjeu: une nouvelle "économie" du contrôle et du temps. Sociologie du Travail, nº 1, 1979, p. 19-32
- 25) _____. Ouvriers et automates - procès de travail, économie du temps et théorie de la segmentation de la force de travail. in (Divrs.) Usines et Ouvriers. Paris, Maspero, 1980

- 26) COVRE, Maria de Lourdes M. A formação e a ideologia do administrador de empresa. Petrópolis, Vozes, 1981
- 27) DALLEMAGNE, Jean-Luc. L'économie du "capital". Paris, Maspero, 1978
- 28) DE GAUDEMAR, Jean-Paul. La mobilisation générale. Paris, Champ Urbain, 1978
- 29) _____ . De la fabrique au site: naissance de l'usine mobile. in (Divrs.) Usines et Ouvriers. Paris, Maspero, 1980
- 30) DE PALMA, Armando. Le macchine e l'industria da smith a marx. Turim, Einaudi, 1971
- 31) _____ . La organización capitalista del trabajo en el capital de marx in (Divrs.) La División Capitalista del Trabajo. México, Pasado Y Presente, 1977
- 32) DEMO, Pedro. Da burocracia à administração total. Documentação e Atualidade Política, Univ. Brasília, nº 10, 1980, p. 3-21
- 33) DI TELLA, Torcuato S. La división del trabajo y el concepto marxista de classe social. Revista Latinoamericana de Sociologia (Nueva Época), nº 2, 1975, p. 7-36
- 34) DORAY, Bernard. Les pratiques scientifiques dans le champ du travail industriel- la crise du modèle taylorien. La Pensée, nº 199, 1978, p. 44-57
- 35) _____ . Le taylorisme, une folie rationnelle? Paris, Bordas, 1981
- 36) DRUCKER, Peter F. Uma era de descontinuidade. Rio, Zahar, 1974
- 37) DUBOIS, Pierre. Techniques et division des travailleurs. Sociologie du Travail, nº 2, 1978, p. 174-191
- 38) DUMAS, d'André. L'autogestion un système économique ? Paris, Bordas, 1981
- 39) DUCLOS, Denis. État capitaliste et administration des emplois du temps. La Pensée, nº 199, mai/juin. 1978, p. 3-20
- 40) DULL, Klaus. Que signifie la "stratégie d'autonomie" de l'entreprise ? Sociologie du Travail, nº 1, 1978, p. 37-42
- 41) DURAND, Claude. Les politiques patronales d'enrichissement des tâches. Sociologie du Travail, nº 4, 1974, p. 358-373
- 42) _____ . Le travail enchainé. Paris, Seuil, 1978
- 43) FERRANDON, M-C & JAMES, R. La division du travail. Paris, Hatier, 1978
- 44) FRIDENSON, Patrick. Les premiers ouvriers français de l'autonomie (1890-1914). Sociologie du Travail, nº 3, 1979, p. 297-325
- 45) GINTIS, Herbert. The nature of labor exchange and the theory of capitalist production. The Review of Radical Political Economics, v. 8, nº2, 1976 p. 36-54
- 46) GOETSCHY, Janine. Les théories du pouvoir. Sociologie du Travail, nº 4, 1981, p. 447-467
- 47) GORZ, André. Adieux au prolétariat - au-delà du socialisme. Paris, Galilée, 1980
- 48) HÉRON, André. Le taylorisme, hier et demain. Les Temps Modernes, nº 349/350, Août/sept., 1975, p. 220-277
- 49) HESS, Remi. La sociologie d'intervention. Paris, Puf, 1981
- 50) HUNT, E.K. & SHERMAN H.J. História do pensamento econômico. Petrópolis, Vozes, 1978
- 51) HYMAN, Richard. La théorie des relations industrielles : une analyse matérialiste. Sociologie du Travail, nº 4, 1979, p. 418-438
- 52) JARDILLIER, Pierre. Les conditions du travail. Paris, PUF, 1979
- 53) LINHART, Danièle. Quelques réflexions à propos du refus au travail. Sociologie du Travail, nº 3, 1978, p. 310-321

- 54) LINHART, Robert. Lenine, os camponeses e taylor. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977
- 55) MAFFESOLI, Michel. Lógica da dominação. Rio, Zahar, 1978
- 56) MÁKO, Csaba. Une expérience d'enrichissement du travail dans l'industrie hongroise. Sociologie du Travail . nº 4, 1980, p. 390-407
- 57) MALLET, Serge. La nouvelle classe ouvrière. Paris, Seuil, 1969
- 58) MARGLIN, Stephen. Origens e funções do parcelamento das tarefas. in (Divrs.) Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista. Porto, Escorpião, 1974
- 59) MARX, Karl. Capítulo inédito d'o capital. Porto, Escorpião, 1975
- 60) MARX, Karl. O capital (crítica da economia política). Livro 1, vol. 1, Rio, Civilização Brasileira, 1971
- 61) MAITICK, Paul. Integração capitalista e ruptura operária. Porto, A Regra do Jogo, 1977
- 62) MAURICE, Marc. Le déterminisme technologique dans la sociologie du travail (1955-1980). Un changement de paradigme? Sociologie du Travail , nº 1, 1980, p. 331-365
- 63) _____ . et alii La production de la hiérarchie dans l'entreprise: recherche d'un effet sociétal. Revue Française de Sociologie, nº XX, 1979 p. 331-365
- 64) MICKLER, Ottfried. Rationalisation et déqualification du travail- le cas de l'industrie allemande. Sociologie du Travail, nº 1, 1979, p. 33-43
- 65) _____ . Les interstices technico-économiques de l'intervention sociale dans l'entreprise. Sociologie du Travail, nº 1, 1978, p. 30-36
- 66) MONTMOLLIN, Maurice. Le taylorisme à visage humain. Paris, PUF, 1981
- 67) _____ . A psicotécnica na berlinda. Rio, Agir, 1974
- 68) _____ . Taylorisme et antitaylorisme. Sociologie du Travail, nº 4 , 1974, p. 374-382
- 69) MOTTA, Fernando C. Prestes. Burocracia e autogestão (a proposta de prou-dhon). São Paulo, Brasiliense, 1981
- 70) _____ . A teoria das organizações nos estados unidos e na união soviética: introdução a uma análise comparativa. Revista de Administração de Empresas, v. 14, nº 2, mar/abr. 1974, p. 45-57
- 71) _____ . Estrutura e tecnologia: a contribuição britânica . Revista de Administração de Empresas, v. 16, nº 1, jan/fev. 1976 , p. 7-16
- 72) MOTTEZ, Bernard. A sociologia industrial. São Paulo, Difel, 1973
- 73) MUCCHIELI, Roger. Postos de trabalho. Rio, Livs.Tecs.Cients., 1978
- 74) ORSTSMAN, Oscar. Changer le travail. Paris, Dunod/Bordas, 1978
- 75) PALLOIX, Christian. Travail & production. Paris, Maspero, 1978
- 76) PALLOIX, Christian. Le procès de travail - du fordisme au neo-fordisme. La Pensée, nº 185, févr. 1976, p. 37-60
- 77) PEREIRA, Vera Maria C. O coração da fábrica. Rio, Campus, 1979
- 78) POITOU, Jean-Pierre. La dynamique des groupes: une ideologie au travail. Paris, Éd. CNRS , 1978
- 79) PORCHER, Louis. Le travail en miettes-friedmann. Paris, Hatier, 1973
- 80) POULAIN, Jean-Claude. Formes nouvelles d'integration dans la grande entreprise. Économie et Politique , nº 199, 1971, p. 3-23
- 81) RICHTA, Radova. La civilización en la encrucijada. México, Siglo Veintiuno, 1971
- 82) ROLLE, Pierre. Introdução à sociologia do trabalho. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978

- 83) ROSANVALLON, Pierre. Crise et décomposition de la classe ouvrière. in "FAIRE", Crise et Avenir de la Classe Ouvrière, Paris, Seuil, 1979
- 84) RUFFOLO, Giorgio. La grand empresa en la sociedad moderna. Barcelona, Edl. Hispano-Europea, 1973
- 85) SALAMA, Pierre. Nova modalidade de gerência da força de trabalho. Economia & Desenvolvimento, nº 1, 1981, Cortez, p. 31-77
- 86) SALERNI, Dario. Le pouvoir herárchique de la technologie. Sociologie du Travail, nº 1, 1979, p. 4-18
- 87) SALM, Cláudio L. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980
- 88) SAUSSOIS, Jean-Michel. Le sommet devant l'autonomie de la base. Sociologie du Travail, nº 1, 1979, p. 62-75
- 89) SAYLES, Léonard R. L'enrichissement des tâches : peu d'idées neuves- ou vraies, mais pour de fausses raisons. Sociologie du Travail, nº 4, 1981, p. 430-438
- 90) SARIN, E. Logique et engouements: le thème des conditions de travail. Sociologie du Travail, nº 4, 1981, p. 439-446
- 91) SILVA, Benedicto. Taylor e fayol. Rio, FGV., 1974
- 92) SIMON, Henri. Les motivations de l'absentéisme. Sociologie du Travail, nº 3, 1978, p. 322-333
- 93) STARR, M. K. Administração da produção- sistemas e sínteses. São Paulo Blücher/USP, 1971
- 94) STINCHCOMBE, Arthur L. La estructura social y la invención de formas organizativas. in BURNS, Tom (edit.), El Hombre Industrial, Venezuela, Tiempo Nuevo, 1971
- 95) STONE, Katherine. The origins of job structures in the steel industry. The Review of Radical Political Economics, v. 6, nº 2, Summer 1974, p. 113-173
- 96) TAYLOR, Frederick W. Princípios de administração científica. São Paulo, Atlas, 1980
- 97) THORSRUD, Einar. La démocratisation du travail et le processus de transformation de l'organisation. Sociologie du Travail, nº 3, 1975, p. 243-265
- 98) TRACTENBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. São Paulo, Ática, 1974
- 99) _____ . Administração, poder e ideologia. São Paulo, Moraes, 1980
- 100) VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no brasil. Rio, Paz e Terra, 1978
- 101) WEIL, R. D. Formes nouvelles d'organisation du travail dans l'industrie automobile européenne. Sociologie du Travail, nº 1, 1976, p. 15-35
- 102) WISNER, Alain. Contenu des tâches et charge de travail. Sociologie du Travail, nº 4, 1974, p. 339-357